

GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER:

**IMPACTOS SOCIAL E CIENTÍFICO
DA REDE CEDES**

GISELE MARIA SCHWARTZ

GISELLE HELENA TAVARES

ANA PAULA EVARISTO GUIZARDE TEODORO

VIVIANE KAWANO DIAS

NARA HELOISA RODRIGUES

PRISCILA RAQUEL TEDESCO DA COSTA TREVISAN

DENIS JULIANO GASPAR

IVANA DE CAMPOS RIBEIRO

LUÍS ANDRÉ PEREIRA DE OLIVEIRA

MARÍLIA AMÁBILE GUARIZO

JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

FERNANDA LOPES ANDRADE



Gisele Maria Schwartz
Giselle Helena Tavares
Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro
Viviane Kawano Dias
Nara Heloisa Rodrigues
Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan
Denis Juliano Gaspar
Ivana de Campos Ribeiro
Luiz André Pereira de Oliveira
Marília Amábile Guarizo
José Pedro Scarpel Pacheco
Fernanda Lopes Andrade

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER:
IMPACTOS SOCIAL E CIENTÍFICO
DA REDE CEDES**

1ª edição - 2015

ISBN: 978-85-8334-25-6



Várzea Paulista/SP

Copyright © LEL.
FONTOURA EDITORA LTDA.
Tel. (11) 4587-9611 / E-mail: ATENDIMENTO@EDITORAFONTOURA.COM.BR
WWW.EDITORAFONTOURA.COM.BR

GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: IMPACTOS SOCIAL E CIENTÍFICO DA REDE CEDES

1ª edição - 2015

IMPRESSO NO BRASIL: **PRINTING SOLUTION & INTERNET 7 S.A**

CAPA: CARTÃO LD 250 GR. MILO: OFFSET LD 90 GR.

EDITORAÇÃO: **FONTOURA EDITORA.**

SUPERVISÃO EDITORIAL: **RICARDO FONTOURA.**

Todos os direitos reservados.

A fotocópia de qualquer parte deste livro é ilegal e configura apropriação dos direitos intelectuais e patrimoniais do autor.

Lei Federal nº. 9610, de 19 de fevereiro de 1998.

FICHA CATALOGRÁFICA

Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte e lazer: impactos social e científico da Rede CEDES / Gisele Maria Schwartz ... [et al.]. – Várzea Paulista : Fontoura Editora, 2015.

172 p. : il., sumário.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8334-025-6

1. Políticas públicas. 2. Esporte. 3. Política Nacional. 4. Pesquisa. I. Schwartz, Gisele Maria. II. Tavares, Giselle Helena. III. Teodoro, Ana Paula Evaristo Guizarde. IV. Dias, Viviane Kawano. V. Rodrigues, Nara Heloisa. VI. Trevisan, Priscila Raquel Tedesco da Costa. VII. Gaspar, Denis Juliano. VIII. Ribeiro, Ivana de Campos. IX. Oliveira, Luiz André Pereira de. X. Guarizo, Marília Amábile. XI. Pacheco, José Pedro Scarpel. XII. Andrade, Fernanda Lopes. XIII. Título.

CDD 796.09

**Gisele Maria Schwartz
Giselle Helena Tavares
Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro
Viviane Kawano Dias
Nara Heloisa Rodrigues
Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan
Denis Juliano Gaspar
Ivana de Campos Ribeiro
Luiz André Pereira de Oliveira
Marília Amáble Guarizo
José Pedro Scarpel Pacheco
Fernanda Lopes Andrade**

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E
LAZER: IMPACTOS SOCIAL E
CIENTÍFICO DA REDE CEDES**



**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus Rio Claro/SP
Instituto de Biociências
Departamento de Educação Física
LEL - Laboratório de Estudos do Lazer**

**Julio Cezar Durigan
Reitor da Universidade Estadual Paulista**

**Marilza Vieira Cunha Rudge
Vice - Reitor da Universidade Estadual Paulista**

**Jonas Contiero
Diretor do Instituto de Biociências**

**Cynthia Y. Hiraga
Chefe do Departamento de Educação Física**

ELABORAÇÃO

**Gisele Maria Schwartz
Giselle Helena Tavares
Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro
Viviane Kawano Dias
Nara Heloisa Rodrigues
Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan
Denis Juliano Gaspar
Ivana de Campos Ribeiro
Luiz André Pereira de Oliveira
Marília Amábilis Guarizo
José Pedro Scarpel Pacheco
Fernanda Lopes Andrade**

**APOIO FINANCEIRO
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(CNPq)
Ministério do Esporte**

Agradecimentos

Aos funcionários do departamento de Educação Física/IB/Unesp - campus de Rio Claro.

Aos funcionários do Instituto de Biociências da Unesp – campus de Rio Claro.

Aos gestores e pesquisadores que contribuíram para a constituição desta pesquisa.

Aos membros do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL), Departamento de Educação Física, Instituto de Biociências da Unesp (campus Rio Claro), pelo comprometimento.

Prefácio

O Ministério do Esporte, ao completar mais de uma década de sua criação (2003), sempre foi movido pela missão de fomentar e difundir a democratização do acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais, na construção do exercício da cidadania, da inclusão e da qualidade de vida da população brasileira.

Para isso, vem desenvolvendo um conjunto de iniciativas de Políticas Públicas voltadas para Esporte e Lazer com base na perspectiva de atender às necessidades e demandas esportivas e culturais do povo brasileiro. Tais iniciativas fundamentam-se em aspectos estruturantes ligados a qualificação da gestão e democratização do acesso o que pressupõe investimentos em formação de quadros, monitoramento e avaliação, documentação, desenvolvimento científico, tecnológico e inovação.

Nesse sentido, a presente obra nos possibilita identificar e analisar o papel da Rede CEDES – Programa executado pela Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (SNELIS/ME) em parceria com um conjunto de Instituições de Ensino Superior - e os impactos desta ação no processo de consolidação do Esporte e do Lazer como política de Estado.

Nós que respondemos pela gestão na esfera federal, nos sentimos honrados em fazer parte dessa história construída a várias mãos por homens e mulheres que acreditam e dedicam parte de sua vida na ampliação da garantia de direitos e na formulação, implementação e avaliação de Políticas Pública de qualidade.

Nesse sentido, está sendo lançada a presente obra em um momento histórico especial para o Brasil com a realização de importantes megaeventos esportivos internacionais no País, que tem gerado a ampliação significativa da infraestrutura esportiva, o crescimento dos recursos investidos no esporte e a atualização da legislação, com destaque para a ação estruturante da Lei de Diretrizes e Bases do novo SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE, em fase de elaboração para envio ao Congresso ainda esse ano. Legislação

comprometida com a garantia do direito ao esporte e ao lazer para toda população brasileira.

Abertos e atentos aos dados e análises apontadas na obra que apresentamos, temos a clareza de que tudo que foi vivido até aqui, erros, acertos, avanços e mesmo as dificuldades nos ajudarão a compreender aspectos importantes de trajetórias das nossas Políticas Públicas de Esporte e Lazer, bem como continuar a construir histórias de conquistas relacionadas à produção e socialização de conhecimentos pela Rede CEDES.

Por isso, nós convidamos você leitor a deleitar nessa viagem histórica com olhar no futuro imbuído do sonho da transformação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Políticas de Estado, que desafia a consolidação de uma política sólida de gestão do conhecimento e a universalização do acesso com qualidade.

Convidamos, especialmente, vocês pesquisadores, gestores, estudantes e trabalhadores do esporte e do lazer a conhecer a história da Rede CEDES e a participar dos seus próximos passos, que poderão se articular a partir do mergulho que os autores dessa obra nos oportunizam.

Agradeço o convite da Professora Dr^a Gisele Schwartz para participar desse livro e já o aponto como leitura indispensável aos 27 Centros de Desenvolvimento de Pesquisa da Rede CEDES, que serão implantados a partir desse ano em todos os estados e no Distrito Federal. Com certeza, inauguramos aqui um momento que poderá representar um divisor de águas na história de nossa REDE.

Como Diretora do Departamento de Políticas Intersetoriais da SNELIS, que responde pelos programas sociais e a Rede CEDES, tive a grata satisfação de participar dessa história desde antes da criação do Ministério do Esporte, sendo testemunha viva de cada fase relatada nesta obra.

Boa leitura a todos!

Andréa Nascimento Ewerton

Diretora do departamento de desenvolvimento e acompanhamento de políticas e programas intersetoriais de esporte, educação, lazer e inclusão social

As breves considerações que se seguem revisitam oito anos em atividades de pesquisa e participação nos trabalhos da Rede CEDES. A partir de 2007, juntamente com Ludmila Mourão, participei de pesquisa sobre o Programa Esporte e Lazer na Cidade, com suporte do Ministério do Esporte e da FAPERJ. Do estudo, resultou relatório técnico e cartilha para coordenadores e estagiários nos programas de Esporte e Lazer.

Nos encontros da Rede, convivi com novos pesquisadores, de novos programas, coordenados por grupos em formação e grupos consolidados, em projetos de pesquisa pioneiros, que convergiam as ações para os segmentos menos atendidos pelas políticas esportivas de caráter nacional ou local.

A primeira consideração é para o desenvolvimento local e nacional de programas e projetos centrados em interesses, perspectivas, dificuldades e impedimentos, de grupos que não usufruem dos direitos ao lazer e ao esporte participação. A Rede CEDES mudou o cenário nacional, com ofertas de oportunidades de lazer e esporte para todas as idades, no país e em cada localidade. Portanto, verifica-se um avanço exponencial, na cidadania dos participantes, que passou de outorgada para conquistada. De crítica para reclamada. Os segmentos menos favorecidos ganharam vez e voz.

A segunda é para o amadurecimento da pesquisa nos grupos componentes da Rede. Os encontros regionais e nacionais permitiram a troca de experiências e dificuldades, reorientaram a elaboração de metodologias e teorias sobre o quefazer humano. Sobre tudo, favoreceram o surgimento e o crescimento de novas propostas de ação científica, pedagógica e política pública, para um público que aprendeu a cobrar e a controlar o cumprimento de promessas.

A terceira é para o papel desempenhado pelas pessoas que geriram o setor de Esporte e Lazer no Ministério. Essas pessoas, gestores da Rede CEDES, mudaram o ambiente de trabalho, os objetivos e as metas, as perspectivas e fronteiras do campo do esporte não competitivo e do lazer consciente.

Também quero considerar o impacto da experiência na rede, em mim mesmo, nos planos social e científico. Não vejo clara a espessura do tempo a decorrer, desde a experiência do trabalho conjunto, pesquisador e pessoas da comunidade, para a mudança social. Mas estimo que alguma coisa muda, no próprio momento da interação. Ilustro o ponto, com breve relato. Eu e meu grupo estávamos fazendo pesquisa na Vila Aliança, comunidade do bairro de Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Veio falar comigo

uma senhora, que pediu um “particular”. As pessoas do entorno se afastaram e ela falou: - o que o senhor pode fazer, para me ajudar? Minha filha, que está fazendo musculação ali dentro, só anda com garotas, minha família não sabe o que fazer, chegamos a orar por ela na igreja. Eu pedi uma semana para pensar. Falei com colegas de pesquisa, com educadores, e na semana seguinte, lá estava ela me esperando. Disse que aproveitou a semana para consultar pessoas da comunidade, da igreja, familiares, e estava começando a admitir que eu não teria resposta pronta para ela.

Também não vejo como medir o tempo necessário para que se processe, no próprio pesquisador, alguma mudança substancial. Entretanto, tenho que admitir que as mudanças também começam no momento da interação. Eu fazia pesquisa num grupo que se reunia no salão de festas da comunidade Dona Casturina, no Horto, na Zona Sul do Rio. Eu era o único homem que participava das atividades de alongamento, e as mulheres me pediam que convencesse seus filhos e maridos, que jogavam sinuca e bebiam cerveja noutra dependência da associação de moradores. Atendi o pedido e fui me aproximando dos homens. Comecei a jogar sinuca e mesmo a tomar cerveja com eles. Veio então o convite: - amanhã, vamos participar do alongamento? Olha, professor, para o senhor, que tá velho, deve ser bom, mas para nós, não. Nós descemos o morro correndo, chegamos na Lagoa, damos uma volta correndo, voltamos correndo, para que vamos nos alongar? O fato é que eu morava na área, sabia que não era fácil descer a pé, até a lagoa, caminhando, quanto mais, correndo. A volta à lagoa, eu também conhecia bem, oito quilômetros, caminhando, pedalando, correndo. A subida de volta, nem se fala. Que podia eu fazer com aquele depoimento?

Por fim, considero que cada pessoa que se envolveu e continua em interação com a Rede CEDES deve ter experiências sobre impacto social e científico, do tipo que aqui relatei, e que gostariam de socializar. Neste sentido, justifica-se plenamente o projeto cujos resultados compõem esta obra. Nela se pode constatar o quanto é relevante levantar relatos, percepções, representações e avaliações dos diferentes segmentos da Rede. Os impactos científicos, esses são imediatos. A análise da obra altera perspectivas, muda opiniões, abre novas sendas de pesquisa. Os impactos sociais dependem, em parte apreciável, da gestão do conhecimento acumulado.

Sebastião Josué Votre

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Apresentação

As abordagens das Políticas Públicas aos setores do esporte e do lazer têm sofrido algumas alterações, pautadas na necessidade de conformação de diversos fatores, incluindo a configuração de novas redes de ações. Esta forma de gestão não se reduz apenas ao desenvolvimento de programas preestabelecidos em grupos, mas, leva em consideração os gestores, a própria sociedade e, inclusive, os protagonistas produtores de conhecimento e pesquisadores. Este é o formato da ação Política em foco neste estudo, referente à Rede CEDES, do Ministério do Esporte.

Esta perspectiva de revitalização de redes pode afetar, inclusive, a lógica dessas mesmas políticas, de modo dialético, uma vez que a função do Estado e a dos atores pertencentes à Rede se inter-relacionam, para desempenharem um papel importante de qualificação da Política Pública. Esse processo de tomadas de decisões baseadas em aspectos administrativos, em fatos empíricos, somados às reais demandas sociais, representa a complexidade das definições e da avaliação no campo das Políticas Públicas, instigando novos olhares.

Na perspectiva de analisar a ação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, a Rede CEDES foi aqui privilegiada, caracterizada e estudada, em suas relações de estabilidade, permeabilidade e seus agentes, buscando compreender os impactos social e científico dos projetos por ela financiados. Sendo assim, o LEL – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO LAZER, do Departamento de Educação Física, Instituto de Biociências da UNESP – Campus de Rio Claro, apresenta este livro com a síntese do relatório da pesquisa desenvolvida, contendo os seguintes capítulos e seus autores:

Capítulo 1 – Gisele Maria Schwartz – Diretrizes e interfaces da pesquisa sobre os impactos social e científico do financiamento da Rede CEDES.

Capítulo 2 – Giselle Helena Tavares – Histórico e Mudanças Políticas da Rede CEDES.

Capítulo 3 – Fernanda Lopes Andrade e Gisele Maria Schwartz - Impactos sociais das pesquisas financiadas pela Rede CEDES.

Capítulo 4 – Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro e Denis Juliano Gaspar - Impactos científicos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES.

Capítulo 5 – Nara Heloisa Rodrigues, Luiz André Pereira de Oliveira e Marília Amábile Guarizo - Impactos social e científico dos projetos financiados pela Rede CEDES a partir das entrevistas com coordenadores.

Capítulo 6 – Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan e Viviane Kawano Dias - Motivos e dificuldades para o desenvolvimento de projetos financiados pela Rede CEDES: percepção dos coordenadores.

Capítulo 7 – Ivana de Campos Ribeiro, José Pedro Scarpel Pacheco e Gisele Maria Schwartz - Rede CEDES: de ação programática à política pública.

Capítulo 8 – Giselle Helena Tavares e Gisele Maria Schwartz - Rede CEDES: Legados e Perspectivas.

Boa leitura!

LEL - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO LAZER
APOIO: CNPq e Ministério do Esporte

Sumário

Capítulo 1	
Diretrizes e interfaces da pesquisa sobre os impactos social e científico do financiamento da Rede CEDES.....	17
Capítulo 2	
Histórico e mudanças políticas da Rede CEDES	33
Capítulo 3	
Impactos sociais das pesquisas financiadas pela Rede CEDES	49
Capítulo 4	
Impactos científicos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES	69
Capítulo 5	
Impactos social e científico dos projetos financiados pela Rede CEDES a partir das entrevistas com coordenadores ..	99
Capítulo 6	
Motivos e dificuldades para o desenvolvimento de projetos financiados pela Rede CEDES: percepção dos coordenadores.....	125
Capítulo 7	
Rede CEDES: de ação programática à política pública	151
Capítulo 8	
Rede CEDES: legados e perspectivas	161

Capítulo 1

DIRETRIZES E INTERFACES DA PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS SOCIAL E CIENTÍFICO DO FINANCIAMENTO DA REDE CEDES

Gisele Maria Schwartz

A precariedade na padronização, assim como, na parametrização metodológica e na gestão da informação podem representar desafios capazes de inibir a importância de ações em Políticas Públicas. Na perspectiva de superação desses entraves, o Ministério do Esporte, por meio da Rede CEDES, buscou apoio de pesquisadores de todo o país, no sentido de legitimar e dar consistência a esta Rede. Além disto, a necessidade de subsídios a novas diretrizes e estratégias de gestão em Políticas Públicas, muitas vezes, pode se tornar a mola propulsora que desencadeia o interesse e a priorização de iniciativas como esta da Rede CEDES.

Entretanto, com base apenas na implantação, não se tem como compreender os reais limites e potencialidades dessa ação Política referente à Rede CEDES. Sendo assim, tornou-se instigante investigar as principais contribuições relativas aos impactos social e científico e os desdobramentos advindos do financiamento de projetos pela Rede CEDES. Neste sentido, este estudo foi desenvolvido.

Neste capítulo, são apresentadas as bases teóricas que apoiaram a confecção do Projeto do presente Estudo aprovado pelo Ministério do Esporte via edital do CNPq, assim como, os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento de todas as etapas desta pesquisa. Este panorama pode auxiliar na compreensão efetiva dos rumos e enfoques desenvolvidos ao longo de todos os outros capítulos deste estudo, o qual almeja contribuir como subsídio para novas pesquisas e ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: IMPACTOS SOCIAL E CIENTÍFICO DA REDE CEDES

RESUMO

Este estudo, de natureza qualitativa, tem por objetivo investigar os impactos social e científico da Rede CEDES, com o intuito de auxiliar na formulação, implementação, avaliação e monitoramento de novas ações em Rede, subsidiando a gestão e a difusão de informações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. O estudo une pesquisas documental e descritivo-exploratória, tanto para a captação dos dados referentes aos **impactos científicos** quanto para os **impactos sociais**. Na pesquisa documental são tomados como base os formulários-modelo de Relatório de Cumprimento de Objeto (RCO), preenchidos pelos coordenadores dos projetos aprovados no edital de 2009, atualizando e complementando os dados já existentes no Balanço da Rede CEDES, bem como, documentos disponibilizados no Ministério do Esporte. A Plataforma Lattes, por meio do Currículo Lattes dos coordenadores dos projetos e o Diretório de Grupos do CNPq também são fontes documentais de análise escolhidas no que tange às produções constantes em periódicos, livros e anais de eventos apoiados pelo Ministério do Esporte. A pesquisa descritivo-exploratória foi composta de entrevistas semiestruturadas, aplicadas virtualmente e de forma presencial aos coordenadores dos projetos, como instrumento para a coleta de dados. Fazem parte do estudo uma amostra intencional, composta por 37 coordenadores de projetos financiados pela Rede CEDES, pelo edital de 2009. Os dados foram analisados descritivamente e por meio da Técnica de Análise de Conteúdo e buscaram subsidiar a formulação de novas pesquisas e ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Palavras-chave: Esporte. Lazer. Políticas Públicas. Gestão da Informação.

A) IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

A gestão da informação representa uma das possibilidades de identificação de necessidades e carências voltadas para os aspectos inerentes à organização e difusão de dados. Como campo do conhecimento, esta área vem se fortalecendo, haja vista seu

potencial para mapeamento dos fluxos formais das informações produzidas.

A gestão da informação permite sistematizar e organizar os conhecimentos (ANGELONI, 2008), o que reitera sua importância quando se trata da difusão adequada dos processos informacionais envolvendo as Políticas Públicas. As técnicas e estratégias adotadas para gestão da informação, conforme reitera Machado Neto (1998) possuem grande relevância, quando assumem a perspectiva de promover e facilitar a identificação, mapeamento, filtragem e armazenamento de dados.

Pereira (2005) salienta que o objetivo da existência de sistemas e serviços de informação gira em torno de reunir e desenvolver produtos que possam subsidiar novas tomadas de decisão. Com isto, esse autor evidencia a presença do conhecimento explícito, referente à reunião dessas informações, e do conhecimento tácito, capaz de colocar em prática aquilo que foi organizado e armazenado, com base nesse suporte informacional. Da mesma forma, esse autor ainda salienta que a criação de mecanismos capazes de impulsionar a passagem do conhecimento tácito para o explícito faz fluir o que Nonaka e Takeuchi (1997) também evidenciaram como sendo a espiral do conhecimento.

Carvalho e Tavares (2001) também reforçam essa relevância de se conseguir estratégias para movimentar a espiral do conhecimento, a fim de apoiar novos processos e organizar os dados a serem difundidos. Para que isto ocorra adequadamente, torna-se necessário que a gestão das informações e do conhecimento seja feita de modo efetivo, com o intuito de fomentar e subsidiar os planejamentos de novas ações em Políticas Públicas a serem implementadas. Para Valentim (2007), as organizações que processam de modo eficaz a gestão das informações possuem elementos para retroalimentar e aprimorar novas estratégias de atuação.

No âmbito das Políticas Públicas, a gestão da informação pode favorecer o estreitamento de relações entre comunidade, poderes público e privado, terceiro setor e universidades (SCHWARTZ, 2008). Isto tem ressonâncias positivas nas questões de facilitação de recursos e incentivos para pesquisas e para a passagem do conhecimento de modo democrático, propiciando, inclusive, a criação de novos centros gestores e produtores de conhecimento, conforme salientam Tavares et al. (2009) e Schwartz (2009).

A gestão eficiente da informação no campo das Políticas Públicas representa, inclusive, um diferencial dialético. Este poten-

cial gira em torno de que, a qualidade na gestão das informações pode intervir na configuração de novas pesquisas acadêmicas e contribuir para o aprimoramento da formulação dos estudos, assim como, a adequada elaboração de pesquisas pode ter repercussões representativas na formulação de novas ações em Políticas Públicas.

Para tanto, os avanços tecnológicos têm interferência direta na perspectiva da amplitude de gestão e disseminação de informações e conhecimentos. Conforme Souza (2009), as diversas manifestações do avanço tecnológico são capazes de aprimorar a condução, o armazenamento e o compartilhamento das informações, tornando-se um recurso extremamente válido quando se trata do conhecimento produzido e da difusão das iniciativas em Políticas Públicas. Sendo assim, por meio da adequada gestão de informações, os procedimentos organizacionais também podem ser mais efetivos, sobretudo no campo científico, favorecendo a adequação dos processos de difusão, conectividade, transferência e acesso (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Com base no exposto, torna-se premente a atualização e gestão de informações acerca dessa temática, visando subsidiar novas iniciativas no âmbito das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

B) QUALIFICAÇÃO DO PRINCIPAL PROBLEMA A SER ABORDADO

Mesmo que já venham sendo postas em ação algumas estratégias para melhorar a difusão dos produtos gerados pelas ações no contexto das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, a gestão adequada de informações parece não ser ainda prioridade, haja vista as discrepâncias de informações quando se comparam os dados expostos nos sítios virtuais do Ministério do Esporte, no Balanço da Rede do Centro de Desenvolvimento do esporte Recreativo e do Lazer (CEDES) e no Repositório da Rede (KAWAGUTI, 2013). Isto ocorre, devido ao fato de que esses mecanismos institucionais são ainda subutilizados e carecem de organização e gestão dos dados concretos a serem inseridos para retroalimentá-los.

O conhecimento produzido na área de esporte e lazer, assim como em outras áreas, não tem sentido, se não for devidamente organizado, difundido e disseminado adequadamente aos setores da vida social, com acesso democratizado a todos os interessados (SCHWARTZ, 2008), impactando, sobretudo, os pesquisadores da

área. Sendo assim, tornam-se prementes novas ações nas Políticas Públicas para o desenvolvimento, apoio, gerenciamento e difusão de informações sobre esporte e lazer, no sentido de deflagrar todo o conhecimento produzido e de apoiar novos polos produtivos de conhecimento nessas áreas.

Por intermédio de uma estrutura sólida desse conhecimento produzido com base no conglomerado de informações sobre os grupos de pesquisa participantes das ações da Rede CEDES, pode-se consolidar novos estudos e imbricar as instituições e sociedades científicas em uma Rede real de produção de conhecimento. Isto pode ter ressonâncias, inclusive, na valorização e na visibilidade dessas áreas no âmbito social.

A presença da Rede CEDES como ação governamental já tem dado pistas de sua importância, sobretudo na perspectiva de auxiliar na efetiva concretização (de fato) do lazer em sua categoria de direito constitucional, reiterando a relevância dos subsídios às pesquisas sobre este tema na atualidade (SCHWARTZ et al., 2010). A partir dessa valorização crescente, as pesquisas sobre lazer começaram a se intensificar, apoiadas também pela criação de programas de pós-graduação, grupos de pesquisa, teses e dissertações (TAVARES et al., 2009), apoio a periódicos que aceitam a produção sobre esta temática, eventos de divulgação desse conhecimento produzido e a formação acadêmica e internacionalização dos pesquisadores e dos estudos produzidos (MARINHO et al., 2011).

Ainda que já se tenha alguma constatação sobre a crescente evolução neste campo do conhecimento, todos esses dados estão esparsos, sendo focalizados por iniciativas individuais em aglutiná-los para fundamentar os estudos. Esta falta de organização de dados tem ressonâncias negativas para a valorização, tanto do campo de estudo, quando do profissional atuante e, sobretudo, para as Políticas Públicas, haja vista que não atendem ao princípio básico de democratização de informações.

Denota-se a premência de ações que possam ajustar as informações sobre os impactos social e científico da Rede CEDES, com o devido gerenciamento das mesmas, predispondo procedimentos organizacionais mais efetivos, tanto para o campo científico, como para o campo político. Para tanto, deve-se ter como objetivo, conforme salientam Davenport e Prusak (1998), a reunião de conhecimento, facilitando a difusão, a conectividade, o acesso e a transferência de dados informacionais. Essa perspectiva de aglutinação de dados favorece o conhecimento mais denso, bem como, abre

novas frentes de reflexões, podendo adensar diretamente o volume e a qualidade das ações em Políticas Públicas.

Entretanto, ainda não se tem um polo informacional atualizado, proveniente da gestão de todo esse conhecimento produzido, assim como, dos impactos sociais e científicos envolvendo o apoio ministerial concernente à Rede CEDES e de sua importância como ação Política do Ministério do Esporte. Isto denota a necessidade de iniciativas de aglutinação de dados e gerenciamento dessas informações já produzidas nas áreas e a visão dos envolvidos nos projetos financiados pelo Ministério do Esporte, para subsidiar novas ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Este fato mobilizou o desenvolvimento desse estudo, no sentido de buscar, analisar e difundir as informações decorrentes dos impactos social e científico dos projetos financiados pela Rede CEDES. Esta iniciativa tem o intuito de subsidiar novas estratégias vinculadas à gestão e difusão das informações, à produção do conhecimento sobre esporte e lazer, às intervenções, tanto na esfera da formação profissional (ensino), quanto do atendimento à comunidade (extensão), à adequada utilização do Repositório da Rede CEDES e à formulação de novas Políticas Públicas de Esporte e Lazer, incentivando a participação democrática e coletiva da sociedade, das Universidades e dos gestores.

C) OBJETIVO DO ESTUDO

Investigar os impactos social e científico da Rede CEDES, com o intuito de auxiliar na formulação, implementação, avaliação e monitoramento de novas ações em Rede, subsidiando a gestão e a difusão de informações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte.

D) METODOLOGIA EMPREGADA

O estudo teve uma natureza qualitativa, por entender que este método favorece a descrição aprofundada de particularidades e de determinadas variáveis que interagem nas dinâmicas sociais (RICHARDSON, 1999). Esse autor também salienta a possibilidade de descrição detalhada de determinado elemento, focalizando a interação de variáveis pertinentes aos processos dinâmicos dos grupos sociais, com base na utilização de pesquisa de natureza qualitativa.

Para o desenvolvimento do estudo foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa descritivo-exploratória. A pesquisa documental, conforme enunciam Gil (2010) e também Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), permite novas configurações e análises de determinados materiais. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise documental é procedente para a reorganização de informações e para revelar novos ajustes nessas informações.

A união de pesquisa documental e pesquisa exploratória enriquece a compreensão do fenômeno pesquisado, tendo em vista que favorece a interpenetração dos polos epistemológicos, agregando avanço para a concepção final do estudo. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) salientam que a pesquisa documental representa uma forma analítica de envolver os aspectos pouco explorados ou passíveis de novas interpretações. No caso da pesquisa exploratória, sua aplicação reforça as nuances das percepções e de outros significados, capazes de imprimir maior compreensão sobre o universo pesquisado (CANZONIERI, 2010; MEDEIROS et al., 2012).

A pesquisa descritivo-exploratória foi utilizada com o intuito de se penetrar no universo pesquisado. A vantagem deste tipo de pesquisa, segundo Severino (2007) e também Thomas, Nelson e Silverman (2012), é permitir o levantamento de informações, com a perspectiva de mapear os determinantes do objeto de estudo.

Em princípio, na pesquisa documental, previa-se tomar como base os formulários-modelo de Relatório de Cumprimento de Objeto (RCO), preenchidos pelos coordenadores dos projetos aprovados nos editais de 2009 a 2012, atualizando e complementando os dados já existentes no Balanço da Rede CEDES (SCHWARTZ et al. 2010), bem como, documentos disponibilizados no Ministério do Esporte. O balanço realizado por estes pesquisadores, foi composto pelo período de 2003 a 2009, ou seja, as pesquisas aprovadas no Edital de 2009 e as renovações de pesquisas de outros períodos não foram contemplados naquele estudo. Além disso, no ano de 2011 foi publicado um Edital da Rede CEDES, que, por motivos de mudanças de gestão, foi cancelado. Sendo assim, este estudo busca complementar os dados coletados no Balanço de Rede CEDES, publicado em 2010, coletando informações sobre as pesquisas aprovadas no edital de 2009.

Por meio da lista de projetos aprovados nesse Edital, obtida no *site* do Ministério do Esporte, foi possível identificar 44 projetos. Entretanto, após contato com os respectivos coordenadores ou envolvidos, foi necessário excluir 07 projetos, 01 pelo fato da coor-

denadora ter falecido e 06 por não terem recebido efetivamente o financiamento e, por este motivo, não terem dado continuidade aos projetos. Desta forma, a amostra foi composta por 37 projetos, financiados pela Rede CEDES, neste Edital. Dos 37 projetos que compuseram a amostra, somente 25 apresentaram algum tipo de relatório para prestação de contas, os quais fizeram parte da amostra para análise dos impactos sociais e científicos.

Também foram coletadas informações por meio de entrevistas semiestruturadas. Para estas, foram considerados, dentre a amostra de 37 projetos, apenas os coordenadores de 35 projetos, os quais se dispuseram efetivamente a participar da entrevista.

Instrumentos

Tanto para analisar os impactos científicos, quanto para os impactos sociais, foram desenvolvidas pesquisas documental e descritivo-exploratória, levando em consideração, diversas fontes de dados. A pesquisa documental utilizou fontes como: a Plataforma Lattes, por meio do currículo dos coordenadores dos projetos, o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o Repositório Institucional da Rede CEDES e os Relatórios de Cumprimento de Objeto (RCO), bem como de relatórios finais, extratos de relatório e livros (que também era utilizados como relatórios).

A pesquisa exploratória foi desenvolvida por meio de entrevista semiestruturada, cujas questões norteadoras encontram-se no final deste capítulo. As entrevistas foram aplicadas de forma presencial e não presencial, a uma amostra intencional composta pelos coordenadores que tiveram seus projetos aprovados no edital da Rede CEDES de 2009 e que se disponibilizaram a participar do estudo. Para as entrevistas, foi utilizado um programa de gravação de vídeos com áudio (CyberlinkYoucam), o qual permite gravar vídeos por meio da *webcam* de um computador. Neste caso, o programa era utilizado apenas para gravar o áudio da entrevista e, portanto, a câmera era direcionada para o entrevistador, não sendo filmada a imagem do entrevistado. Em relação às entrevistas realizadas de modo não presencial, foram utilizados o aplicativo de mensagens WhatsApp e o *software* Skype, como recursos para gravação das mesmas. No primeiro caso, utilizou-se o recurso de gravação de áudio disponibilizado pelo aplicativo de um celular. Já para o segundo caso, utilizou-se o Skype para fazer chamadas de voz, sendo as entrevistas gravadas por meio de um recurso de su-

porte do Skype (*ifree recorder*), a partir dos computadores e *tablets* adquiridos para esta finalidade.

Procedimentos

Como procedimento inicial do estudo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética, seguindo-se todos os procedimentos éticos necessários para a realização de pesquisas com seres humanos. De posse da lista dos projetos aprovados no edital de 2009, constantes no *site* do Ministério do Esporte, foram adotados os procedimentos para a coleta dos dados que subsidiaram a análise, inicialmente, do impacto científico. Para tanto, foram focalizadas as produções, assim como, os produtos e desdobramentos das pesquisas, tais como: livros, capítulos de livros, participação em eventos científicos e artigos que tiveram relação com o projeto apoiado pela Rede CEDES, além do número de grupos de pesquisas envolvidos, áreas do conhecimento e Currículo Lattes dos coordenadores dos projetos.

Já com base nas entrevistas, foi possível captar a visão do próprio coordenador em relação aos impactos científicos, sendo evidenciados por eles, produtos e desdobramentos semelhantes àqueles observados na coletada de dados inicial e incluíram o ineditismo e o incentivo à entrada de novos membros na academia por meio do envolvimento em nível de graduação, pós-graduação e pesquisas de pós-doutorado; as participações e publicações diversificadas em periódicos nacionais, internacionais, bem como em eventos e congressos científicos; publicações de livros e a divulgação científica realizada por meio de ferramentas didáticas diversas.

Também foram focalizados os motivos para a criação e desenvolvimento dos projetos, bem como, as dificuldades encontradas na implementação e execução dos mesmos, na percepção dos coordenadores, tomando por base as respostas obtidas, por meio da entrevista, a partir das seguintes perguntas: Qual foi a principal motivação para o desenvolvimento desse projeto? Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) para a implementação e execução do projeto?

Para se analisar o impacto social, foram levados em consideração os Relatórios e as entrevistas. No caso dos relatórios, foram analisados os Relatórios de Cumprimento de Objeto (RCO), assim como, Extratos de relatório, relatórios finais e livros disponibilizados pelo Ministério do Esporte, Repositório Institucional da Rede

CEDES e pelos próprios coordenadores das pesquisas aprovadas no Edital de 2009. Buscou-se, nesses documentos, dados referentes aos indicadores: distribuição geográfica das pesquisas financiadas, segmentos da população beneficiados, parcerias e desdobramentos dos projetos.

No que concerne às entrevistas, foram extraídos conteúdos relacionados a região brasileira em que a pesquisa foi desenvolvida e a equipe de trabalho envolvida, bem como o público-alvo que se beneficiou diretamente e indiretamente, as parcerias realizadas com instituições e segmentos diversificados. Além disso, outros aspectos foram citados pelos coordenadores, tais como, a organização de informações acerca dos equipamentos e espaços de Lazer, discussões referentes aos direitos do acesso ao Lazer, à valorização cultural e histórica do Esporte, da Educação Física e do Lazer, os benefícios físicos, psicológicos e sociais desencadeados do desenvolvimento de projetos que propunham práticas diversificadas de atividade física e ainda a formação de pessoas em diferentes aspectos.

Técnica de Análise

Os dados foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Esta autora propõe que durante a aplicação deste tipo de técnica sejam percorridos alguns caminhos que permitem a facilitação da compreensão sobre os dados.

Esta técnica prevê uma etapa inicial chamada pré-análise, que consiste na elaboração do percurso a ser desenvolvido na pesquisa, com ênfase na preparação do material a ser analisado. Nesta etapa foram programadas, agendadas e realizadas as entrevistas deste estudo.

A segunda etapa da técnica, intitulada exploração do material, consiste em codificar todo o material analisado, da maneira mais detalhada possível. Para tanto, houve a criação de unidades de registro, por meio de incidência de palavras, temas ou acontecimentos, sendo, portanto, a etapa mais longa do processo.

A terceira etapa é a de tratamento dos resultados, que inclui a categorização dos dados analisados de acordo com os elementos essenciais constantes, a interferência e interpretação das informações obtidas por meio das respostas dos coordenadores. Para ilus-

trar alguns desses elementos, alguns dados foram apresentados em forma tabelas e quadros, ao longos dos capítulos.

Após esta apresentação das bases e procedimentos utilizados para se atingir o objetivo traçado, os capítulos subseqüentes focalizam os resultados do estudo.

E) PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS OU TECNOLÓGICAS DA PROPOSTA

O desenvolvimento desse estudo poderá fornecer dados relevantes sobre os impactos social e científico da Rede CEDES, no sentido de apontar as ressonâncias do financiamento de projetos envolvendo as temáticas Esporte e Lazer. Será possível, inclusive, contribuir para a gestão de informações atualizadas, com o intuito de preencher as lacunas existentes referentes à organização do conhecimento já produzido, relativo aos campos do Esporte e Lazer.

Almeja-se que, a partir dos dados do estudo, novas pesquisas possam ser fomentadas, sob bases mais sólidas, para subsidiar ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, resultando na valorização e ampliação da visibilidade da Rede CEDES, tanto para o âmbito social, como para o universo das pesquisas acadêmicas. Além disto, a gestão da informação sobre os impactos social e científico da Rede CEDES amplia as perspectivas de se tornar instrumento de interação democrática entre o poder público, a sociedade e as universidades.

F) IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO

- **Gisele Maria Schwartz** – Docente no Depto. De Educação Física – IB/UNESP- Campus de Rio Claro – Coordenadora do Projeto.
- **Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro** – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP – Campus de Rio Claro e Docente na Faculdade de Americana.
- **Carolina de Souza Rodrigues** – Especialista em Educação Ambiental – USP –Campus de São Carlos e Educadora do IBEV.
- **Caroline Valvano Schimidt** – Graduada no Depto. De Educação Física IB/UNESP- Campus de Rio Claro.

- **Cheng Hsin Nery Chao** – Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP- Campus de Rio Claro e Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- **Danielle Ferreira Auriemo Christofolletti** – Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologia – IB/UNESP – Campus de Rio Claro.
- **Denis Juliano Gaspar** – Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologia – IB/UNESP – Campus de Rio Claro e Docente no Centro Universitário Anhanguera.
- **Fernanda Lopes Andrade** – Graduanda no Claretiano Faculdades de Rio Claro.
- **Giselle Helena Tavares** – Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias – IB/UNESP- Campus de Rio Claro e Docente na Universidade Federal de Uberlândia.
- **Ivana de Campos Ribeiro** – Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP- Campus de Rio Claro e Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias e Coordenadora do IBEV.
- **José Pedro Scarpel Pacheco** – Graduando no Depto. De Educação Física IB/UNESP- Campus de Rio Claro.
- **Leandro Jacobassi** – Graduando no Depto. De Educação Física – IB/UNESP- Campus de Rio Claro.
- **Luis André Pereira de Oliveira** – Graduado no Depto. De Educação Física – IB/UNESP- Campus de Rio Claro.
- **Marcelo Fadori Soares Palhares** – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP- Campus de Rio Claro.
- **Marília Guarizo** – Graduada no Depto. De Educação Física – IB/UNESP- Campus de Rio Claro.
- **Nara Heloisa Rodrigues** – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologia – IB/UNESP – Campus de Rio Claro.
- **Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan** – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP – Campus de Rio Claro.

- **Viviane Kawano Dias** – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologia – IB/UNESP – Campus de Rio Claro e Docente do Centro Universitário de Jales e Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul.

G) PARCERIAS

- AIGD – Aliança Intercontinental de Gestão Desportiva.
- Centro Universitário de Jales.
- Gabinete de Gestão Desportiva da Universidade do Porto.
- GEPGEL – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão de Experiência de Lazer.
- IBEV – Instituto Brasileiro de Educação para a Vida.
- LEPESP - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicologia do Esporte IB/UNESP - Campus de Rio Claro.
- Universidade Federal de Uberlândia.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

H) REFERÊNCIAS

ANGELONI, M. T. (Org.) **Gestão do conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. v. 1. 209p.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Rede CEDES**. 2013. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em: 16 out. 2013.

CANZONIERI, A. M. **Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARVALHO, G. M. R.; TAVARES, M. S. **Informação e conhecimento, uma abordagem organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

KAWAGUTI, C. **E-gov e as políticas de lazer: análise dos projetos da rede**

CEDES – ministério do esporte. 2013. 80 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2013.

MACHADO NETO, N. R. Gestão de conhecimento como diferencial competitivo. In: SEMINÁRIO GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO, 4, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: Linker, 1998.

MARINHO, A.; SANTOS, P. M.; BAHIA, M. C.; ALVES, C. Grupos de Pesquisa em Lazer e Intercâmbios Internacionais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p.1-21, set./2011.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**. Tradução de A. B. Rodrigues, P. M. Celestre. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEREIRA, F. C. M.. O processo de conversão do conhecimento em uma escola de atendimento especializado. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 20, p. 38-52, 2005.

RICHARDSON, R. J. (Org.) **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, jul. 2009, p. 1-15.

SCHWARTZ, G. M. Grupos de Pesquisa em Gestão do Lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 20., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Divisão de Esporte e Lazer/Serviço Social da Indústria – SESI São Paulo, 2008.

SCHWARTZ, G. M. **O Lazer Como Campo De Pesquisa**. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 1., 2009, Belo Horizonte. Palestra.

SCHWARTZ, G. M.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, 192 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2007.

SOUZA, D. M. V. Museus de Ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 155-168, maio/ago. 2009.

TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G. M.; ALVES, H. B.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N. Gestão do lazer: os grupos de pesquisa em foco. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n.3, p.470-480, jul./set. 2009.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007. 278p.

I) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COORDENADORES DAS PESQUISAS FINANCIADAS

Dados de identificação

Nome do projeto:

Local:

Coordenador do Projeto:

Formação:

Vínculo institucional:

Número de integrantes da equipe:

Público alvo:

Número de pessoas atingidas diretamente pelo projeto:

Número de pessoas atingidas indiretamente pelo projeto:

Período de duração do projeto:

Roteiro da entrevista

Qual foi a principal motivação para o desenvolvimento desse projeto?

Qual(is) meios de divulgação foram utilizados para atingir o público alvo para a participação no projeto?

Há uma avaliação do número de pessoas atingidas pelo seu projeto (direta e indiretamente)? Explique.

De forma geral, qual foi o maior benefício proporcionado pelo projeto ao público a que se destinava?

Qual foi a maior contribuição da rede cedes, para o desenvolvimento desse projeto?

Houve parceria/participação de outros segmentos da sociedade para o desenvolvimento do projeto? (escolas, comunidade acadêmica, prefeitura, empresas e outros). Explique.

Houve desdobramentos/continuidade da iniciativa implementada pelo projeto?

Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) para a implementação e execução do projeto?

Como você avalia o impacto social do projeto?

Como você avalia o impacto científico do projeto?

Capítulo 2

HISTÓRICO E MUDANÇAS POLÍTICAS DA REDE CEDES

Giselle Tavares

INTRODUÇÃO

A Rede CEDES (RC) é uma ação programática que foi elaborada pelo Ministério do Esporte (ME), no ano de 2003, com o intuito de incentivar o campo de pesquisas sobre Esporte e o Lazer, por intermédio de apoios financeiros para Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. No ano de 2015, a RC chegou aos seus 12 anos de existência. Esta ação foi inovadora, no sentido de voltar os olhares governamentais para assuntos relacionados aos estudos sobre Ciências Sociais e Humanidades, sendo este um assunto de extrema importância para o desenvolvimento das áreas da Educação Física e Esportes.

Segundo Starepravo (2011), o apoio da Rede CEDES às IES, parece proporcionar à comunidade acadêmica, professores e alunos envolvidos, a possibilidade de serem atores da construção dessa história, podendo transformar a realidade na qual estão inseridos, por meio das contribuições oriundas de suas pesquisas e projetos desenvolvidos. Esta é uma das formas de intervenção da gestão participativa, a qual tem como característica superar o centralismo das decisões e descentralizar o poder advindo de quem governa.

Com a criação da Rede CEDES, diversos grupos de pesquisas tiveram maior subsídio para ampliar substancialmente o volume e a qualidade de estudos relacionados com essas temáticas, tendo em vista que o apoio federal proporciona a melhoria no aparato técnico-científico para as IES, as quais priorizam as pesquisas relevantes para a área do conhecimento sobre Esporte e Lazer. Neste sentido, as ações realizadas pela RC possibilitaram, mesmo que de forma indireta, que a sociedade civil, representada pelos pesquisadores, pudesse participar, avaliar e sugerir mudanças nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. Esses pesquisadores puderam contribuir, por meio da produção e disseminação de conhecimentos,

com os ideais de uma sociologia pública, baseada na luta contra o neoliberalismo, mostrando a importância do apoio governamental na elaboração e execução de políticas sociais no Brasil.

Apesar de diversos investimentos, é possível evidenciar que a Rede CEDES passa, atualmente, por problemas para garantir a sua legitimação no campo das ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, justamente pelo fato de ainda serem presentes, tanto a disputa política, quanto a acadêmica, dentro desta área de conhecimento. Desta maneira, torna-se importante analisar o caminho percorrido pela Rede até o presente momento, para que se possa compreender sua legitimidade e contribuir com o desenvolvimento de novas ações.

O PERCURSO DA REDE CEDES NO MINISTÉRIO DO ESPORTE

A trajetória política do Esporte e Lazer, no que se refere ao Governo Federal, passou por diversas etapas, até se estabelecer, hoje, em uma pasta específica referente ao Ministério do Esporte. Atualmente, este é o órgão federativo de maior poder do Esporte no Brasil. Até obter esta denominação, o Esporte brasileiro esteve sob a responsabilidade de diversos órgãos federais, em todo seu percurso histórico. Em uma contextualização realizada por Almeida e Marchi Junior (2010), foi possível observar que, inicialmente, em 1937, as competências relativas ao Esporte no Brasil eram de responsabilidade da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (1937). Somente de 1970 a 1978, tornou-se um Departamento, sendo, nesse último ano, transformado em Secretaria de Educação Física e Desporto.

O Esporte se manteve ligado ao Ministério da Educação e Cultura, até o ano de 1989, quando foi desvinculado, criando-se a Secretaria de Desportos da Presidência da República, permanecendo esta designação até o ano de 1995 (ALMEIDA; MARCHI JUNIOR, 2010). Ainda no ano de 1995, esta Secretaria se tornou o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP), que foi vinculado a um Ministério Extraordinário do Esporte, permanecendo nesta condição até 1998. No período de 1998 até 2000, este instituto esteve associado ao, agora sim, órgão regulamentado, Ministério do Esporte e do Turismo, onde o instituto foi substituído por Secretaria Nacional do Esporte.

Antes da formalização da criação do ME, na alteração governamental, focalizada pela passagem do governo de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva, houve a ideia de que o Ministério do Esporte e Turismo seria extinto, sendo que o Turismo iria para o Ministério do Desenvolvimento e o Esporte para o novo Ministério da Juventude, Lazer e Esporte. Apesar disso, o novo governo optou por criar um órgão exclusivo para o Esporte e, a partir da Medida Provisória n.º 103, de 01/01/2003, criou-se o Ministério do Esporte (ME) mostrando a necessidade de maior atenção do Governo Federal para este assunto (BRASIL, 2003). Este Ministério já esteve sob a responsabilidade de quatro diferentes gestores, sendo eles, Agnelo Queiroz, de 2003 a 2006, Orlando Silva Junior, de 2006 a 2011, José Aldo Rebelo Figueiredo, de 2011 a 2015, sendo atualmente dirigido pelo Ministro George Hilton dos Santos Cecílio.

Em sua criação, no ano de 2003, com uma pequena estrutura administrativa, o ME contou, inicialmente, com uma Secretaria Executiva; com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED); a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL). Até o ano de 2011, a atuação do ME no Esporte nacional se deu a partir destas três manifestações, conforme a Constituição Federal de 1988: educação, participação e rendimento.

A SNDEL foi criada no sentido de atender à demanda da comunidade vinculada ao Lazer e ao Esporte de participação e se estruturava em dois departamentos distintos, sendo o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTEC), dedicado à produção e difusão do conhecimento para a gestão de políticas sociais de Esporte e de Lazer e o Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer, dedicado à execução de políticas sociais, garantindo o acesso da população em todos os segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso e deficiente).

Diante dos objetivos propostos pelo DCTEC, idealmente, as ações existentes na pasta esportiva, relacionada com a produção de conhecimento, deveriam ficar sob a responsabilidade deste departamento. A primeira ação governamental com a intenção de aproximar o campo acadêmico e as Políticas Públicas foi a Rede CENESP - Centros de Excelência Esportiva, criada em 1995. Esta rede tem como objetivo principal, conjugar e convergir esforços, em conjunto com as IES, em benefício da prática esportiva, visando

o desenvolvimento, aplicação e transferência de métodos e tecnologias, inseridos na capacitação de recursos humanos e avaliação de atletas nas diferentes manifestações esportivas (BRASIL, 2012). Entretanto, nesta organização inicial, a Rede CENESP ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Esporte de Alto Rendimento.

Para atender às demandas relacionadas ao Esporte Recreativo e ao Lazer, uma das primeiras iniciativas realizadas pela SNDEL foi a criação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em 2003. Este programa tem como objetivo suprir a carência de Políticas Públicas e sociais que atendam às necessidades e demandas da população por Esporte Recreativo e Lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, que reforçam as condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

Até o ano de 2011, o PELC funcionou sob três eixos temáticos centrais, que buscou atender às questões referentes aos espaços para a prática do Esporte e Lazer, oportunizando as mesmas, e ainda, procurou estimular a reflexão e a produção científica sobre estas temáticas (BRASIL, 2011). Este último ponto traçava a relação existente entre o PELC e a Rede CEDES. Em linhas gerais, segundo informações disponibilizadas pelo *site* do ME (BRASIL, 2011), os 3 eixos temáticos do PELC eram, até o ano de 2011, o Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer; o Funcionamento da Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer junto às IES e a Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer.

Estes 3 eixos temáticos do PELC buscaram atender às demandas detectadas pela SNDEL como prioritárias dentro do campo de Esporte e Lazer. Estas demandas estavam relacionadas, primeiro, à ausência de programas para este fim, segundo, ainda neste sentido, à falta de espaços e equipamentos para o desenvolvimento destes programas e, por último, à inexistência de apoios no campo político para a formação e produção do conhecimento sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Para atender à demanda relacionada com a produção de conhecimento, foi criada, também em 2003, a Rede CEDES. Esta Rede, de início, teve como intuito promover o estreitamento de laços entre o governo e as Universidades e, com a existência de um programa dentro do ME com o mesmo objetivo, sendo somente de áreas diferentes, foi proposta a criação de uma linha voltada para o Esporte Recreativo e o Lazer, dentro da Rede CENESP. Entretanto, esta recomendação foi negada pela Rede CENESP, com o

argumento de que este tema não condizia com a linha temática já utilizada. Esta rejeição correspondia aos entraves existentes entre o campo político e o campo acadêmico nesta área em questão.

Sendo assim, alocada na SNDEL, a Rede CEDES, se pautou, inicialmente, nos seguintes princípios norteadores (BRASIL, 2014):

- Na democratização do acesso às informações relativas ao Esporte Recreativo e ao Lazer.
- No direcionamento das ações nas áreas do Esporte Recreativo e Lazer, para a promoção da equidade regional e microrregional da gestão pública, integrando os grupos de pesquisa, as universidades e centros de pesquisa à sociedade.
- No fomento a estudos e pesquisas voltados à consecução de Políticas Públicas de Esporte e de Lazer comprometidas com o aperfeiçoamento da gestão do Esporte Recreativo e do Lazer.
- No estímulo à difusão e à produção do conhecimento afetos às ações de gestão no campo das políticas do Esporte Recreativo e do Lazer.
- Na difusão do conhecimento produzido, por meio do fomento a eventos científicos e edição e distribuição de materiais técnico-científicos (periódicos e livros).

Neste sentido, é possível afirmar que a Rede CEDES, desde sua concepção até os dias atuais, mesmo diante de diversas mudanças, sempre articulou ações de pesquisa, com fomento a eventos científicos e tecnológicos, bem como, o apoio a periódicos e *sites* de disseminação de informações. A configuração de ações da Rede CEDES buscou a interlocução de diversas instâncias no campo científico, na tentativa de aproximação dos campos científicos e políticos.

Em termos de dados efetivos, os levantamentos constantes do Balanço da Rede CEDES realizado por Schwartz et al. (2010) e no estudo de Tavares e Schwartz (2013), bem como, por dados disponibilizados pelo próprio *site* Ministério do Esporte, evidenciaram que a Rede passou por 5 diferentes fases. A primeira delas, de 2003 a 2006, foi marcada pelo início dos financiamentos, onde os convênios eram firmados por meio de parcerias entre o ME e grupos de estudos nas diferentes regiões no país, que tinham comprovada experiência científica no campo das Políticas Públicas de Esporte

e Lazer. Estas pesquisas eram chamadas de pesquisas induzidas, realizadas por meio de convite aos pesquisadores com notória *expertise* na área de conhecimento. Inicialmente estes convênios eram feitos somente com Universidades públicas, sendo estendidos a Universidades privadas e sem fins lucrativos em um segundo momento.

Neste período, foram criados Núcleos nas Universidades, compostos por diferentes grupos de pesquisa, da mesma Instituição ou por Instituições parceiras de outras Universidades. Neste primeiro momento, a Rede também teve como objetivo, proporcionar um crescimento científico em regiões menos favorecidas pelas instituições de fomento. Para tanto, foram criados Núcleos da Rede CEDES nas IES para a produção das pesquisas em regiões que não recebiam apoio de outros órgãos financiadores, sobretudo, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Neste período, foram desenvolvidas 96 pesquisas nos diversos núcleos.

A segunda fase foi caracterizada pelo início da utilização de editais públicos para a concessão de convênios. Este período, que se iniciou em 2007, possibilitou que as informações referentes a este financiamento pudessem chegar a todos os interessados. Nesta fase, desenvolveu-se um total de 112 pesquisas. Neste momento em específico, existiam duas possibilidades de realização de pesquisas, sendo elas as pesquisas induzidas, continuando a ideia de parceria direta das Universidades com o Ministério do Esporte, no sentido de subsidiar demandas específicas, e as pesquisas semi-induzidas, que eram firmadas por meio do edital público.

Uma terceira fase, no ano de 2009, foi caracterizada por maior incentivo da RC à socialização do conhecimento, na qual foram desenvolvidas pesquisas induzidas, como a criação do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC) e o Balanço da Rede CEDES. Esta fase merece destaque, pois foi um importante momento em que se potencializou a gestão, sistematização e registro de todo o material produzido por estas pesquisas, seja no formato de artigos, livros, apresentação de trabalho em congressos, entre outros.

O Repositório Institucional da Rede CEDES foi lançado oficialmente em 2010, no I Seminário Latino Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: consolidando uma rede de Produção de Conhecimento, Formação e Informação, realizado em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Este projeto foi fruto de uma parceria do Ministério do Esporte com o LaboMídia/UFSC e teve como objetivo reunir, preservar, organizar e disponi-

bilizar toda a produção científica resultante das pesquisas da Rede CEDES. Além desta ação, também no ano de 2010, foi publicado o livro intitulado *Gestão da informação sobre Esporte Recreativo e Lazer: balanço da Rede CEDES*, oriundo de uma parceria do ME com o LEL – Laboratório de estudos do Lazer/DEF/IB/UNESP Campus Rio Claro.

A quarta fase foi iniciada em 2011, a partir de uma mudança estrutural no ME. A Rede CEDES, a qual, anteriormente a este momento, fazia parte das ações realizadas pela extinta Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, passou a fazer parte da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Já dentro desta nova secretaria, foi lançado um Edital, em novembro de 2011, onde foram aprovados 44 projetos.

Neste contexto, o modelo utilizado até então, referente à gestão do ME, o qual era dividido em três secretarias, Esporte de Rendimento, Educacional e Esporte Recreativo e Lazer, foi modificado. A SNDEL, secretaria onde eram desenvolvidas as ações da Rede, foi extinta, iniciando uma fase de incertezas sobre a continuidade dos projetos apoiados por ela, marcando, mais uma vez, descontinuidade das ações políticas.

Assim, o novo modelo estrutural do ME contempla, atualmente, a Secretaria Executiva; Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Nesta configuração, a Rede CEDES estaria subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (BRASIL, 2014). Diante desta nova organização e da realocação da Rede, houve um “congelamento” nas ações desenvolvidas pela Rede, justificando-se pelo fato de a mesma estar passando por mudanças dentro do ME, tanto no aspecto estrutural, quanto no aspecto político.

Além da mudança do Ministro, houve também uma reestruturação em termos de organograma, secretarias, diretorias, coordenações e departamentos. Diante disso, a equipe que oficialmente assumiu a coordenação da Rede CEDES, com o argumento de não haver disponibilidade financeira, enviou uma carta a todas as Universidades, oficializando o cancelamento do edital.

A partir deste momento, iniciou-se um processo de busca de legitimidade da Rede CEDES, para que a mesma pudesse continuar existindo no cenário das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer

no Brasil. Para isto, contou-se com a participação ativa dos pesquisadores envolvidos com a Rede, para que os resultados pudessem ter maior divulgação, e, principalmente, que estes chegassem aos gestores públicos.

O Balanço da Rede CEDES, realizado por Schwartz et al. (2010), e o Repositório Institucional da Rede CEDES, puderam contribuir substancialmente neste período, pois, mesmo que esse Balanço não apresentasse dados exatos, diante da dificuldade em sistematizar tais informações, foi um importante indicativo de resultado desta ação. Entretanto, o balanço realizado por estes pesquisadores, foi composto pelo período de 2003 a 2009, ou seja, as pesquisas aprovadas em 2009 e as renovações de pesquisas de outros períodos não foram contempladas neste estudo. Nesta perspectiva, este estudo buscou complementar os dados desta pesquisa, para que se possa apresentar um panorama mais completo do período em que houve financiamento sistemático da Rede CEDES.

PERSPECTIVAS FUTURAS DA REDE CEDES

No processo de reestruturação da Rede CEDES, os pesquisadores envolvidos, pautados nos resultados e benefícios que o financiamento advindo da Rede trouxe para as IES, buscaram reivindicar, junto ao Governo, a permanência da Rede no plano de ações. Estas discussões se iniciaram no ano de 2012. Sendo assim, estes pesquisadores se mobilizaram, organizando reuniões “auto-convocadas”, para que lhes fosse garantido este direito, sendo que, nos 10 anos de existência da Rede CEDES, foram conquistadas diversas melhorias nas Universidades contempladas, tanto no aspecto técnico financeiro, como no aspecto científico. Estes pesquisadores formaram, posteriormente, a Coordenação Nacional dos Pesquisadores da Rede CEDES, sendo esta uma instância representativa dos pesquisadores da Rede junto ao Ministério do Esporte.

Este movimento, liderado pelos pesquisadores, culminou na realização de um evento em Brasília, no mês de outubro de 2013, denominado de I Seminário Nacional da REDE CEDES: 10 anos de produção, que contou com a participação de pesquisadores da Rede, representantes do Ministério do Esporte e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Neste evento, foi apresentado um levantamento sobre as ações realizadas nos últimos anos pela Rede CEDES e delineados os próximos passos da Rede, bem como, o espaço da Rede dentro da estrutura organizacional do ME (BRASIL, 2014).

Dentro desta nova configuração, a Rede CEDES ficou sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas (CGPES), alocada no Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/DEDAP, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS. Até então, houve dificuldade de identificar o lugar da Rede CEDES no contexto de ações do Ministério do Esporte.

Este período pode ser considerado uma quinta fase da Rede, denominada de “Retomada da Rede CEDES”, pelos gestores do Ministério do Esporte. Esta retomada contou com a participação proativa da Coordenação Nacional dos Pesquisadores da Rede CEDES e dois consultores convidados pelo Ministério do Esporte, sendo professores renomados e com experiência comprovada na área das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer.

Na chamada “Retomada da Rede CEDES”, a partir do ano de 2013, o financiamento, antes advindo e gerenciado pelo Ministério do Esporte para a Rede CEDES, foi vinculado a um edital do CNPq, por meio de Chamadas Públicas, as quais aconteceriam a cada dois anos. No ano de 2013, esta chamada foi divulgada no dia 02 de outubro, com a denominação “ME/CNPq Nº 091/2013 – Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões” (CNPq, 2013). Este edital envolveu o CNPq, o Ministério do Esporte e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo esta, caracterizando as ações da chamada quinta fase da Rede CEDES.

Esta Chamada teve os seguintes pressupostos (CNPq, 2013):

- Estimular a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação relacionados à área do Esporte em todas as suas dimensões.
- Incentivar a constituição e desenvolvimento de grupos de pesquisa.
- Estimular o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras voltadas ao Esporte como instrumento de desenvolvimento social.
- Apoiar projetos de pesquisa voltados ao acompanhamento e à avaliação das políticas públicas de Esporte.
- Estudar o impacto da realização dos megaeventos esportivos na perspectiva da compreensão do legado social, educacional e econômico.

- Contribuir para o avanço científico, tecnológico e de inovação do Esporte nacional.

O referido edital apresentou diferentes linhas temáticas, sendo elas (CNPq, 2013):

- Linha 1 - Legados dos Megaeventos Esportivos
- Linha 2 - Políticas Públicas e Gestão no Esporte e Lazer
- Linha 3 - Esporte de Alto Rendimento
- Linha 4 - Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social
- Linha 5 - Equipamentos para Esporte e Lazer
- Linha 6 - Saúde e Medicina Esportiva.

Os pesquisadores ligados à Rede CEDES se enquadrariam, inicialmente, nas linhas temáticas 2 e 4, sendo estas ligadas ao financiamento do Esporte Recreativo e Lazer. Entretanto, poderiam também, se associarem às linhas 1 e 5. Os valores destinados a este edital eram estimados para até R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), sendo R\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil reais), destinados a custeio e bolsas e R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) destinados a capital, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq (CNPq, 2013). Em termos gerais, este edital representou um dos maiores financiamentos ligados ao Esporte e ao Lazer no Brasil.

No que tange à divisão deste total de financiamento nas referidas temáticas, ficou assim estabelecido (CNPq, 2013, p.10):

- a) Projetos da linha 1 (Legados de Megaeventos Esportivos) – até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- b) Projetos na linha 2 (Políticas Públicas e Gestão no Esporte e Lazer) – até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- c) Projetos na linha 3 (Esporte de Alto Rendimento) - até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- d) Projetos na linha 4 (Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social) – até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- e) Projetos na linha 5 (Equipamentos para Esporte e Lazer) – até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- f) Projetos na linha 6 (Saúde e Medicina Esportiva) – até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Ao se analisar os resultados deste edital, é possível observar que, nas linhas 2 e 4 temáticas, nas quais, prioritariamente, se enquadrariam os pesquisadores da Rede CEDES, tiveram, 5 e 1 projetos de pesquisa aprovados respectivamente. Nas outras linhas, não houve pesquisas aprovadas para pesquisadores da Rede CEDES. Nesta perspectiva, do número de pesquisadores da Rede CEDES que concorreram ao Edital de 2011, onde o número total de projetos aprovados foi 44, somente 6 tiveram pesquisas aprovadas no Edital ME/CNPq.

Sob a ótica das agências financiadoras de pesquisa, a mudança no formato de seleção das propostas, que antes era realizada via Ministério do Esporte, o qual, teoricamente, não teria tanta *expertise* para avaliar e selecionar projetos de pesquisa, passando para um órgão específico para este fim, como o CNPq, pode ter agregado certa qualidade ao processo. Entretanto, para os pesquisadores, considerando o número de projetos aprovados, torna-se necessária uma análise mais aprofundada sobre os critérios utilizados para a avaliação e seleção dos mesmos.

Concomitante a este processo, a nova gestão da Rede, no ano de 2014, retomou as ações dentro da previsão orçamentária também do Ministério do Esporte, por meio de uma chamada-convite enviada diretamente aos pesquisadores cadastrados na Rede (BRASIL, 2014). Esta chamada-convite consistiu na seleção, para financiamento de projetos de apoio a periódicos, publicação de livros e realização de eventos científicos, os quais podem contribuir com o acesso ao conhecimento científico, tecnológico e pedagógico, voltados ao aperfeiçoamento das políticas, programas e projetos esportivo-educacionais, de Lazer e de inclusão social.

Este processo pode ser caracterizado como uma retomada das pesquisas induzidas, levando em consideração a experiência de grupos de pesquisas no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Segundo dados do *site* do Ministério do Esporte, após seleção de propostas para apoio financeiro, esta ação culminou em parcerias para a realização 3 três periódicos, 4 livros e 9 eventos científicos.

Como produto destas iniciativas referentes à Rede CEDES, no ano de 2014 aconteceu o II Seminário Nacional da Rede CEDES, na cidade de Brasília, onde foram realizadas discussões, com o intuito de aproximar os pesquisadores da Rede na construção coletiva e participativa das ações. Foram discutidas as propostas de encaminhamentos para as ações da Rede no ano de 2015 e as propos-

tas de avanços nas reflexões sobre a produção de conhecimento em Educação Física, Lazer e Ciências do Esporte: desafios para a produção de conhecimento, a partir da perspectiva das Ciências Humanas e Sociais.

Foi discutido também neste evento a potencialização do uso do Repositório da Rede CEDES, que teve seu nome alterado para Repositório Institucional Vitor Marinho (BRASIL, 2015), homenagem ao renomado pesquisador da área de Educação Física. Por decisão dos pesquisadores e gestores da Rede CEDES/SNEELIS/Ministério do Esporte, reunidos no “Seminário Nacional da Rede CEDES – 10 anos de produção” (Brasília/DF, 30/9 e 01/10/2013), o então denominado Repositório Institucional da Rede CEDES passou a chamar-se Repositório Vitor Marinho. Com essa decisão, presta-se uma homenagem a um dos principais construtores do pensamento pedagógico brasileiro no campo da Educação Física, além de militante político e cultural.

Esta alteração teve como objetivo utilizar o Repositório como centralizador de informações de todas as ações do Ministério do Esporte e não somente da Rede. Além disso, foi apresentada a proposta de Estrutura e Organização dos Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Rede CEDES.

Segundo o documento produzido no II Encontro Nacional da Rede CEDES, realizado em 2014, como resultado final deste encontro, e com intuito de fortalecer e revitalizar a Rede CEDES, além de qualificar suas ações, os pesquisadores, juntamente com os gestores, aprovaram em plenária final, os objetivos estratégicos da Rede CEDES, a definição, estrutura e organização dos “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES”, os delineamentos quanto à produção e fomento de pesquisas pela Rede CEDES, a divulgação e difusão de conhecimentos pela Rede CEDES, por meio de periódicos, livros e eventos, bem como, quanto ao “monitoramento”, controle e avaliação das ações da Rede CEDES.

Como desdobramento deste evento, no mês de julho de 2015 foi divulgado no Diário Oficial da União (DOU), o edital público relativo à Chamada para apresentação de proposta de estruturação e funcionamento dos “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede CEDES”. Segundo o documento publicado no DOU (BRASIL, 2015), o chamamento público tem por objetivo selecionar projetos que receberão recursos

do Orçamento Geral da União, com vistas à estruturação e ao funcionamento de até 27 “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES”, sendo 01 para cada unidade da federação. Estes Centros serão polos aglutinadores de grupos de pesquisa, tendo em vista o desenvolvimento de ações acadêmico-científicas, com o objetivo de produzir e socializar conhecimentos que contribuam com a qualificação das políticas públicas.

A publicação deste edital público marca o estabelecimento da Rede CEDES como uma ação do Ministério do Esporte e também representa um ganho para a sociedade civil, representada pelos pesquisadores, por meio da participação efetiva na busca da continuidade das ações realizadas pela Rede, em prol tanto do campo político quanto do campo científico. Torna-se necessário considerar todo o histórico da Rede CEDES, os prognósticos e sugestões evidenciados pelas pesquisas anteriormente realizadas, para que este edital tenha os resultados esperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme salienta Castellani Filho (2006), os estudos sobre Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer são recentes na área acadêmica e foram incentivados pela chegada, sobretudo em instâncias federais, de políticos que defendem ideais relacionados à gestão participativa, distintos do conceito conservador utilizado pelos governos antecedentes. Para Mascarenhas (2006), a participação social é um fator essencial para a concretização do Esporte e Lazer como direitos sociais, já estabelecidos como tais na Constituição Federal. Ainda segundo este autor, o direito ao Esporte e ao Lazer deve se fortalecer sobre princípios como participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia.

Este capítulo buscou apresentar e situar a Rede CEDES e as diversas fases percorridas por ela nestes 12 anos de existência. Neste contexto, mesmo diante de diversos problemas, é possível afirmar que a Rede CEDES representou um importante ação do campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, principalmente por estreitar as relações entre Universidade e Governo. Entretanto, foi possível destacar que ainda são necessários melhoramentos, para que esta ação seja feita de modo consciente e coerente, não sendo representada por lutas e interesses políticos, mas sim, por uma

demanda social efetiva e que possa realmente contribuir para o campo do Esporte e Lazer.

A dificuldade de padronização no modelo de gestão, pode ter sido um dos problemas encontrados para a legitimação dessa Rede no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer neste período. Torna-se necessário que os atores envolvidos neste processo continuem se mobilizando, para que se possam tornar evidentes os impactos que esta Rede trouxe, tanto no campo das políticas públicas como no de pesquisas.

Para finalizar, é relevante destacar a necessidade de melhor gerenciamento das informações referente às ações da Rede. Foi possível constatar, em todo o seu período de existência, que, mesmo sendo feitas algumas ações pontuais, como o Balanço de Rede CEDES (SCHWARTZ, et al. 2010), o Repositório Institucional Vitor Marinho, a transparência no *site* do Ministério, sobretudo quanto aos dados referentes às publicações, ainda se encontra prejudicada, uma vez que não é possível se obter dados exatos sobre os financiamentos realizados. Esta presente pesquisa, relativa à investigação sobre os impactos social e científico da Rede CEDES representa mais um passo na busca da gestão destas informações, sendo uma importante iniciativa, a qual poderá subsidiar o planejamento de futuras ações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de Esporte e Lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Rio Grande do Sul, v.16, n.4, p.73-92, 2010. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1153/115316963005.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

BRASIL. **Medida Provisória**. Nº 103, de 1º de janeiro. 2003. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2003/103.htm>>. Acesso em 12 jul. 2012.

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). 2011. Disponível em: <<http://www.Esporte.gov.br/sndel/EsporteLazer/default.jsp>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Rede CENESP: Sobre a Rede. 2012. Disponível em: < <http://www.Esporte.gov.br/snear/cenesp/sobre.jsp>>. Acesso em 15 jan 2012.

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Rede CEDES. 2014. Disponível em: <http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte_Lazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Documento final do Encontro Nacional da Rede CEDES. 2014. Disponível em: <http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte_Lazer/cedes/noticias>. Acesso em 15 jun. 2015.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Repositório Institucional Vitor Marinho. 2015. Disponível em: <<http://vitormarinho.ufsc.br/xmlui/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **Diário Oficial da União**: Chamada para apresentação de proposta de estruturação e funcionamento dos “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede CEDES”. 2015. Disponível em: <<http://www.Esporte.gov.br/index.php/institucional/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/160-ministerio-do-Esporte/rede-cedes>>. Acesso em 15 jul. 2015.

CASTELLANI FILHO, L. Gestão municipal e política de Lazer. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre Lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.119-135.

CNPQ. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/>>. Acesso em: 12 jan 2013.

MASCARENHAS, F. Política de Esporte e Lazer: financiamento e controle social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER, 6., 2006, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Unimontes, 2006.

SCHWARTZ, G. M. Reflexões e sugestões acerca do conteúdo da produção da Rede CEDES de 2003 a 2010. In: SCHWARTZ, G. M.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre Lazer e Esporte Recreativo**: balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p.129-142.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil**: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 482f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 422

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramento das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G. M.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre Lazer e Esporte Recreativo: balanço da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p. 69-91.

TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G. M. Gestão da informação e do conhecimento em políticas públicas: ações realizadas pela Rede CEDES/ME. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 207-226, 2013.

Capítulo 3

IMPACTOS SOCIAIS DAS PESQUISAS FINANCIADAS PELA REDE CEDES

Fernanda Lopes Andrade
Gisele Maria Schwartz

Entendendo que a Rede CEDES apoia projetos alinhados ao objetivo de aprimorar e qualificar a gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, tornou-se interessante avaliar se os resultados provenientes das pesquisas apoiadas efetivamente reverberam nas populações atendidas. A esta ação de análise sobre as possíveis ressonâncias ocorridas, neste estudo, dar-se-á o nome de impacto social.

Ao se debruçar sobre o tema da gestão social de projetos de Esporte e Lazer, Correia (2008, p. 123) afirmou que “[...] avaliar o impacto de um projeto em Educação Física, Esporte e Lazer, significa pensar sobre o legado social que este pode deixar para as comunidades envolvidas após o seu término”. Segundo esse autor, esse entendimento, aliado ao planejamento tecnicamente elaborado, é o que vai favorecer e possibilitar o surgimento e melhor aproveitamento de Políticas Públicas na área de Esporte e Lazer.

Entretanto, impacto social é um termo bastante complexo, haja vista que inclui inúmeras variáveis, objetivas e subjetivas, as quais auxiliam a definir a eficácia ou a ineficiência dos desdobramentos de uma pesquisa. Cortês-Neto et al., (2010), ao buscarem indicadores para avaliar o sucesso de projetos no âmbito socioesportivo, evidenciam que o impacto de uma ação social pode ser medido a partir de uma análise sistemática das consequências ambientais, econômicas e sociais para as comunidades em que estes projetos se inseriram. Esta análise pode ser feita mesmo no decorrer do projeto, mas, sobretudo, após seu término.

Bonilla (2007) destaca os fatores comuns em diversas definições de impacto social. Para essa autora, as definições ressaltam a presença da relação causa-efeito entre as ações e os impactos causados, os resultados em médio e longo prazos, as mudanças previstas ou não, positivas e negativas nas comunidades envolvidas, a

duração das ações e dos efeitos, além de algumas definições que incluem impacto a grupos sociais não previstos nas ações iniciais, assim como, metas e resultados também não previstos inicialmente.

De maneira geral, os autores citados apontam que, analisar os impactos sociais de uma ação planejada é voltar-se a todas as mudanças ocorridas no contexto em que se inserem, ao longo de determinado tempo. Entretanto, assim como existem esses parâmetros e indicadores utilizados em alguns estudos para mensurar tais efeitos, ao se perceberem as peculiaridades e diferenciações entre projetos e ações, torna-se importante que os critérios a serem adotados sejam contextualizados e coerentemente adaptados para cada situação, ficando a critério dos avaliadores destacarem os aspectos mais pertinentes à sua avaliação.

Neste sentido, este estudo procurou identificar em que medida as pesquisas apoiadas pela Rede CEDES no Edital de 2009, puderam impactar a sociedade, colaborando para subsidiar novas ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Advinda deste interesse, surgiu a seguinte inquietação geradora: estaria, efetivamente, a Rede CEDES contribuindo para a democratização e disseminação do conhecimento produzido nas Universidades, integrando pesquisadores, gestores, agentes esportivos e sociedade brasileira, como apontam suas diretrizes? Qual o impacto social das ações fomentadas pela Rede? Que mudanças esses projetos proporcionaram à sociedade e à qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer brasileiras?

Estas foram as inquietações geradoras deste estudo, de natureza qualitativa, buscando contribuir para novas reflexões. Para este capítulo, foi realizada uma pesquisa documental, baseada em todos os relatórios das pesquisas, aos quais se pode ter acesso e que foram disponibilizados pelos próprios pesquisadores, referente aos seguintes documentos: Relatórios de Cumprimento de Objeto (RCO), Extratos de relatório, relatórios finais e livros. Todos esses documentos foram disponibilizados pelo Ministério do Esporte, Repositório Institucional da Rede CEDES e pelos próprios coordenadores das pesquisas aprovadas no Edital de 2009.

Esses relatórios foram entregues no decorrer ou após o término das pesquisas, por alguns pesquisadores, apenas. Portanto, uma das limitações do estudo se baseia no fato de que não houve uma padronização desses relatórios e nem houve uma cobrança, por parte do Ministério, sobre a obrigatoriedade de entrega dos mesmos. Sendo assim, muitos dos documentos que deveriam constar

no *site* do Ministério, ou divulgados em outros parâmetros da gestão da informação não estão disponíveis, dificultando sobremaneira o acesso e limitando, de certa forma, a abrangência deste estudo, além de não permitir, assim, uma caracterização fidedigna sobre o impacto de todos os projetos. Os dados aos quais se teve acesso indicam, portanto, os principais aspectos envolvendo o impacto social dos projetos financiados que cumpriram com a tarefa de entrega de algum tipo de relatório.

Os parâmetros utilizados para caracterizar o impacto social potencial dos projetos apoiados pela Rede CEDES emergiram da própria pesquisa, mas, teve suas bases a partir da busca bibliográfica relacionada ao tema (CORTÊS-NETO, 2010; BONILLA, 2007). Neste estudo, então, foram levados em consideração para a análise os seguintes indicadores:

- 1. Distribuição geográfica/regional das pesquisas financiadas:** apontando as regiões brasileiras que são mais visadas e contempladas no que tange às Políticas Públicas de Esporte e Lazer e qual a influência das condições socioeconômicas na distribuição dos recursos disponibilizados pelo Ministério do Esporte.
- 2. Segmentos da população beneficiados (descrição e quantificação):** identificando as comunidades mais favorecidas pelas ações ligadas ao Esporte e Lazer no Brasil e a abrangência e difusão da produção da Rede.
- 3. Parcerias:** evidenciando os diferentes setores sociais envolvidos e que, de alguma forma, apoiaram e fortaleceram as pesquisas, formando uma rede que otimizou a efetivação dos projetos sociais.
- 4. Desdobramentos das pesquisas:** projetando as ações desenvolvidas para além dos resultados previstos nas pesquisas.

Por meio da lista de projetos aprovados no edital da Rede CEDES de 2009, obtida no site do Ministério do Esporte, foi possível identificar 44 projetos. Entretanto, após contato com os respectivos coordenadores, foi necessário excluir 7 projetos, por não terem recebido efetivamente o apoio, totalizando uma amostra de 37 projetos. Dos 37 projetos financiados, somente 25 apresentaram algum tipo de relatório para prestação de contas. A seguir, apresentamos os resultados e a discussão pertinente a cada parâmetro utilizado para caracterizar os impactos sociais das pesquisas apoiadas.

1. Distribuição geográfica/regional das pesquisas financiadas

Dos 37 projetos, que receberam apoio da Rede CEDES por meio do Edital lançado em 2009, apenas 25 apresentaram algum tipo de relatório para esta pesquisa, onde a região Sudeste foi a mais contemplada, com 12 pesquisas (a maioria concentrada no estado de Minas Gerais¹). Em seguida, notou-se a região Sul, com 6 pesquisas, seguida das regiões Nordeste, com 4 pesquisas, Centro-Oeste, com 3 pesquisas, sendo uma no Distrito Federal, e Norte, não apresentando qualquer tipo de relatório para esta pesquisa. Observou-se, então, a predominância das pesquisas desenvolvidas nas regiões Sul e Sudeste.

Um dos aspectos que pode ter bastante interferência neste resultado é o fator econômico, incluindo a distribuição de renda por região. A síntese de indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2012) demonstra, a partir de diversos parâmetros como arranjos familiares, renda per capita, saneamento básico, índices de violência, dentre muitos outros, que as regiões Sudeste e Sul são as mais favorecidas socioeconomicamente. O estudo constata, inclusive, que o bom desempenho da região Sudeste se deve ao fato da maior efetividade do poder público, devido a fatores como melhor economia, número populacional e sua maior capacidade de mobilização.

No que tange a outros intervenientes neste resultado, Schwartz (2010), ao avaliar a produção da Rede CEDES no período entre 2003 e 2010, salientou que a distribuição geográfica dos projetos de pesquisa contemplados pela Rede é um fator muito relevante. Para a autora esta importância se justifica, tanto para orientar futuras chamadas públicas, quanto para estimular convites diretos por parte do Governo Federal a grupos de pesquisa de regiões com menor demanda de projetos, ampliando, assim, a participação e disseminação de conhecimento.

Este resultado do privilégio de apoio às regiões Sudeste e Sul parece ser um padrão que se repete desde as pesquisas financiadas em 2003, como analisado por Kawaguti (2010). Em estudo sobre a gestão pública que abordou projetos sociais governamentais bra-

¹ Uma das pesquisas do Estado de Minas Gerais teve abrangência internacional, contemplando os países latino-americanos Costa Rica, Equador, Argentina e México.

sileiros (incluindo ações que envolviam Esporte e Lazer), Tenório e Rozenberg (1997) já constataram o mesmo padrão de distribuição geográfica da amostra de seu estudo, sendo a maior parte dos projetos advindos das regiões Sudeste e Sul, seguida das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Bortolozzi (2003) ressalta como um dos importantes indicadores desse desequilíbrio, para além do aspecto econômico, o grande número de pesquisas e programas de pós-graduação concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Essa afirmação do autor se baseia em dados dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), envolvendo o CNPq e a CAPES, no ano de 2002.

Em outro artigo, Bortolozzi e Gremski (2004) atribuem tal assimetria ao fato de que algumas Universidades são mais beneficiadas financeiramente, por manterem uma relação direta entre o aporte de recursos financeiros destinados a uma Instituição de Ensino Superior e sua consolidação na pesquisa e na pós-graduação, em relação a outros Estados. De acordo com esses dados dos autores, esse desequilíbrio tendem a se aprofundar, caso não se projetem iniciativas capazes de fomentar especificamente as áreas menos favorecidas.

Desta forma, este resultado ainda mostra a pertinência das sugestões de Schwartz (2010), a respeito da necessidade de maior fomento a pesquisas nas regiões com menos projetos contemplados, a saber, Norte e Centro-Oeste.

2. Segmentos da sociedade contemplados nas pesquisas

Nesse parâmetro, buscou-se identificar quais grupos de atores sociais e quantos representantes destes grupos foram alvo das pesquisas apoiadas pela Rede CEDES, verificando, inclusive, se grupos em situação de vulnerabilidade social foram contemplados de alguma forma. São apresentados a seguir os grupos sociais contemplados, o número de projetos associados a estes grupos e o número estimado de pessoas beneficiadas diretamente pelas pesquisas.

Nos 25 relatórios analisados, puderam ser destacados os seguintes segmentos abordados nas pesquisas: 2 estudos com gestores, 5 com gestores e usuários de equipamentos públicos de Esporte e Lazer, 4 com grupos de pesquisa, 2 com jovens de periferia, 3 com comunidades acadêmicas/escolares (docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, professores e escolares), 1 com crian-

ça obesa, 1 com mulheres negras e empobrecidas, 1 com torcedores organizados, 3 com líderes comunitários (secretários, entidades específicas, coordenadores de outros projetos), 3 com a comunidade em geral. Ao se somarem esses resultados, pode-se totalizar um número mínimo estimado de 3.442 pessoas atingidas diretamente pelas pesquisas.

Pode-se perceber que este é um número ainda inexpressivo, ao se levar em conta a grandiosidade das regiões brasileiras, em termos populacionais e territoriais. Entretanto, nota-se uma diversidade bastante grande de pessoas atingidas com as ações de apoio da Rede CEDES, o que é favorável, quando se pretende compreender o impacto social de pesquisas.

Gatti (2001) salienta que, com a evolução e expansão dos programas de pós-graduação, as pesquisas começaram a ampliar as temáticas e a consolidar o aprimoramento metodológico. Isto favorece a diversidade temática, assim como os enfoques sobre os grupos sociais.

Ainda que estas pesquisas evidenciem uma evolução apoiada na importância da diversidade de atendimentos e focos sobre grupos diferenciados, esta evolução não garante que o impacto seja efetivamente positivo como se espera. Conforme Gatti (2001) ressalta, há sempre que se relativizar o impacto dos resultados de pesquisas, quando as dimensões são difíceis de serem avaliadas e quando não são abordados todos os problemas associados aos diferentes atores sociais, como é o caso dos resultados desses estudos, muitos dos quais não continham dados palpáveis, porém, apresentavam temáticas bastante importantes, quando o enfoque recaía, inclusive, na perspectiva de apoiar grupos em vulnerabilidade social.

Pode-se perceber, com base nos relatórios acessados, que muitas pesquisas abordaram grupos vulneráveis. Dos grupos citados, 11 pesquisas incluíram grupos de vulnerabilidade social, conforme os próprios pesquisadores evidenciaram, sendo 2 pesquisas com usuários de equipamentos de lazer (analisando-se a questão da acessibilidade), 2 com jovens de periferia, 1 com população de baixa renda, 1 com mulheres negras e empobrecidas, 2 com crianças (obesas/carentes participantes de projetos sociais), 1 com artistas populares (anônimos), e 2 apenas citam o termo vulnerabilidade, mas não especificam a população. Estas abordagens indicam um número mínimo estimado de 520 pessoas em vulnerabilidade social atingidas diretamente pelas propostas.

Apesar de a maioria das pesquisas tratar de mapeamentos e fornecimentos de dados basais, os quais também poderão subsidiar as Políticas Públicas e outras pesquisas no setor de Esporte e Lazer, atingindo potencialmente todos os segmentos populacionais, percebe-se a importância de dar destaque aos projetos que inspiraram enorme potencial para o desenvolvimento de pesquisas de intervenção, voltadas à perspectiva de abordagens sobre a inclusão social de vulneráveis.

O IBGE (2012) considera como grupos de vulnerabilidade os segmentos da população que possuem menor renda e carências sociais, entendidas como o acesso aos direitos sociais e ao bem-estar. Corroborando a análise referente à distribuição geográfica dos projetos apoiados pela Rede CEDES, verifica-se que os grupos vulneráveis, conforme esse Instituto, são também menos presentes nas regiões Sudeste e Sul, em relação à proporção desses segmentos nas demais regiões. Entre os grupos vulneráveis, algumas pesquisas apontaram o olhar para a questão da análise da acessibilidade nos equipamentos de Esporte e Lazer.

Nesse aspecto da acessibilidade de deficientes físicos em espaços públicos de Esporte e Lazer, as intervenções buscaram subsidiar novas investidas na garantia ou melhoria do acesso público. Isto indica que esta problemática sobre inclusão social no esporte e no lazer começa a reverberar como tema importante de pesquisas, uma vez que, diversos municípios brasileiros, conforme os relatórios, foram contemplados pelos estudos.

A perspectiva de inclusão social representa um enorme desafio na atualidade, haja vista os parâmetros de desigualdades sociais, econômicas e culturais presentes na sociedade brasileira na atualidade. As condições de acesso aos bens também requer aprimoramento dos mecanismos de participação na vida coletiva, como ressaltou Moreira (2006).

Para esse autor, torna-se imprescindível haver um processo amplo de envolvimento dos segmentos governamentais, bem como, das instituições de pesquisa, incluindo as universidades e entidades científicas, para deflagrar ações que promovam a capacitação desses grupos marginalizados, minimizando diferenças. Sendo assim, os enfoques dados aos estudos, os quais privilegiaram ações que pudessem minimizar a exclusão social são bastante relevantes e merecem destaques em novos editais de pesquisa, como temas prioritários a serem abordados. Mais do que isto, os resultados desses estudos devem ser devidamente apreendidos como subsídios

importantes no âmbito das Políticas Públicas, para que novas estratégias sejam viabilizadas.

Embora com dados incipientes fornecidos pelos relatórios analisados, no que tange ao impacto social das pesquisas, verifica-se outra importante vertente citada, voltada à cultura popular. Apesar de os estudos que abordaram expressões culturais não terem citado efetivamente o termo *inclusão social* ou *vulnerabilidade*, de alguma forma, impactaram positivamente neste sentido, por motivarem a sociedade e os gestores a voltarem o olhar para o universo de determinadas culturas e da consideração da arte e dos atores sociais populares.

A relevância social de uma pesquisa certamente deve ser apontada, inclusive, quando esta auxilia na perspectiva de reconhecimento dos produtores culturais, os quais, com base na arte e na criação artística revigoram a utilização de diferentes linguagens polifônicas e rítmicas, ajudando a construir as histórias locais e dar visibilidade à determinada cultura. O sentido da arte fica potencializado, uma vez que incorpora os meandros históricos e culturais, buscando a irrupção com o *status quo* e abrindo novas frentes de valorização desses atores sociais.

As festas populares são locais de encontro e abertura para o novo, o diferente, configurando uma oportunidade para o poder público, escolas e comunidades acadêmicas locais problematizarem o tema das manifestações e identidades culturais dos diversos sujeitos. Assim, se esses segmentos realmente se apropriarem dos dados apontados pelas pesquisas sobre esta temática, o impacto social será significativo, sobretudo no âmbito da inclusão social e da tolerância à diversidade cultural.

Os estudos que utilizaram a pesquisa-ação contemplaram diretamente e indiretamente diversos segmentos sociais, ao promoverem mutirões e círculos populares. Alguns desses estudos abordaram um total mínimo de envolvidos de 2000 pessoas. Este representa um valor expressivo em relação ao alcance dos demais projetos financiados.

Os pesquisadores também estimam ter atingido indiretamente 5.000 trabalhadores sem-terra, além de todo o Nordeste brasileiro, por meio dos projetos de extensão vinculados à pesquisa. O segmento de mulheres em condição de vulnerabilidade social também entrou em cena nos projetos analisados. Este foco, certamente, teve repercussões importantes, inclusive gerando impacto em seus próprios núcleos familiares e em suas inserções sociais.

Comprova-se, assim, que estas ações oportunizaram um impacto social significativo para as populações atingidas, por se aterem às perspectivas de favorecer emancipação e empoderamento a essas populações.

O tipo de pesquisa utilizado nos estudos referente à pesquisa-ação e às pesquisas ditas de intervenção, utilizadas em diversos projetos, representaram metodologias que favoreceram estratégias de alto potencial para o impacto social. Esta afirmativa decorre do fato de que estes tipos de pesquisas possuem características bastante relevantes referentes a surgirem a partir de um problema social concreto a ser modificado; exigirem interação entre pesquisadores e atores sociais; implicarem em cooperação; integrarem pesquisa-reflexão-ação; produzirem conhecimentos e saberes que são socializados entre todos os envolvidos; exigirem longo prazo para se concretizarem plenamente (FRANCO, 2005). Estas características permitem inferir que as pesquisas apoiadas pela Rede CEDES com caráter de intervenção tenham contribuído efetivamente para mudanças sociais e poderão subsidiar novas estratégias para a qualificação de Políticas Públicas, como objetiva a Rede CEDES.

Apesar de serem considerados, na teoria, como direitos sociais, desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), o esporte e o lazer não são compreendidos e valorizados desta forma, ficando, então, *secundarizados* nas reivindicações das comunidades e nas ações do Poder Público. Isto compromete a efetiva participação social e a democratização das decisões públicas (VERLE, 2010), dificultando sua vivência de modo igualitário na sociedade.

Correia (2008) alerta para que os idealizadores de projetos de Esporte e Lazer busquem atender às reais necessidades dos sujeitos envolvidos e ajudá-los a transformarem sua postura política, reivindicando, assim, seus direitos. Nesse contexto, gestores e profissionais ligados à Educação Física, ao Esporte e ao Lazer devem se apropriar com clareza e comprometimento de conceitos pertinentes à gestão social, de modo a garantir o pleno acesso dos grupos socialmente vulneráveis, sem reduzir seus programas a puro assistencialismo para populações carentes.

Projetos com esse aporte apenas assistencialista têm sido apresentados de forma utilitarista, perdendo seu valor real, por serem criados como remédios para os males sociais e não como um potencializador social. Para que o impacto social de um projeto efetivamente ocorra, é preciso muito mais que meramente atribuir a ele uma visão assistencialista, devendo-se levar em consideração,

sobretudo, suas contribuições baseadas nas visões política, social e ideológica, conforme Correia (2008) alerta. Só com base nestas perspectivas é que se dizer algo sobre a validade e o real impacto dos projetos sociais.

Vianna e Lovisolo (2009) salientam importantes questionamentos, quando se pretende avaliar programas e projetos financiados por instituições governamentais que abordem o reconhecimento do esporte e do lazer como elementos de inclusão social. Algumas das questões elencadas pelos autores para outras situações, podem servir de base neste momento da discussão sobre impactos dos projetos financiados. Um desses questionamentos diz respeito à necessidade de se imprimir regularidade às intervenções, para que estas se efetivem para um grande público e não sejam apenas pontuais no tempo e no espaço de suas ações.

Os autores ainda alertam sobre a importância da relação entre metas, objetivos e estratégias para avaliação de impactos sociais dos projetos. Esta relação, segundo esses autores, não é sempre claramente definida, tornando-se um desafio. Denotam-se lacunas ainda a serem superadas nos projetos, as quais inviabilizam a efetiva captação de dados para se aferir o impacto social, já que esta relação não está claramente apontada em alguns relatórios. Porém, pode-se perceber a importância das ações iniciadas e a premência em se dar continuidade ao que foi desenvolvido de maneira exitosa, no sentido de envolver as comunidades em um processo efetivo de socialização.

3. Parcerias

Das 25 pesquisas que compõem a amostra deste estudo, apenas 10 apresentaram parcerias: 4 pesquisas apontaram parceria com órgãos públicos (prefeituras, subprefeituras, secretarias Esporte e Lazer/educação), 1 com gestores de projetos sociais, 1 com dirigentes de torcida organizada, 1 com emissora de televisão, 2 com pesquisadores (outros grupos de pesquisa), 1 com SEBRAE/ SENAC.

Pode-se notar que as parcerias realizadas envolveram diversos segmentos, seja com órgãos públicos ou privados e, inclusive com representantes do Sistema "S", como o SEBRAE e o SENAC. Estas entidades possuem caráter privado e desenvolvem atividades nas áreas da Educação, Cultura, Saúde e Lazer, trabalhando simultaneamente com o Estado. Tais entidades, em sua maioria, são prestadoras de serviços, cooperando diretamente com o poder

público (BORGES, 2014). Por este motivo, foram incluídas como parceiras no desenvolvimento de, ao menos, 1 projeto financiado.

Acerca das vantagens da constituição de parcerias, Farah (2001) reforça a ideia de que uma das formas mais importantes de avanço impresso às ações em Políticas Públicas recai sobre o desenho das políticas sociais, para o qual devem ser promovidas as ações integradas. As articulações entre as ações que, por tradição, costumam se apresentar de forma fragmentada, favorece a superação do que a autora evidencia como setorização, podendo levar à ineficiência e intervir na efetividade da ação.

Para que a sustentabilidade de uma intervenção seja garantida, a autora se reporta à necessidade de se promoverem ações integradas entre os diversos segmentos, sejam eles do âmbito político, do contexto privado, das instituições de ensino, ou de outros grupos organizados da sociedade. Esses novos arranjos institucionais podem representar diferenciais importantes para a exequibilidade de uma proposta.

Pelos resultados do estudo aqui focalizados, percebe-se que diversos deles não incluíram como parceiros outros segmentos da sociedade em suas pesquisas. Este fator pode interferir no aspecto referente ao impacto social das mesmas. Em colaboração com entidades locais, ou mesmo, com o poder público, podem-se incrementar novas formas de ação comunitária, conforme a autora anteriormente citada evidencia.

O próprio caráter transversal dos temas Esporte e Lazer parece exigir, no âmbito das Políticas Públicas, ações integradas nas diversas esferas sociais. Para tanto, torna-se relevante incentivar a que essas pesquisas revigorem parcerias intersetoriais, interinstitucionais e outras, que possam auxiliar para se atingir o sucesso dos projetos implementados e subsidiar o rumo político do país, conforme já alertava Tavares (2010). Portanto, pensar em termos de parceria, é um indicador fundamental para se refletir sobre o impacto social de um projeto (CORREIA, 2008) e a intersectorialidade entre Políticas Públicas pode ser uma estratégia interessante neste sentido. Bonalume (2011) afirma que a intersectorialidade enfrenta muitas limitações para sua implantação, incluindo a falta de informações a respeito do tema, porém, as Políticas Públicas que envolvem o Esporte e Lazer no Brasil têm aumentado sua demanda para que ações intersetoriais sejam concretizadas.

A autora explica que a metodologia intersetorial emerge da própria fragmentação das áreas de conhecimento, que se deu de

tal forma a impossibilitar a resolução de demandas que envolvem o todo. Desta maneira, ações intersetoriais implicam, necessariamente, em acolher conhecimentos de outras áreas, mas que possuem as mesmas demandas, levando a “[...] ideias como parceria e solidariedade [...] capacidade de gerir ações coletivas” (BONALUME, 2011, p.4) dentre outras.

A Rede CEDES, pertencendo ao “Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Interseoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/DEDAP, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS” (BRASIL, 2015), está articulada a diversos outros programas governamentais e firmou diversas parcerias com Universidades e vários grupos de estudo, além de prever, em editais, parcerias entre as instituições proponentes com outros grupos (KAWAGUTI, 2010). Isto difere dos resultados encontrados nesse estudo, em que a maioria das pesquisas não estabeleceu parcerias, sendo, portanto, interessante repensar de que forma essas parcerias podem ser incentivadas nos editais, para atingir a proposta da própria Rede.

4. Desdobramentos das pesquisas

Das 25 pesquisas que apresentam dados documentais 18 apontam desdobramentos e continuidade referentes a: 12 pesquisas dedicadas ao mapeamento para embasar Políticas Públicas e direcionar novas ações; 2 ações relacionadas à organização e participação em eventos; 2 qualificações de estudantes e de gestores; 1 ação envolvendo a mídia para repensar a dimensão social dos megaeventos e 1 sobre produção de material didático escolar para inovação em pesquisa.

Conforme os dados das análises anteriores realizadas pelo LEL - Laboratório de Estudos do Lazer (TAVARES, 2010), consideram-se como desdobramentos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES os resultados e efeitos não previstos ou esperados, em relação aos seus objetivos. Este é também o próprio direcionamento do Relatório de Cumprimento de Objeto (RCO), exigido pela Rede CEDES em sua prestação de contas, no sentido de obter outros desdobramentos não dimensionados no projeto anteriormente aprovado.

Sendo assim, ao se levar em conta o contexto da caracterização dos potenciais impactos sociais dos projetos apoiados pela Rede CEDES a partir do edital de 2009, no quesito desdobramento, foram incluídos na análise todas as avaliações e conclusões apon-

tadas pelos pesquisadores, os quais indicassem esses desdobramentos das pesquisas por eles desenvolvidas. Pode-se perceber, pelos resultados, que os projetos elencaram a produção de novas pesquisas, assim como, a formação de novos atores sociais, a organização e participação em eventos científicos, a produção de material didático e a difusão pela mídia, como principais desdobramentos. Estes itens podem ser referendados sob a égide geral da produção intelectual.

De fato, Dantas (2004) considera que a produção intelectual pode ser um dos fatores a serem considerados em análises sobre impacto social, além do impacto científico. Este aspecto se refere à produção e difusão de conhecimento, contribuindo para o melhor direcionamento social das ações. Para Bueno (2010), tanto a produção, quanto a divulgação científica são de extrema importância e que a divulgação dessa produção intelectual pode se dar por intermédio da mídia, mas também, por diversos tipos de materiais didáticos, de periódicos e de eventos técnicos e científicos (congressos, seminários e palestras científicas). Todos esses meios citados foram observados nos relatórios, no que concerne ao âmbito da produção de conhecimento.

Dantas (2004) ressalta a importância da adoção de uma perspectiva neopragmática de compreensão acerca da validade social da produção de conhecimento. O autor revigora a ideia sobre a ênfase na relevância social, com base na destinação sociocomunitária e nos benefícios que extrapolam o momento da pesquisa em si, mas salientando os efeitos contínuos e prolongados. Isto também reforça a perspectiva apontada pelos pesquisadores deste estudo, sobre este aspecto.

Entretanto, Dantas (2004) alerta sobre a dificuldade técnica de sistematização e de elaboração de indicadores fidedignos para avaliação de impacto social da produção intelectual. Conforme o autor, espera-se, de antemão, que as pesquisas efetivamente se traduzam em benefícios sociais, porém que seus efeitos não terminem com a finalização do estudo, mas, possam reverberar para além da própria pesquisa.

Esses aspectos referentes à avaliação de impactos sociais de pesquisas científicas são, ainda, pouco explorados em âmbito acadêmico, mas devem se tornar sistemáticos, para que se possam obter novos critérios de avaliação, para embasar, não apenas as agências de fomento, mas, a formulação de Políticas Públicas apropriadas. Ao se tratar do impacto social das pesquisas, levando-se

em conta os desdobramentos, é interessante ressaltar o pensamento de Melo (2008), quando propôs reflexões, inquietações e sugestões acerca dos projetos sociais. O autor evidencia a necessidade de se promover a inclusão social e salienta que isto requer a preparação crítica do indivíduo para o pleno exercício da cidadania. Este aspecto dos desdobramentos se torna bastante importante neste sentido, considerando-se, inclusive, os propósitos da Rede CEDES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da busca nos relatórios apresentados pelos coordenadores de projetos financiados demonstram impactos potencialmente positivos, conforme os eixos de análise apontados. De acordo com esses parâmetros que emergiram da análise dos dados, nota-se que as pesquisas financiadas pela Rede CEDES são distribuídas geograficamente de forma a privilegiar as regiões mais desenvolvidas do país. Esta constatação pode nortear futuros editais ou pesquisas induzidas, no sentido de ampliar as oportunidades de contemplar as regiões menos favorecidas, utilizando outras estratégias de seleção nos projetos, ou mesmo, adotando as pesquisas induzidas, para revigorar determinadas regiões menos favorecidas no que tange à oportunidade de financiamento para a produção de conhecimentos.

Em relação ao parâmetro segmentos sociais contemplados, percebeu-se que, apesar de não se ter um número exato de pessoas beneficiadas, em função da falta de dados constantes dos relatórios, considera-se que o número mínimo estimado de pessoas atingidas diretamente pelas pesquisas denota que as mesmas atenderam grupos socialmente vulneráveis e envolveram diferentes atores sociais. Entretanto, percebe-se, ainda, a necessidade de se focalizar diversos outros grupos sociais, uma vez que estes ficaram restritos aos interesses individuais dos pesquisadores e não, nas reais necessidades da população. É importante que os novos editais da Rede privilegiem apoios a projetos que enfatizem outros segmentos da sociedade que ainda não foram contemplados, para que possa haver um comprometimento com a questão da cidadania (CORREIA, 2008).

O número de parcerias foi incipiente, uma vez que, na maioria dos relatórios, pode-se perceber o posicionamento pela não parceria. Isso pode reverberar diretamente na questão sobre im-

pacto social esperado ao final de cada projeto. Tais parcerias podem ampliar as chances de sucesso, por somar esforços na mesma direção, caso sejam efetivadas com qualidade, além de auxiliarem no enfrentamento dos problemas sociais com maior facilidade.

As pesquisas apontaram alguns desdobramentos, no que diz respeito, sobretudo, à produção de conhecimento e formação acadêmica. Estes documentos, certamente, servirão de base para outras pesquisas acadêmicas e mapeamentos, além de poderem subsidiar novos rumos para o embasamento de Políticas Públicas. Entre os desdobramentos pode-se notar também o interesse na organização de eventos para difusão dos projetos e a participação em conselho municipal de Esporte e Lazer, assim como a elaboração de subsídios para produção de material didático. De acordo com Tavares (2010), tais continuidades contribuem na difusão e propagação dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas, mas também, revigoram que os impactos social e científicos da Rede extrapolam a produção de conhecimento especificamente.

A partir dos dados obtidos em documentos disponibilizados pelos grupos de pesquisas apoiados pela Rede, notou-se, ainda, dificuldade no papel da Rede CEDES, no que tange à difusão de conhecimentos. A gestão da informação ainda é precária, sendo necessários novos avanços que permitam o acesso efetivo às informações das pesquisas e seus desdobramentos, aspectos que não são facilmente encontrados.

A padronização na apresentação dos documentos ainda não é respeitada pelos pesquisadores, o que dificulta uma análise plena dos dados. O Relatório de Cumprimento de Objeto, cujo formulário exigido apresenta um campo para “Avaliação de Impacto Social”, não é devidamente preenchido e, muitas vezes, o relatório apresentado é totalmente diferente do formulário-modelo, deixando diversas lacunas.

Para que se possa avançar na perspectiva de consolidação, a Rede CEDES precisa levar em consideração o impacto social das pesquisas por ela financiadas. Entretanto, para que isto ocorra, devem ser estabelecidas as prioridades de intervenções, com base na demanda social, identificando, ordenando e definindo, em âmbito institucional, a alocação de recursos para tal finalidade. Além disto, tornam-se prementes novas metodologias de análises sobre impactos sociais de projetos, as quais, podem ser formuladas de maneira prospectiva ou retrospectiva, conforme já evidenciavam Cotta (1998) e Cohen e Franco (1999).

Alguns pré-requisitos para viabilizar novas avaliações de impactos sociais de projetos podem ser elencados, sendo estes referentes a: metas e objetivos claramente definidos nos projetos; acompanhamento da evolução do projeto; aferição sistemática dos procedimentos das pesquisas, preenchimento incondicional de relatório baseado em formulário-padrão; disseminação dos resultados no Repositório Vitor Marinho. Conforme já evidenciaram Cheibub Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 115), apenas a [...] constatação de que ocorreram mudanças não é suficiente para concluir-se pelo sucesso de um programa: é necessário demonstrar que elas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem o programa." Torna-se premente a adoção de normas padronizadas para captação de dados, suficientemente eficientes para o progresso da gestão da informação.

Para finalizar, a falta de comprometimento de alguns pesquisadores, no que concerne à entrega adequada de relatório dos estudos e o descaso com a importância das demandas informacionais por parte do Ministério, são motivos ainda passíveis de severas críticas, uma vez que se perpetuam até hoje. Estas condutas levam a lacunas e resultados inconclusivos, em função das limitações de acesso a dados primordiais para a compreensão da abrangência dos estudos. Portanto, muito, ainda, se tem que avançar para que se possam criar metodologias adequadas para avaliação de impactos sociais de projetos, exigindo comprometimento, tanto dos gestores públicos atuantes na condução da Rede CEDES, quanto dos órgãos financiadores e, sobretudo, dos próprios pesquisadores, para se alavancar a credibilidade e a consistência da Rede.

Os Relatórios apresentados não permitiram analisar como a Rede CEDES tem se apropriado dos resultados das pesquisas para qualificar suas Políticas Públicas, alcançando seu principal objetivo. Assim, faz-se necessária a criação de um programa de monitoramento e constante avaliação, em longo prazo, das pesquisas financiadas, para que as mudanças desejadas ocorram de maneira positiva e eficiente. Também se faz necessária a criação de uma cultura de difusão melhor elaborada, por parte dos pesquisadores, no sentido da adoção de maior compromisso com a gestão do conhecimento.

Por fim, sugere-se que a Rede CEDES desenvolva um mecanismo de cobrança sobre a avaliação dos impactos em sua prestação de contas, ou no relatório científico de cumprimento de objeto, para que se tenha a possibilidade de apropriação de dados con-

cretos disponibilizados pelas pesquisas financiadas, de maneira a atingir positivamente toda a sociedade, por meio de suas ações.

REFERÊNCIAS

BONALUME, C. R. O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.1, mar. 2011. Disponível em: <<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/511/403>>. Acesso em 16 jun. 2015.

BONILLA, B. E. L. Impacto, impacto social y evaluación del impacto. **ACIMED**, Cidade de Havana, v. 15, n. 3, 1-13, março 2007. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol15_3_07/aci08307.htm>. Acesso em 15 jun. 2015.

BORGES, R. de C. **Contribuição para o Sistema “S” e as prestadoras de serviço**. p.1-16. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1439/Artigo_Rog%C3%A9rio%20de%20Campos%20Borges.pdf?sequence=1>. Acesso em 13 Jul 2015.

BORTOLOZZI, F. **Reflexões acerca dos investimentos em pesquisa e pós-graduação**. FOPROP, Goiânia, v.1, n.1, p. 1-46, 2003. Disponível em: <<http://www.foprop.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Reflexoes-acerca-dos-investimentos-em-pesquisa-e-Pos-graduacao-Flavio-Bortolozzi1.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2015

BORTOLOZZI, F. GREMSKI, W. Pesquisa e pós-graduação brasileira—assimetrias. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 35-52, nov. 2004. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/39>> Acesso em: 06 jul. 2015.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Rede CEDES**: apresentação. 2015. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/rede-cedes/apresentacao>>. Acesso em 16. jun. 15.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>>. Acesso em: 13 Jul. 2015. doi:10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1.

CHEIBUB FIGUEIREDO, A.; FIGUEIREDO, M. Avaliação política

e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n.3, p. 107-127, set/dez., 1986. COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CORREIA, M. M. Projetos sociais em Educação Física, Esporte e Lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 114-127, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/20-projetos_sociais_em_ef_esporte_e_lazer14.pdf. Acesso em 15 jun 2015.

CORTÊS-NETO, E. D. et al. Elaboração de indicadores de sucesso em programas de saúde pública com foco sócio-esportivo. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 12, n. 2, p. 208-219, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v12n2/v12n2a04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 15.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 103-124, abr-jun 1998.

DANTAS, F. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali) ação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 160-172, 2004.

FARAH, M. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e Políticas Públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3>. Acesso em: 01 jul. 15.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 29. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em 15 jun. 15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Perfil dos municípios brasileiros - 2011**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível

em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/munic2011.pdf>. Acesso em 16 jun. 15.

KAWAGUTI, C. N. Análise dos projetos financiados pela Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G. M. et al. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p. 49-68.

MELO, V. A. Projetos sociais de Esporte e Lazer: reflexões, inquietações, sugestões. **Revista Quaderns d'Animació i educació social**, Sagunto, n. 7, p. 1-24, jan. 2008. Disponível em: <<http://quadernsanimacio.net>>. Acesso em 10 jul.2015.

MOREIRA, I. de C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>. Acesso em: 9 jul. 2015.

SCHWARTZ, G. M. Reflexões e sugestões acerca do conteúdo da produção da Rede CEDES de 2003 a 2010. In: SCHWARTZ, G. M. et al. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010. Capítulo 7, p. 129 – 142.

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramento das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. In: SCHAWATZ, G. M. et al. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010. Capítulo 3, p. 69 – 92. Disponível em: <<http://200.198.193.106/arquivos/snelis/esportelazer/cedes/gestaoInformacao%20.pdf#page=130> >. Acesso em 15 jun. 2015.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 2, n. 7, p. 1-33, jun. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view-File/43833/42694>> Acesso em: 16 jun. 15.

VERLE, V. Reflexões sobre a participação nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.16 n.1 p.135-142, jan./mar. 2010. Disponível em:<http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/7reflexoes_sobre_a_participacao_nas_politicas_publicas_de_esporte_e_lazer8.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

VIANNA, J. A; LOVISOLO, H. R. Projetos de Inclusão Social através do esporte: notas sobre a avaliação. **Movimento** (ESEF/UFRGS), Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 145-162, 2009.

Capítulo 4

IMPACTO CIENTÍFICO DAS PESQUISAS FINANCIADAS PELA REDE CEDES

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro
Denis Juliano Gaspar

Nos últimos anos a produção científica vem crescendo no Brasil, proporcionando maior visibilidade fora do país, aumentando seis vezes, nas últimas duas décadas do século XX, o número de publicações científicas, superando a média de crescimento internacional (GRÁCIO; OLIVEIRA, 2014). O Brasil, mesmo demonstrando ascensão no cenário científico mundial, está em 18º lugar em termos de impacto científico, e para que essa situação melhore, necessita de qualificar ainda mais a produção (BRASIL, 2015a).

O aumento no número de publicações pode ter uma relação direta com o desenvolvimento tecnológico. Por intermédio da *internet*, por exemplo, a disponibilidade de periódicos científicos encontra-se bem mais facilitada, permitindo, não somente a divulgação de estudos, como também, a possibilidade de acesso às informações sobre pesquisas.

Para Isayama e Oliveira (2014) esse crescimento pode ser resultado de uma política que auxiliou o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, além da expansão de investimentos financeiros em pesquisas e o aumento nas oportunidades de divulgar o conhecimento produzido. O marco para o avanço dos estudos relacionados especificamente com o tema lazer foi o final da década de 1980, resultado da abertura de diversos cursos de pós-graduação, dos investimentos em pesquisas sobre a temática e do aumento do número de grupos de pesquisa sobre lazer (ISAYAMA; OLIVEIRA, 2014).

No que tange às pesquisas no campo do Lazer, é evidente o aumento progressivo dos estudos, mesmo assim, é importante

ressaltar a necessidade de investimentos contínuos na área, a construção, a socialização e o registro de conhecimentos, podendo ser motivado pelos grupos de pesquisa e, até mesmo, por meio de organizações de eventos (GOMES; MELO, 2003). Para Schwartz (2015) muitas questões ainda necessitam ser elucidadas quando se trata da divulgação de pesquisas, desde como os pesquisadores procedem para tal, se publicam em periódicos da área, se publicam no Brasil ou fora do Brasil, se participam de eventos científicos na área, até como e se influenciam de alguma forma os profissionais da prática, dentre outras.

Os investimentos na produção do conhecimento por intermédio de bolsas de estudo ou financiamento de recursos para o desenvolvimento de pesquisas pelas agências de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Fundações de Amparo à Pesquisa, entre outras, como a Rede CEDES, têm contribuído de forma significativa para que esse cenário se estabeleça. A Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, foco deste estudo, é uma ação programática do Ministério do Esporte que, inicialmente, foi criada com o intuito de fomentar pesquisas, mas, atualmente, por intermédio da integração de diversas ações, vem contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do Esporte Recreativo e do Lazer (BRASIL, 2015b).

Outro aspecto que vale a pena ser discutido diz respeito ao impacto científico do que vem sendo produzido no Brasil, em termos de pesquisas. Em se tratando do tema lazer, não há como dimensionar precisamente os reais efeitos ou impactos científicos, uma vez que os próprios pesquisadores não possuem uma exata consciência acerca de quanto ou como sua própria produção pode ter ressonâncias no meio acadêmico ou na sociedade em geral. Um dos entraves pode recair sobre a dificuldade de avaliar esse quesito. Entretanto, este não é um problema pontual do campo do Lazer, mas abrange a comunidade científica como um todo.

Na atualidade, o impacto científico, principalmente relacionado com as publicações de artigos, vem sendo amplamente valorizado no mundo acadêmico, tendo em vista as inúmeras exigências por parte das instituições de fomento a pesquisas, ou órgãos que regulamentam os cursos de pós-graduação no Brasil. As exigências em relação às publicações vêm aumentando e visando, não somente estabelecer o crescimento no número de publi-

cações, mas também, a qualidade das mesmas, por isso criam-se diferentes métodos para se avaliar quanto uma pesquisa impactou cientificamente.

O impacto das publicações científicas tem sido tradicionalmente expresso em termos de contagens de citações (BOLLEN et al., 2009), podendo ser avaliado pelo número de vezes que um artigo é citado. Sendo assim, se um artigo é publicado por um periódico científico e este é mencionado por outros, sendo utilizado como referência para outras pesquisas, julga-se que o mesmo tenha causado impacto na comunidade científica, servindo de referência para trabalhos subsequentes (CAMPOS, 2003).

Porém, nem sempre se pode confiar em dados quantitativos pautados na contagem de publicações ou citações, pois, muitas vezes, não se consegue avaliar os reais motivos pelos quais um artigo foi tão citado na literatura. O número de citações poderá ser resultado de uma pesquisa ruim, como exemplo, uma pesquisa citada inúmeras vezes, por diversos autores, como algo negativo e isso pode acarretar em números elevados de citações, o que não necessariamente implicaria em impacto científico positivo. Outro problema que pode influenciar na contagem de citações é quanto um artigo é citado em excesso por seus próprios autores, ou seja, um autor pode citar seu próprio trabalho diversas vezes em outras publicações e, neste caso, os dados não deveriam ser contabilizados (KING, 2004).

Para melhor mensurar o impacto científico na era digital, uma variedade de novas medidas de impacto tem sido proposta, com base em análise de redes sociais e dados de registro de uso, segundo salienta os estudos de Bollen et al. (2009). A noção de impacto científico é um construto multidimensional, que não pode ser medido por qualquer indicador simples, embora algumas medidas sejam mais adequadas do que outras (BOLLEN et al., 2009), citando como exemplo, a utilização do Fator de Impacto de um periódico científico.

O Fator de Impacto, parâmetro comumente utilizado para mensurar impacto científico, avalia a qualidade de um periódico científico, de uma publicação científica, de um pesquisador ou, até, de uma instituição científica (CAMPOS, 2003). Internacionalmente, pode-se citar o Fator de Impacto indexado pelo *Institute for Scientific Information* (ISI), o qual é divulgado pelo *Journal Citation Reports* (JCR) e, no Brasil, avaliado e divulgado pelo Qualis da CAPES por meio de categorias, divididas em A, B e C.

Em se tratando de livros, no Brasil, existe um roteiro de qualificação de livros com orientações e critérios, visando à avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação, referente à avaliação trienal da CAPES (BRASIL, 2014). Embora pelo roteiro se consiga identificar o que pode ser avaliado, os critérios para a qualificação de livros, as orientações deste roteiro não avaliam individualmente professores, pesquisadores e alunos (BRASIL, 2009b). De acordo com o Roteiro para Avaliação de Livros da CAPES (BRASIL, 2014), entre os instrumentos estão: a avaliação do conteúdo da obra, baseada nos quesitos relevância, inovação e potencial de impacto, e, este último, ligado a questões como idioma da publicação, reedição e reimpressão da obra, disseminação e utilização no meio acadêmico e não acadêmico.

Todos esses aspectos instigaram novos olhares sobre esse assunto. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi promover a gestão da informação contendo dados de publicações científicas dos projetos aprovados pelo edital de chamada pública 01/2009ME/SN-DEL/REDE CEDES/ PELC (BRASIL, 2009a), financiadas pela Rede CEDES e avaliar o impacto científico dessas publicações por meio de pesquisas documental e descritivo-exploratória, selecionando-se alguns apontados para as análises, apresentados a seguir.

Considerando a importância da disseminação de pesquisas, sobretudo na área do Esporte Recreativo e do Lazer, foram utilizados indicadores. O primeiro indicador é referente ao Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil do CNPq, seguido pela Plataforma Lattes, pelos Relatórios de Cumprimento de Objeto (RCO) e pelo Repositório Institucional Vitor Marinho, para a realização das análises, com o foco principal nos *produtos* e nos *desdobramentos* resultantes dos projetos financiados pela Rede CEDES.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq é um polo onde se concentram os grupos de pesquisa no Brasil, onde, não somente divulgam suas linhas de pesquisas, mas reúnem diversas informações sobre o número de pesquisadores, os estudantes envolvidos, os técnicos e a produção científica (RAPINI; RIGHI, 2006). Baseado nesta informação, ainda que esse Diretório apresente algumas limitações, pelo fato de depender do próprio pesquisador para alimentá-lo, pode representar uma fonte importante e meio de disseminar informações relativas à comunidade técnico-científica. Nesta perspectiva, foi escolhido como uma das fontes para a realização das coletas de dados deste estudo.

Após a identificação dos 37 coordenadores responsáveis

pelos projetos considerados como amostra desta pesquisa, realizou-se uma busca em *Base Corrente*, no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq onde se utilizou o nome completo de cada coordenador, seguido da consulta por *pesquisador*. Esta busca permitiu a identificação de quantos grupos de pesquisa os coordenadores fazem parte, se eles são líderes e pesquisadores ou somente líderes, ou somente pesquisadores, a área predominante de pesquisa e a região do Brasil com maior incidência desses grupos.

Entre os 37 coordenadores, 02 não foram localizados, portanto, sem vínculo atualmente com grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, sendo a amostra final para este parâmetro, composta por 35 coordenadores. Uma possibilidade de explicação para não se ter encontrado os coordenadores vinculados a grupos de pesquisa, já que isso seria um pré-requisito, previsto em edital para a execução do projeto, pode ser o fato desses coordenadores terem saído do grupo, por motivos não identificados, já que se passaram alguns anos do término da conclusão do projeto, porém, isso não significa que eles não tiveram um vínculo no passado com algum grupo. Os resultados para a pesquisa realizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq foram apresentados nos Quadros 01, 02 e 03.

Quadro 01. Quantidade de coordenadores pela característica do vínculo em grupo de pesquisa do CNPq.

CARACTERÍSTICA DO VÍNCULO DO COORDENADOR EM GRUPO DE PESQUISA DO CNPq	QUANTIDADE EM NÚMERO DE COORDENADORES (n=35)
Líder de 1 grupo	06
Líder de 2 grupos	04
Líder de 1 grupo e pesquisador de 1 grupo	08
Líder de 1 grupo e pesquisador de 2 grupos	01
Líder de 1 grupo e pesquisador de 3 grupos	04
Líder de 1 grupo e pesquisador de 4 grupos	01
Líder de 2 grupos e pesquisador de 3 grupos	01
Líder de 2 grupos e pesquisador de 4 grupos	01
Pesquisador de 1 grupo	03
Pesquisador de 2 grupos	01
Pesquisador de 3 grupos	02
Pesquisador de 4 grupos	02
Pesquisador de 5 grupos	01

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 01, a incidência encontrada foi para líder de 01 grupo e pesquisador de 01 grupo, ou seja, a maioria dos coordenadores, além de liderar um grupo de pesquisa, faz parte do quadro de pesquisadores de outro grupo de pesquisa. Os resultados do Quadro 01 indicaram um número superior de grupos para o número total de coordenadores, sendo 35 coordenadores participando de 89 grupos de pesquisa de várias regiões do Brasil e áreas do conhecimento.

A produção científica brasileira permeia aproximadamente 28 mil grupos de pesquisa, 452 instituições e 120 mil pesquisadores (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013). No ano de 1993 havia 4.402 grupos de pesquisa no país e, em 2014 esse número passou para 35.424 (CNPQ, 2014). Esse crescente número pode ter influenciado no aumento de pesquisas nacionais em periódicos internacionais, bem como, na criação de novos programas de pós-graduação em todo o território brasileiro (ALMEIDA; LEÃO, 2014).

Os resultados de uma pesquisa sobre a produção científica no Brasil, realizada por Amaral, Ribeiro e Silva (2014), em periódicos com maior incidência de publicações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, comprovou o expressivo aumento no número de pesquisadores no país. Nesse estudo, as áreas do conhecimento verificadas nos grupos de pesquisa demonstrou grande diversidade, destacando a Educação Física, a Educação, a Sociologia e a Administração (AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014).

O Quadro 02 aponta as áreas do conhecimento identificadas com maior incidência entre os grupos de pesquisa, às quais os 35 coordenadores fazem parte. Na área de Ciências da Saúde, a subárea Educação Física ficou em primeiro lugar no quadro, como a mais incidente entre os grupos de pesquisa, seguida da área Ciências Humanas, subárea Educação.

Quadro 02. Quantidade de grupos de pesquisa por área predominante.

ÁREA PREDOMINANTE – SUBÁREA	QUANTIDADE DE GRUPOS (n=89)
Ciências da Saúde - Educação Física	43
Ciências Humanas - Educação	23
Ciências Humanas - História	05
Ciências Sociais Aplicadas - Administração	05
Ciências Humanas - Sociologia	03

continua

Ciências Sociais Aplicadas - Turismo	03
Ciências da Saúde - Saúde Coletiva	02
Linguística, Letras e Artes - Letras	02
Ciências Biológicas - Fisiologia	01
Ciências Sociais Aplicadas - Comunicação	01
Ciências Sociais Aplicadas - Economia Doméstica	01

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De acordo com o último censo realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, em 2014, os resultados apontam as grandes áreas Ciências Humanas e Ciências da Saúde com o maior número nas atividades dos grupos, ficando em primeiro lugar a área das Ciências Humanas com 7.408 grupos, seguida da área Ciências da Saúde, com 5.609 grupos (CNPq, 2014). A subárea Educação ficou em primeiro lugar no censo, com 3.219 grupos e a subárea Educação Física em décimo sétimo lugar, com 652 grupos (CNPQ, 2014).

Um dos motivos para a Educação estar em primeiro lugar no *ranking* em número de grupos de pesquisa pode ser em virtude da quantidade de cursos de pós-graduação na área. Para Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), o aumento de publicações de teses e dissertações, juntamente ao vínculo das subáreas tais como: Psicologia da Educação, Educação Ambiental, Educação e Tecnologia, entre outras, contribui para esse crescimento. Nos estudos realizados por Isayama e Oliveira (2014), até o ano de 2014 foram identificados 246 grupos sobre lazer cadastrados do Diretório do CNPq na plataforma, vinculados a diferentes áreas do conhecimento, porém as subáreas que se destacaram em termos numéricos foram: Educação Física, Turismo e Educação.

Como a Rede CEDES apoia projetos de Esporte Recreativo e do Lazer, é de se supor que este seja o motivo principal para que os resultados apontassem a Educação Física como a subárea predominante entre os grupos de estudos dos projetos financiados, pela associação feita em relação a estes dois aspectos. Os estudos da área do Lazer, disseminados cientificamente, são ainda bastante inseridos na subárea Educação Física, na área 21 da CAPES, pela tradicional relação de seus conteúdos práticos sobretudo referentes ao campo da recreação, fatores que talvez justifiquem esses resultados (SCHWARTZ, 2015).

Após a separação dos grupos nas áreas e subáreas, foi feita a divisão por regiões, conforme demonstrado no Quadro 03. A região com o maior número de grupos de pesquisa dos quais os 35 coordenadores fazem parte é a região Sudeste, seguida pela região Sul. Já a região com o menor número de grupos de pesquisa é região Norte.

Quadro 03. Quantidade de grupos de pesquisa por região.

REGIÃO	QUANTIDADE DE GRUPOS (n=89)
Sudeste	51
Sul	16
Nordeste	12
Centro-Oeste	08
Norte	02

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os dados do censo de 2014 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (CNPQ, 2014) coincidem com os apresentados no Quadro 03, pois, do total de 35.424 grupos cadastrados no Brasil, 15.549 são da região Sudeste, seguido pela região Sul, com 7.938 grupos, depois, a região Nordeste, com 7.215, a região Centro-Oeste, com 2.654 e por último, a região Norte com 2.068 grupos. O Quadro 03 aponta a região Sudeste com 51 grupos e a região Sul com 16. Uma possível justificativa para a região Sudeste ser predominante entre os grupos de pesquisa dos quais os 35 coordenadores fazem parte pode ser o fato de que isto também ocorre entre todos os grupos do Brasil, conforme analisado pelo Censo. Segundo Silva et al. (2014), a distribuição geográfica da produção científica está relacionada com a concentração de instituições de ensino, pesquisa e programas de pós-graduação nessas regiões, no caso, Sudeste e Sul.

Hoje em dia, o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, após a última atualização realizada, permite a consulta de vários indicadores dentro de um grupo específico. Qualquer pessoa com acesso à *internet* consegue realizar buscas na plataforma, podendo até visualizar os indicadores de produção individual de cada pesquisador dentro do grupo. As exigências do edital 01/2009ME/

SNDEL/REDE CEDES/ PELC (BRASIL, 2009a), quanto aos incentivos à produção científica, foram claramente definidas, em que o pesquisador que participasse do edital deveria ter o currículo cadastrado na Plataforma Lattes e ser integrante de um grupo de pesquisa também cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, além da possível publicação de um livro ao término da realização do projeto financiado. Isto evidencia a preocupação em se ter um lócus para gestão das informações relativas aos pesquisadores e seus grupos.

A Rede CEDES estimula a implantação de novos grupos de pesquisa e incentiva os já existentes a produzir e difundir conhecimento voltado para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de Políticas Públicas de Esporte e de Lazer (BRASIL, 2015c). Neste sentido, os pesquisadores vinculados à Rede CEDES são estimulados à produzir cientificamente, principalmente pelo apoio financeiro dado, onde, após firmado o convênio, são criadas condições para o desenvolvimento de pesquisas. Em continuidade a estas ações, a partir de 2009, a Rede CEDES ampliou as áreas de fomento à pesquisa, incluindo a pesquisa social e o investimento na gestão do conhecimento (BRASIL, 2015b).

Como uma ação em Política Pública, atualmente, a Rede CEDES vive um momento de mudanças, e necessita de novas bases de apoio para aprimorar suas formas de ações ainda a serem efetivadas. Sendo assim, ao longo deste capítulo, são discutidas ideias e possibilidades de melhorias para a disseminação do conhecimento produzido e aspectos importantes para a gestão da informação relacionada à área de Esporte Recreativo e Lazer.

O próximo indicador utilizado para a análise dos dados neste capítulo foi o Currículo Lattes, por meio da Plataforma Lattes. Foi realizada uma busca na Plataforma, com base no nome completo de cada um dos 37 coordenadores dos projetos financiados pela Rede CEDES. “A Plataforma Lattes é um conjunto de sistemas computacionais do CNPq” (GUEDES, 2001) e foi escolhido o Currículo Lattes como fonte de busca, por ser uma das formas de se obter informações acerca da difusão da produção do conhecimento.

Para Guedes (2001), os dados disponibilizados no Lattes podem ser utilizados na avaliação da competência de candidatos à obtenção de bolsas e auxílios, servindo, também, como subsídio à avaliação de programas de pós-graduação do Brasil. Outra maneira de apreensão dos dados do Lattes foi para esta pesquisa, a qual permitiu uma investigação sobre a inserção e divulgação dos projetos financiados pela Rede CEDES, por parte dos coordenadores.

De posse de todos os currículos, verificou-se que, dos 37 coordenadores, 35 divulgam os projetos financiados pela Rede CEDES em seus currículos e 02 coordenadores não os divulgam. Por esse motivo, os resultados serão apresentados com base nos 35 currículos que divulgaram os projetos.

Quadro 04. Dados iniciais levantados no Currículo Lattes dos coordenadores.

DADOS INICIAIS LEVANTADOS NO CURRÍCULO LATTES	SIM	NÃO
Os coordenadores possuem Currículo Lattes?	37	-
Os projetos financiados pela Rede CEDES foram divulgados no Currículo Lattes?	35	02
O título do projeto divulgado no Lattes está exatamente igual ao título da listagem dos projetos aprovados divulgados pela Rede CEDES?	24	11
O período de realização do projeto divulgado no Lattes coincide com o período do consórcio?	25	10
Os projetos divulgados no Lattes possui descrição detalhada?	32	03
Os projetos divulgados no Lattes possui a descrição com nomes de outros integrantes do projeto, tais como alunos de graduação e pós-graduação?	30	05

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Como o Currículo Lattes pode ser uma importante ferramenta na divulgação das pesquisas realizadas bem como, das produções científicas, seria interessante que todos os coordenadores divulgassem os projetos em seus currículos. Mesmo que a maioria dos coordenadores tenha citado o projeto em seus currículos, as informações, muitas vezes, estavam incompletas. A identificação do projeto é um fator relevante para divulgação, por isso, o título denota determinado projeto, ou mesmo, uma publicação científica. Se esse título sofre alterações, ou se faltam palavras quando o mesmo for usado em citações subsequentes, isto implicará na gestão sobre o impacto científico, pois, o trabalho poderá ser contado separadamente, como se fossem trabalhos diferentes um do outro, mesmo não o sendo.

Quando analisados os aspectos voltados para a descrição dos projetos, 32 continham o item “descrição detalhada” no Lattes, representando a maioria, porém, ao se realizar uma leitura mais aprofundada, pode-se perceber que grande parte dos coordenadores apresenta as informações de forma resumida, muitas vezes, sem os objetivos. Neste espaço destinado à descrição do projeto é importante que toda informação relevante esteja disponível, principalmente sobre os objetivos. Pequenos detalhes como este e o anteriormente citado, podem ocasionar resultados negativos para a produção científica. Torna-se necessário enfatizar o valor de uma informação correta publicada e quanto isto poderá influenciar positivamente no impacto científico gerado, como neste caso.

No tocante ao período de execução do projeto, essa informação, entre a maioria, foi corretamente divulgada nos Lattes, porém, no caso de 10 coordenadores, pelo fato de não atualizarem seus respectivos currículos, esta informação não se apresenta de forma correta. No Currículo Lattes, no campo “Situação”, deve ser colocada a data de início, no campo “Ano início” e, quando o projeto se encerra, os pesquisadores deveriam entrar novamente e colocar a data de término, que no Lattes seria no campo “Ano fim”. Porém, nem sempre isso ocorre, o que acarreta em prejuízo à gestão desta informação.

Para quem realiza uma busca no Lattes de um coordenador que não tenha feito o encerramento do projeto, aparecerá a data inicial seguida da palavra “atual”, como exemplo, 2010-atual, o que caracterizaria a falta de atualização, uma vez que os projetos iniciados em 2010 teriam 12 meses de execução, prorrogáveis por mais 12 meses, finalizando, no máximo até 2012. Como esta pesquisa no Lattes foi feita em 2015, os projetos que se encontram ainda com a palavra “atual”, certamente estariam entre os desatualizados. Este dado requer atenção dos pesquisadores, no sentido de preencherem adequadamente seus currículos nesta plataforma.

Entretanto, alguns coordenadores podem justificar esse acontecimento pelo fato de considerarem o projeto como “guarda-chuva”, ou seja, um projeto “maior” do qual derivam outros projetos “menores” e, por isso, não teriam uma data “fim”. Para casos assim, na descrição detalhada do projeto deveria estar clara esta informação, inclusive, os períodos financiados por cada órgão de fomento.

Outro fato evidente que necessita de apontamentos foi que muitos coordenadores não colocam o órgão responsável pelo financiamento do projeto e, quando colocam, uns optam pelo Mi-

nistério do Esporte e outros, pela Rede CEDES. O Currículo Lattes permite a inserção de mais de uma instituição de financiamento, bastando clicar em “incluir novo item”. Pelo edital de seleção para o apoio a projetos de pesquisa, ao qual estes coordenadores concorreram, fica claro que a Rede CEDES foi fomentada pela atualmente extinta. Este fato da dúvida gerada e, inclusive, de sobreposição de órgão de fomento, pode ocorrer, em virtude da incerteza sobre como proceder, haja vista que o Ministério do Esporte é o órgão maior, seguido pela Secretaria e depois pela Rede CEDES. Possivelmente, alguns coordenadores tenham ficado em dúvida sobre qual escolher. Mesmo tendo por base esta dificuldade, o mais importante é preencher o item, não o deixando em branco.

Certamente, a atualização contínua do Currículo Lattes é essencial, quando se trata da gestão da informação científica, por isso, esta conduta deve ser estimulada pela Rede CEDES para todos os pesquisadores contemplados pela parceria. Ações simples como esta podem produzir efeitos significativos no crescimento científico da área.

Visando contabilizar os artigos, os livros e os capítulos de livros publicados pelos 37 coordenadores, após a realização do projeto, foi efetuada uma busca nesses campos no Lattes. Inicialmente, procedeu-se a separação pelos títulos dos artigos, livros e capítulos de livros, entre os que tinham uma aproximação com o tema do projeto. Entretanto, não se pode afirmar, com base nesta fonte, que as ações eram, efetivamente, derivadas dos projetos, sendo assim, optou-se pela exclusão desta contagem, sendo consideradas somente as publicações indicadas pelos próprios coordenadores nos Relatórios de Cumprimento de Objeto (RCO) e as encontradas no Repositório Institucional Vitor Marinho.

O RCO se refere a um modelo de relatório que deve ser entregue pelos coordenadores dos projetos financiados pela Rede CEDES, ao término do contrato da pesquisa. Santiago et al. (2010) realizaram uma sugestão de melhoria do modelo de RCO existente, inclusive, propondo que este “novo” modelo já constasse no próximo edital de 2011 como item padrão para o preenchimento após o término do convênio. Porém, como o edital de 2011 foi cancelado, não teve prosseguimento dessa proposta, não sendo possível avaliar se as informações estariam, a partir disso, mais claras e organizadas nos RCO.

Dos 37 projetos avaliados neste estudo, foram encontrados apenas 18 RCO para a realização de uma análise mais aprofunda-

da. Este número reduzido, quando comparado com o total de 37 projetos, se deve a variados fatores, entre eles, a falta de entrega deste documento, envolvendo diretamente a negligência de alguns pesquisadores, que não o apresentaram ao final do estudo, além da dificuldade no contato com os coordenadores e no retorno dos e-mails de solicitação a eles enviados. Em virtude dos anos que se passaram, percebeu-se a dificuldade em se obter estes documentos, uma vez que muitos pesquisadores podem ter se desfeito do relatório, ou mesmo, perdido o arquivo, entre outros problemas. Porém, dos 18 RCO avaliados, 15 já estão no padrão proposto por Santiago et al. (2010), supondo assim, que esses relatórios possivelmente foram entregues após o ano de 2010, mesmo que ainda, não teriam a obrigatoriedade de entrega neste “novo” formato, o que indica um avanço positivo, neste sentido.

Os extratos de relatórios não foram analisados, por terem sido entregues pelos coordenadores com a pesquisa ainda em andamento, contendo somente os dados preliminares, momento este, no qual, ainda, não se têm, de forma concreta, os dados da produção científica. Nos 15 RCO, foram levantadas informações relativas aos *produtos* e aos *desdobramentos* relatados pelos coordenadores. Os produtos são previstos no objeto do convênio, ou seja, são ações previamente estabelecidas no objetivo da pesquisa, já os desdobramentos são outros produtos resultantes da pesquisa, os quais não estavam previstos no objeto do convênio, mas que contribuíram para a divulgação e disseminação do conhecimento (SANTIAGO et al., 2010; TAVARES, 2010).

Mesmo com a quantidade reduzida de RCO analisados, foi possível identificar lacunas ainda existentes em relação à inserção dos dados no modelo proposto de relatório. Em muitos casos, os coordenadores não entenderam ou não se atentaram às indicações previamente estabelecidas para o preenchimento do relatório. Por exemplo, no campo a ser preenchido com os *produtos*, para cada item solicitado, existe explicitado, de forma resumida, o que precisa ser inserido. Entretanto, ao se realizar essa observação mais detalhada, notou-se que muitos dados estavam em locais invertidos, ou ainda, não correspondiam ao que era requerido, dificultando a apreensão dos dados.

Para a realização da análise dos RCO, foram utilizadas as informações sobre os itens relativos aos *produtos* e *desdobramentos*. Os problemas começaram logo no início das análises, na diferença entre produtos e desdobramentos, que ainda, pelo levantamento

da pesquisa, não está clara, entre os coordenadores, dificultando a análise das informações. O Quadro 05 apresenta a quantidade encontrada de produtos citados nos 15 RCO que foram analisados.

Quadro 05. Quantidade de produtos produzidos e relatados nos 15 RCO.

PRODUTOS – RCO	QUANTIDADE EM NÚMEROS
Extrato de relatório (depositado no Repositório da Rede CEDES)	07
Livros	08
Cartilhas	-
Projetos pedagógicos	-
Vídeos	05
Intervenções	-
Eventos	40
Modelos metodológicos	-
Acervos para centros de memória	01
Trabalhos online	11
Outros	29

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Com base apenas nos RCO, os dados não puderam ser discutidos de forma aprofundada, justamente pela não padronização no preenchimento das informações. Para auxiliar na gestão desta informação, a partir desses resultados observados, são propostas algumas alterações ou inclusões de itens no modelo atual de RCO. Esses apontamentos serão somente destinados aos itens *produtos* e *desdobramentos*, na intenção de minimizar os problemas relacionados à transmissão da informação. Dos itens solicitados em *Produtos da pesquisa*, sugere-se explicar, de maneira mais clara, o item “Extrato de relatório (depositado no Repositório Digital da Rede CEDES)”, de Endereço eletrônico (*link*) do extrato no Repositório. Este item poderia ser alterado para: “Obrigatório colocar aqui o *link* do endereço eletrônico do extrato de relatório depositado no Repositório Institucional Vitor Marinho”.

Para o item *Livros*, mesmo com a indicação dada de que estes deveriam ser citados “Segundo normas da ABNT”, a maioria não preencheu corretamente, apresentando dados insuficientes para a análise. Muitos inseriram somente o título do livro, outros, apenas os nomes dos autores e o título, mas não colocaram dados referentes à editora e ao ano, conforme prevê esta norma. A sugestão para este caso seria acrescentar, após “Segundo normas da ABNT”, conforme o modelo a seguir “X”. Assim, a apresentação de um modelo concreto de referência para livros, facilitaria o preenchimento pelos pesquisadores e padronizaria as referências inseridas neste campo.

Nos 15 RCO, em produtos, no item *Livros*, foi citada a publicação de 8 livros e 3 capítulos de livros. Como ainda não existe disponível um *site* para consulta automática de classificação de livros, assim como o Webqualis da CAPES para periódicos, não foi possível realizar a apresentação por categorização.

Em relação ao item *Cartilhas*, também consta a informação “Segundo normas da ABNT”, portanto, também seria interessante acrescentar um modelo de referência para esta Cartilha. No item *Projetos pedagógicos*, a explicação do que deve ser preenchido descreve: “Especificar autor, título, instituição...”, sendo necessário, antes de qualquer coisa, deixar claro que tipos de projetos são esses. Toda informação acrescida e necessária para o aperfeiçoamento do RCO, com a intenção da obtenção de melhorias no documento, só tem a contribuir com a gestão e disseminação das informações no futuro.

Para o item *Vídeos*, a maioria não teve dificuldade no preenchimento, sendo a explicação: “Especificar nome, diretor, edição...”, suficiente para o entendimento. No item *Intervenções*, com a explicação: “Resumo descritivo”, é possível realizar o preenchimento pelo nome do item e pela explicação, porém, para que fique ainda mais claro, a sugestão seria acrescentar uma breve explicação ou exemplo do que seriam essas intervenções.

Já para o item *Eventos*, por meio da explicação: “Resumo descritivo”, muitos coordenadores tiveram dificuldades, primeiramente em entender o que seriam esses eventos, se eram eventos que eles pretendiam participar, como exemplo, eventos científicos, ou se eram eventos que eles iriam organizar. As respostas envolviam tanto um caso como o outro, pois, uma parte relacionou informações relativas a congressos científicos que participaram, citando, inclusive, os trabalhos apresentados, e outra parte inseriu even-

tos que foram desenvolvidos, ou organizaram ao longo do projeto. Neste caso, seria interessante que, para este item, as explicações fossem mais claras, definindo o que realmente seria considerado no item eventos.

No item *Modelos metodológicos* também consta a informação: “Resumo descritivo”, Novamente, talvez, por não entenderem o item, todos os pesquisadores deixaram este campo em branco. Uma das hipóteses seria de que, o item *Modelos metodológicos* pode ser confundido com Metodologia, parte preenchida no início do RCO, e, por isso, talvez alguns coordenadores tivessem pensado que não precisariam repetir as informações. Sendo assim, sugere-se, para este item, uma definição mais específica para modelos metodológicos.

Para o item *Acervos para centros de memória*, além da necessidade de uma breve explicação do que seria isso, o exemplo também não está claro, pois, “Referenciar nome, onde fica...” pode confundir o pesquisador, no momento do preenchimento. No único caso de RCO analisado, no qual o pesquisador respondeu a essa questão, foi colocado um *link* da *internet*, entendendo que este seria o endereço da página onde o RCO se encontrava. Realmente, o endereço eletrônico indicou o caminho para se encontrar o acervo na *internet*, mas faltou a referência, o nome do autor ou autores e outros dados. Seria interessante que, neste item, constasse um modelo de referência eletrônica de acordo com as normas da ABNT, para facilitar o preenchimento pelo pesquisador. A sugestão é que, além da inserção de um modelo de referência, a explicação deixasse clara que o endereço poderia ser eletrônico ou físico, caso este seja realmente o objetivo da requisição desta informação.

O item *Trabalhos online* gerou uma série de respostas diferentes, sendo que uns colocaram *link* de trabalhos que foram publicados cientificamente, outros, *links* de *sites* que eles criaram em relação com o trabalho, que faziam parte dos objetivos dos projetos. Ambos os casos poderiam ser considerados, pois a explicação: “*Sites*, bancos de dados, programas...”, não permite um entendimento concreto do que é requerido. Faz-se necessário, além de uma explicação sobre o que seriam “*Trabalhos online*”, exemplos de como preencher o campo solicitado.

No item *Outros*, os dados não tiveram uma padronização nas respostas, sendo que os mais citados se referiam às ações desenvolvidas durante a execução do projeto, à confecção de cadernos

de memórias, aos trabalhos completos apresentados em eventos e aos resumos publicados em anais de eventos. Em destaque, ainda nesta categoria, foram relatadas publicações de 07 artigos científicos.

Como se trata de *produtos*, previstos no início do projeto, os artigos, neste caso do item *Outros*, foram considerados neste capítulo somente para a discussão, mas, o preenchimento de artigos publicados caberia em *desdobramentos*. Dificilmente se pode prever o número exato de artigos que poderiam ser publicados, logo no início do projeto, mesmo porque, existe um prazo para o desenvolvimento do projeto e, ao término, não necessariamente, já se obteria o aceite de um trabalho científico em periódico específico. Para este item aconselha-se a inserção de uma breve explicação do que poderia ser acrescentado, caso houvesse interesse no preenchimento.

Como foi relatada a publicação de 07 artigos científicos em *produtos*, após a identificação dos mesmos, realizou-se uma consulta no Sistema Webqualis da CAPES. Por intermédio de uma busca pelo título do periódico científico, foram contabilizadas as categorias de estrato para área de avaliação da Educação Física, tendo em vista a predominância desta área entre os coordenadores dos projetos e seus respectivos grupos de pesquisa.

Dos 07 artigos citados dentro de *produtos*, 04 artigos foram publicados no mesmo periódico científico e os outros 3 publicados em periódicos diferentes. Após a consulta ao Webqualis da CAPES, 05 artigos estão em periódicos classificados como B2 na Educação Física e 02 não possuem classificação na Educação Física, mas o periódico é avaliado pela CAPES em outras áreas. Neste momento, torna-se relevante apontar para a importância da escolha do periódico. Os resultados apontaram para 05 artigos com Qualis B2 na Educação Física, e esse dado talvez possa ter relação com a preferência entre os coordenadores dos projetos em publicar na área de formação, tendo em vista a prevalência de grupos de estudos na área da Educação Física entre a amostra deste estudo.

Se, por um lado, para ter uma melhor classificação relacionada à publicação necessita-se escolher periódicos com Qualis alto, contribuindo para um melhor impacto científico na área em que se atua, por outro, a escolha de periódicos específicos, pode minimizar oportunidades de disseminação da área da Educação Física em outras áreas do conhecimento. Com base nesta reflexão, portanto, surge um questionamento: Será que a divulgação de trabalhos da

área Educação Física é importante que ocorra em periódicos científicos de outras áreas?

Schwartz (2015) também apontou algumas inquietações em relação à divulgação dos estudos sobre lazer, aprofundando as indagações, trazendo discussões, inclusive, sobre o que motiva o pesquisador a publicar em periódicos específicos da área. Ainda, Schwartz (2015) reforça a ideia da importância de se compreender os aspectos que podem influenciar no crescimento deste campo de estudo, para, assim, promover delineamentos mais significativos. A escolha do periódico merece uma atenção especial, pois, querendo ou não, sua qualificação influencia vários fatores, principalmente nos cursos de pós-graduação, em ranqueamento de bolsas de estudo, nas disputas por financiamento de pesquisas, onde se valoriza o fator de impacto das publicações.

O Quadro 06 apresenta dados relativos à contagem dos itens inseridos pelos coordenadores nos RCO, na categoria *desdobramentos*. Assim como foi realizado com a categoria *produtos*, cada item será analisado, e, conseqüentemente, serão indicadas algumas sugestões, também no sentido de contribuir para o melhor entendimento em relação ao preenchimento deste documento.

Quadro 06. Quantidade de desdobramentos produzidos relatados nos RCO.

DESDOBRAMENTOS – RCO	QUANTIDADE EM NÚMEROS
Eventos e/ou intervenções	16
Artigos publicados em livros, periódicos, etc.	44
Outros livros publicados	09
Capítulos de livros	15
Participação em eventos científicos: palestras, cursos, relatos de experiência, etc.	89
Publicações em anais de eventos científicos	73
Outros	67

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para o item *Eventos e/ou intervenções*, a explicação: “Realizados relacionados à pesquisa” mostra-se clara, porém, mesmo com a palavra “realizados”, algumas respostas estavam associadas à par-

ticipação em eventos científicos, item este, que é solicitado posteriormente no mesmo quesito, desdobramentos. Neste caso, pode ter ocorrido uma falta de atenção do pesquisador no momento do preenchimento do item, pois, em alguns casos, as mesmas informações eram repetidas no item *Participação em eventos científicos*.

No item *Artigos publicados em livros, periódicos, etc.*, a descrição: “Segundo as normas da ABNT” deixa explícita como deve ser feita a referência, mas, aconselha-se acrescentar um modelo, pois muitas referências não estavam nas normas, nos RCO analisados, faltando informações, principalmente relacionadas ao nome do periódico e, até mesmo, aos dados da autoria. Para cada artigo citado foi realizada uma nova pesquisa na *internet*, utilizando-se o Google Acadêmico®, no sentido de buscar, pelo título, a referência completa e, a partir disso, se consultar o Webqualis da CAPES. No Webqualis da CAPES foi escolhida a classificação para a área Educação Física, assim como foi realizado anteriormente, ao se analisarem as publicações em *produtos*.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 06, foi encontrado um número de 44 artigos científicos publicados, entretanto, 01 era repetido, 01 continha a referência incompleta, não sendo possível sua identificação, 03 eram prefácios de livros e 03 eram resumos, sendo excluídos da amostra. Dos 36 artigos considerados para a análise, dentro dos desdobramentos, 23 artigos foram publicados no mesmo periódico científico, e pelos dados analisados não se tem claro o porquê da preferência por este periódico. Como este periódico, especificamente, não é avaliado pela CAPES, o motivo de escolha certamente não foi pela classificação de impacto científico, podendo ser descartada esta hipótese.

Além dos 23 artigos sem classificação CAPES, 02 também não possuíam avaliação CAPES, totalizando 25 artigos sem Qualis. Outros 03 artigos não possuem classificação para a Educação Física, embora sejam avaliados pela CAPES. O restante, 08 artigos, estavam distribuídos na seguinte classificação CAPES para Educação Física: 01 artigo foi publicado em um periódico A2, 01 em B1, 01 em B2, 02 em B4 e 03 em B5.

Os resultados para *desdobramentos* apontaram um número alto de publicações em periódicos sem classificação CAPES, e, novamente, retornam algumas inquietações. Será que as dificuldades e exigências em se publicar em periódicos com estratos mais altos influenciaram no momento da escolha dos coordenadores pelos de classificação menor? Quais seriam os reais motivos para que

este número de publicações em periódicos sem classificação CAPES fosse tão alto? Longe de esclarecer tudo o que envolve os reais motivos, algumas hipóteses podem ser levantadas, por exemplo, em relação à demora dos periódicos bem qualificados em realizar uma devolutiva de parecer sobre o artigo, muitas vezes, pelo grande número de submissões que a revista recebe.

Outro motivo que pode ser levantado é a escolha de um periódico da mesma instituição que o pesquisador faz parte, neste caso, prestigiando um periódico mais conhecido, daí, pode envolver questões relativas à afinidade com o escopo da revista. Outras pesquisas serão necessárias, no sentido de aprofundar as discussões envolvendo esta temática, que ainda representam lacunas nas várias áreas do conhecimento.

Mesmo que se tenha notado um número alto de publicações em periódicos sem classificação no Qualis, neste estudo, também apareceram artigos publicados em revistas bem classificadas como: A1, B1 e B2, porém, em menor quantidade. Este dado sustenta a ideia de que não é impossível publicar em periódicos com estratos mais altos, ainda que se tenha maior dificuldade para isso. Novamente, há a necessidade de desenvolvimento de estudos referentes aos desafios para superar as inúmeras barreiras sobre publicações no campo científico.

Os itens *Outros livros publicados* e *Capítulos de livros*, também esclarecem: “Segundo normas da ABNT” no exemplo, e, pelos dados analisados, novamente constatou-se o preenchimento do item sem padronização de acordo com as normas ABNT, ressaltando-se a importância de se anexar um modelo de referência para ambos os casos, pois, algumas referências de livros encontravam-se sem a editora e sem autoria, somente com o título do livro. Foram citadas 09 publicações de livros nos RCO, em *desdobramentos*, no item *Outros livros publicados* e, no item *Capítulos de livros*, o total foi de 15 capítulos.

Entre *produtos* e *desdobramentos*, dos 15 RCO analisados, foram encontrados 17 livros publicados no total. Para a realização de uma comparação entre *produtos* e *desdobramentos*, foi confeccionada uma listagem final de artigos, livros e capítulos de livros, no sentido de se investigar possíveis duplicidades de referências, sendo realizadas as exclusões, caso houvesse repetições.

Para o item *Participação em eventos científicos: palestras, cursos, relatos de experiência, etc.* a distribuição entre as possibili-

dades dos exemplos apontados foi variada e, por esse motivo, a sugestão é que este item seja dividido em mais de um item, facilitando, assim, a realização de novas pesquisas. A separação desses itens se torna interessante, principalmente para acelerar a contagem numérica, diminuindo o tempo gasto na divisão dos assuntos contidos em um mesmo bloco de informação. Mesmo com o exemplo: “Especificar nome do evento, tipo de participação, se houve comunicação”, muitos relatórios não contemplavam todas as informações solicitadas, principalmente sobre o tipo de evento. Em alguns casos, só pelo nome do evento ficava difícil de identificar o tipo de evento. Neste contexto, os responsáveis pelo preenchimento do RCO necessitam estar mais atentos.

No item *Publicações em anais de eventos científicos*, a explicação também relaciona “Segundo normas da ABNT” e, neste caso, novamente ocorreram os mesmos problemas em relação às adequações das citações de acordo com as essas normas exigidas, sendo necessário, para auxiliar novos pesquisadores, inserir um modelo de referência para publicações em anais de eventos científicos. Após a análise, notou-se que, em alguns relatórios, faltavam informações sobre o ano da publicação, o número ou o volume dos anais, entre outros dados. Este tipo de falha pode dificultar a citação do trabalho em outras pesquisas e comprometer, inclusive, a análise do impacto científico.

Analisando o item *Outros*, os dados também não tiveram uma padronização nas respostas, sendo citados 03 trabalhos de conclusão de curso de graduação, 01 dissertação de mestrado e 01 tese de doutorado. Como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses não possuem um item específico no modelo de RCO, sugere-se a inserção desses itens, tanto em produtos, quanto em desdobramentos. Uma dissertação, por exemplo, pode estar prevista desde o início do projeto e, neste caso, entraria em *produtos*. Quando, no entanto, por intermédio do projeto foi possível a realização de uma dissertação e/ou trabalho de conclusão que não estivesse previsto, caberia relacioná-los mais aos *desdobramentos*.

Um relatório indicou, na categoria *Outros*, as ações ou participações do coordenador em eventos ou bancas julgadoras, que não tinham uma relação direta com o projeto desenvolvido, considerando em *Outros*, por exemplo, a avaliação de cursos, a participação em concursos públicos ou a participação em comissões. Neste caso, o número de 63 participações deste tipo foi relativamente alto para um único relatório e, dependendo a relação de

cada participação, nem poderia ser computada neste item. A categoria *Outros*, realmente, se não for satisfatoriamente descrita, pode caracterizar tudo o que não foi solicitado anteriormente, porém, neste item, deveriam ser inseridos dados relativos aos projetos e não de caráter pessoal, como a participação do coordenador em uma banca de concurso que não tivesse estreita relação com o projeto.

Esses resultados reforçam a ideia da necessidade de complementar o modelo de RCO existente, no sentido de exemplificar, de forma mais detalhada, o que cada item significa, citando, inclusive, exemplos, aperfeiçoando esse instrumento tão importante na gestão da informação. O RCO é um relevante documento, o qual ainda precisa de ajustes, porém, pensando em auxiliar futuros pesquisadores no preenchimento das informações requeridas, talvez a criação de manuais digitais, ou cursos *online sobre* esse preenchimento pudesse dirimir todas as dúvidas dos pesquisadores. Essas informações não servem somente para fins científicos, mas, inclusive, para direcionar novas ações da própria Rede CEDES.

Portanto, o controle na entrega dos relatórios e o depósito, de fato, no Repositório Institucional Vitor Marinho, precisa ocorrer de forma permanente. Como sugestão, no próprio edital, deveria constar a exigência em relação à entrega do RCO ao término da realização do projeto via Repositório, havendo, de alguma forma, a checagem da entrega deste importante recurso.

Outra sugestão é a possibilidade de se criar uma plataforma *online* para o preenchimento do RCO, como ocorre, hoje em dia, para a prestação de contas em órgãos de fomento a pesquisas, no que tange, aos relatórios preenchidos *online*, tanto financeiros quanto os científicos. No *site* da própria Rede CEDES poderia existir um campo para este preenchimento, com *login* e senha, para que os coordenadores inserissem os dados. Após isso, o RCO ficaria disponível *online* para acesso e consultas, por qualquer pessoa que realizasse uma busca.

A última etapa da pesquisa foi realizada no Repositório Institucional Vitor Marinho, com o objetivo de identificar as publicações científicas relacionadas com os projetos financiados, já depositadas. O Repositório tem como principal objetivo a reunião, preservação e disposição de toda produção científica das áreas Educação Física, Esporte e Lazer e permite a visibilidade de produções disponíveis no mesmo espaço e com endereço eletrônico comum aos usuários (LABOMÍDIA, 2015).

Para a coleta dos dados, primeiramente, foi selecionada a comunidade 01.Redre CEDES, para navegação no *site* do Repositório. Após este procedimento, foi selecionada a subcomunidade, que no caso, para a Rede CEDES é realizado por meio da escolha de uma Instituição. De posse da lista com os 37 projetos aprovados no edital de 2009, foram selecionadas as subcomunidades referentes a cada universidade, ou seja, a consulta ocorreu mediante a entrada em cada subcomunidade específica de cada projeto. A listagem com os nomes das instituições está disponibilizada no Repositório, em ordem alfabética, o que facilitou o acesso a cada uma.

Na sequência, aparece uma lista geral com todas as publicações da instituição pesquisada e mais duas opções de refinamento para busca, sendo: produções e projetos. Foi escolhida a opção *produções* e, a partir daí, separadas as referências relacionadas com a publicação de livros, capítulos de livros e artigos científicos, que tivessem o nome do coordenador do projeto na referência. Após a extração de todos os dados, foram excluídos os artigos publicados em anais de eventos.

Procedeu-se, então, à verificação de possíveis duplicidades de citações, e efetuando as exclusões de referências repetidas, foi encontrado o total de 19 livros, 02 capítulos de livros e 05 artigos publicados em periódicos, entre as 37 instituições analisadas por intermédio da autoria de seus respectivos coordenadores. Esse resultado aponta uma preocupação em relação ao que verdadeiramente vem sendo depositado no Repositório. Se compararmos o resultado da pesquisa somente com a quantidade de livros publicados entre Repositório e RCO, quase não há diferença. Foram 19 livros publicados encontrados no Repositório por meio da pesquisa com 37 coordenadores para 17 livros publicados analisando os 15 RCO entregues pelos coordenadores. Certamente, esse resultado faz gerar novas indagações. Como uma ferramenta importante para a gestão do conhecimento em Esporte, Lazer e Educação Física ainda é tão pouco explorada entre os pesquisadores da área? Será que os resultados seriam diferentes, se forem utilizados outros meios para a busca no Repositório?

O mesmo ocorreu em relação à publicação de artigos, em que foram encontrados 05 no Repositório, entre os nomes dos 37 coordenadores, porém, entre *produtos* e *desdobramentos*, dos 15 RCO analisados, foi encontrado o total de 43. Fazem-se necessárias investigações e estudos mais aprimorados no Repositório, para afirmar de fato o que contribui para esses resultados. Como sugestão para novas pesquisas, fosse interessante se realizar o mesmo pro-

cedimento, com a mesma amostra, mas seguindo outro caminho na busca, como exemplo, pelo nome do coordenador direto no campo de busca, pelo nome do projeto, entre outras possibilidades, uma vez que esses resultados poderiam ser diferentes. Necessita-se de aprofundamentos para subsidiar novas reflexões e, assim, contribuir para o crescimento conjunto de pesquisadores.

Outra sugestão, seria a confecção de uma reedição do portfólio de publicações da Rede CEDES (BRASIL, 2010) em formato impresso e/ou meio digital, com todas as publicações derivadas dos projetos financiados, de forma atualizadas. O portfólio desenvolvido em 2010 contribuiu para a divulgação do que foi produzido até aquele ano, servindo de referência para muitas consultas. Certamente, esta medida organizaria, de forma consistente, os dados relativos a tudo que foi produzido.

Tavares (2010) realizou uma estimativa de quantas publicações estavam previstas para os projetos aprovados no edital de 2009 - amostra desta pesquisa - entre os quais, destacou a média de 26 publicações de livros impressos. Somando os livros contabilizados em *produtos e desdobramentos* nos 15 RCO analisados neste capítulo, somaram-se 17 publicações. Se o total de 37 RCO fosse analisado, certamente este número ultrapassaria as estimativas para este tipo de publicação.

O impacto científico seria efetivamente positivo neste quesito, entretanto, em virtude da dificuldade em se encontrar as informações e os aspectos limitantes advindos da busca nos RCO, não foi possível, com exatidão, afirmar em números a quantidade de publicações totais após a conclusão dos projetos aprovados no edital de 2009. Uma das limitações deste estudo está relacionada aos anos que se passaram entre 2010 - início dos projetos aprovados em 2009 - e 2015 - ano de realização deste estudo -, mesmo assim, as discussões sobre a gestão da informação necessitam de contínuos debates.

Partindo para as considerações finais, tendo em vista tudo o que foi relatado, os dados gerados relativos à produção científica, frutos dos projetos financiados pela Rede CEDES, encontram-se ainda dispersos. Por um lado é positivo pensar na quantidade de locais diferentes, nos quais estão disponibilizadas essas informações, mas, por outro, seria mais interessante que todas as informações estivessem em um único local, como exemplo, no caso das pesquisas financiadas pela Rede CEDES, depositadas todas no Repositório.

Sendo assim, há uma necessidade de se elaborarem estratégias, na perspectiva de fazer com que isso realmente ocorra, permitindo que as informações estejam mais acessíveis, padronizadas, facilitando a disseminação dos conteúdos pesquisados, para melhor gestão da informação. Longe de se incentivar o produtivismo acadêmico, visando à quantidade e não a qualidade, mas se existe o incentivo, por que não aproveitar as chances e expandir as publicações e disseminar os dados, contribuindo efetivamente com um dos importantes papéis como pesquisadores, relativo à produção de novos conhecimentos?

Em se tratando da Rede CEDES, mesmo com os problemas relatados, pode-se notar o quanto esta Rede incentiva, induz, veicula produções na área do Esporte Recreativo e Lazer e vem fomentando inúmeros projetos. Isso, certamente, merece destaque, pelo impacto científico que gera. Porém, como toda política pública que envolve inúmeras ações, estas necessitam de constantes avanços, momentos destinados a processos avaliativos, para análises mais aprofundadas, permitindo uma continuidade mais efetiva ao longo do tempo.

A fase de avaliação em Políticas Públicas requer uma análise dos impactos, tanto positivos, quanto negativos, além de se “[...] registrar potencialidades e acertos para serem replicadas em futuras ações, constituindo um passo fundamental à aprendizagem política.” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2011). O atual momento da Rede CEDES permite, justamente, novas reflexões e problematizações, visando às melhorias cabíveis. Entretanto, esse momento não pode se restringir a pequenos grupos ou a ações individualizadas de pesquisadores, mas, se reflete na perspectiva de elaboração de propostas, de soluções de problemas em uma construção coletiva.

Pelos resultados apontados, foi possível assegurar quantitativamente apenas em parte, o real impacto científico do que foi produzido após o término da realização dos projetos aprovados no edital de 2009. Fica evidente a importância da Rede CEDES para o incentivo às pesquisas na área de Esporte Recreativo e Lazer, embora, ainda, se ratifique a necessidade de melhoria em relação à gestão da informação de tudo o que foi gerado cientificamente.

A valorização da gestão do conhecimento neste campo se faz premente e deve ser devidamente estimulada entre os diversos agentes neste processo, desde a própria Rede CEDES, até os gestores, os coordenadores e demais envolvidos com os projetos. Só

neste sentido é que se poderá dimensionar efetivamente as contribuições e se creditar a devida valorização, legitimando esta ação, a qual tem se tornado uma fonte importante de recursos e como polo de disseminação e difusão de pesquisas, ampliando as possibilidades de crescimento da ciência envolvendo as temáticas do Esporte e do Lazer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C. E.; GUIMARÃES, J. A. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

ALMEIDA, L. P.; LEAO, L. H. C. A produção do conhecimento na universidade brasileira: dilemas, críticas e desafios. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v.19, p.76-87, 2014. Disponível em: <<http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/revistaaugustus/article/view/483/464>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científica-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, v.26, n.42, p.27-40, jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p27>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BOLLEN, J.; SOMPEL, H. V. S.; HAGBERG, A.; CHUTE, R. A principal component analysis of 39 scientific impact measures. **Plos One**, San Francisco, v.4, n.6, p.1-11, jun. 2009. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0006022>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Chamada pública para fomento de pesquisas a serem desenvolvidas da Rede CEDES**. 2009a. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/cedes/edita1PelcRedeCedes2009.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Roteiro para classificação de livros: avaliação dos programas de pós-graduação**. 2009b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. Ministério do Esporte. Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES). DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Publicações da Rede CEDES**. 2010. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/AF_publicacao_rede_cedes_200x200mm_menor.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Classificação da produção intelectual**. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Qualidade da produção científica é abordada durante abertura de Seminário**. 2015a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7616-qualidade-da-producao-cientifica-e-abordada-durante-abertura-de-seminario-de-acompanhamento>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES). DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Apresentação**. 2015b. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES). DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Rede CEDES**. 2015c. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/redeCedes.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CAMPOS, M. Conceitos atuais em bibliometria. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, São Paulo, v.66, p.1-22, 2003.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Censo atual: novidades censo 2014**. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual>>. Acesso em 17 jul. 2015.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v.9, n.1, p.23-44, jan./abril. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2661/1294>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. Indicadores cientométricos normalizados: um estudo na produção científica brasileira internacional (1996 a 2011). **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v.19, n.3, p.118-133, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a07v19n3.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

GUEDES, C. A. **Currículo Lattes**: perguntas e respostas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Escritório de Assessoria de Fomento para Pesquisa e Bolsa de Estudos. São José dos Campos, 2001. (Manual Técnico). Disponível em: <http://www.pu-crs.campus2.br/manuais/dicas_lattes.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2015.

ISAYAMA, H. F.; OLIVEIRA, M. A. T. (Org.) **Produção de conhecimento em estudos do lazer**: paradoxos, limites e possibilidades. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

KING, D. A. The scientific impact of nations. **Nature**, London. v.430, p.311-316, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v430/n6997/full/430311a.html>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

LABOMÍDIA. **Laboratório e observatório da mídia esportiva**. [2015]. Disponível em: <<http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/>>. Acesso em: 6 mai. 2015.

MORTATTI, M. R. L.; OLIVEIRA, F. R. ; PASQUIM, F. R. 50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.5, n.13, p.6-31, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/view/4086/1616>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

RAPINI, M. S.; RIGHI, H. M. O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e a interação universidade-empresa no Brasil em 2004. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v.5, n.1, p.131-156, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/300/217>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

SANTIAGO, D. R. P.; TAVARES, G. H.; KAWAGUTI, C. N.; FIGUEIREDO, J. P. Sugestões de implementação: proposta de modelo de relatório e catálogo de pesquisas. In: SCHWARTZ, G. M.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: balanço da Rede Cedes. Várzea Paulista: Fontoura, 2010. p.143-190.

SCHWARTZ, G. M. Pesquisas sobre lazer: visibilidade e perspectivas. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015. p.183-199.

SILVA, I.; SANTIN-MEDEIROS, F.; BERTAPPELLI, F.; COELHO, A. P.; SILVA, S. Pesquisa em atividade física e saúde no Brasil: dimensão atual dos investimentos em projetos e bolsas de produtividade do CNPq. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas, v.19, p.325-332, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/3721/3283>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.03, p.233-251, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/18420/14381>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramentos das pesquisas financiadas pela Rede Cedes. In: SCHWARTZ, G. M.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: balanço da Rede Cedes. Várzea Paulista: Fontoura, 2010. p.69-91.

Capítulo 5

IMPACTOS SOCIAL E CIENTÍFICO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELA REDE CEDES A PARTIR DAS ENTREVISTAS COM COORDENADORES

Nara Heloisa Rodrigues
Luis André Pereira de Oliveira
Marília Amábile Guarizo

Neste capítulo será abordada a visão de coordenadores de 35 projetos desenvolvidos com base em financiamento proporcionado pela Redes CEDES no edital de 2009, os quais, tiveram vigência iniciada no ano de 2010 e período de realização do projeto de um ou dois anos de duração. Estes dados se referem aos resultados das 35 entrevistas realizadas com os coordenadores que se dispuseram a participar, sendo discutidos alguns aspectos relativos aos impactos sociais e científicos resultantes da realização destes projetos, apontados pelos próprios coordenadores, durante as entrevistas realizadas.

Para o alcance de tais objetivos, foram tomados como base alguns conceitos referentes aos impactos social e científico decorrente da implantação de tais projetos. Estes conceitos já foram anteriormente sedimentados nos Capítulos 3 e 4 desta obra. Todavia, eles serão brevemente reapresentados, de modo a embasarem as características presentes nas falas dos coordenadores que indicavam estes impactos, com o desenvolvimento destes projetos.

Para o impacto social, foram considerados fatores que resultaram em algum tipo de ação, mudança e consequência (econômica, social, ambiental, dentre outros aspectos) previstas e não previstas, aplicadas ao contexto no qual ocorreram. Isto permite a visualização de um legado social no espaço, comunidade ou ambiente em que o projeto foi realizado, ou que ainda está se desenvolvendo (BONILLA, 2007; CORREIA, 2008; CORTÊS-NETO et al, 2010).

Como impacto científico, foi considerada toda a atividade científica que se transforma em registro e se consolida em uma informação científica, a qual circula em determinado espaço ou comunidade, sendo este o principal motivo da existência de qualquer ciência, visto que este é um fator determinante para sua propagação e alcance na realidade cotidiana (LE COADIC, 1996). Esta informação científica pode ser veiculada, tanto por meios científicos formais, tais como os periódicos de cada área de publicação e o número de vezes em que um artigo é citado (BOLLEN et al., 2009), ou pelo fator de impacto (CAMPOS, 2003), como também por outros recursos, como as mídias sociais, as quais podem ser auxiliares na divulgação e disseminação de tais informações (HOFFMANN; LUTZ; MECKEL, 2014).

De modo a identificar a visão de coordenadores de projetos financiados pela Rede CEDES no edital do ano de 2009, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, compostas por uma breve caracterização do projeto, na qual foram incluídas questões referentes ao tipo da pesquisa, ao envolvimento, às possíveis parcerias, ao alcance de pessoas direta e indiretamente, à duração do projeto e também questões relacionadas especificamente aos impactos social e científico, incluindo, assim, os dados relativos à participação, ao desenvolvimento, aos desdobramentos e aos materiais produzidos. Após a realização destas entrevistas, as mesmas foram transcritas e analisadas por meio da Técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), de modo a identificar e agrupar os conteúdos abordados, sendo realizadas as três etapas de análise propostas por Bardin, que incluem a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados.

Para a melhor compreensão dos dados referentes aos impactos sociais, no olhar dos coordenadores, optou-se por dividir os resultados das 35 entrevistas amostrais de acordo o tipo de pesquisa realizada em cada projeto desenvolvido, visto que esta diferenciação implicou no tipo de resultado que atingiu direta ou indiretamente as pessoas envolvidas. Deste modo, foram divididos dois grupos a serem analisadas no impacto social.

No Grupo 1) **Pesquisas documentais ou sem intervenção direta**, composto por 13 pesquisas, foram incluídas as entrevistas cujos projetos desenvolvidos utilizaram pesquisa com análise documental (GIL, 2008) feita por meio de análise de imagens em fotos, vídeos, documentos institucionais, dentre outros, ou aquelas em que não houve qualquer tipo de intervenção direta com a

amostra pesquisada, mas apenas a presença do pesquisador com observação.

No Grupo 2) **Pesquisas de intervenção integral ou parcial**, composto por 22 pesquisas, foram inseridos os dados referentes aos projetos em que houve pesquisa de intervenção ou experimental (GIL, 2008), realizada por meio de pesquisas desenvolvidas em instituições e locais diversificadas, geralmente marcadas pela presença de entrevista, ou pela aplicação de instrumentais diversos, como questionários de opinião, dentre outros. Neste item foram incluídas pesquisas que tiveram algum tipo de intervenção direta, parcial ou integralmente no desenvolvimento da pesquisa.

Para o impacto científico, considerou-se que não houve diferenciação para as pesquisas com ou sem intervenção, visto que as respostas fornecidas pelos coordenadores de projetos eram as mesmas, independentemente do tipo de pesquisa realizada, assim como os desdobramentos também foram semelhantes. Deste modo, optou-se por apresentar os resultados referentes ao impacto científico sem diferenciação no que tange ao tipo de pesquisa realizada.

Após este agrupamento, foram identificados, por meio das respostas dos entrevistados, os impactos social e científico desencadeados e advindos de suas pesquisas. Tais características foram condensadas em eixos de análises, a saber:

- A) Impacto Social** – para o qual foram analisados os fatores referentes à distribuição geográfica/regional das pesquisas financiadas e desenvolvidas, ao grupo de trabalho na pesquisa, o qual, de alguma forma, foi beneficiado por meio de bolsas e/ou outras formas de desenvolvimento do projeto, ao público alvo atingido e a abrangência direta e indireta de pessoas envolvidas, parcerias realizadas e outros aspectos citados pelos coordenadores como desdobramentos sociais resultantes do desenvolvimento do projeto;
- B) Impacto Científico** - em que foram considerados os fatores referentes à produção de artigos científicos, livros, materiais didáticos diversos, realização e participação em eventos científicos nacionais e internacionais, com a publicação de trabalhos acadêmicos e outros desdobramentos relacionados à inclusão de novos membros no âmbito acadêmico.

Para os resultados obtidos no eixo **A) Impacto Social**, o primeiro aspecto analisado incluiu a *região brasileira* em que estas pesquisas ocorreram, o que permitiu a percepção de discrepância entre algumas regiões. Os dados referentes às regiões brasileiras, nas quais as 35 pesquisas amostrais foram realizadas estão apresentados detalhadamente na tabela 1 a seguir. Para auxiliar na compreensão da análise deste item foi utilizado o apoio dos dados fornecidos pelo IBGE, no censo de 2010, de modo a subsidiar a relação entre o financiamento de projetos e número de habitantes em cada região.

Tabela 1. Regiões brasileiras, número de habitantes por região, número de incidências em que os projetos foram desenvolvidos e divisão dos habitantes regionais pelo número de projetos.

REGIÕES DO BRASIL	NÚMERO DE HABITANTES POR REGIÃO *	NÚMERO DE PROJETOS REALIZADOS	RELAÇÃO HABITANTES/ PROJETO
Sudeste	80.364.410	17	4.727.318
Sul	27.386.891	7	3.912.413
Nordeste	53.081.950	7	7.583.135
Centro-Oeste	14.058.094	3	4.686.031
Norte	15.864.454	1	15.864.454

Fontes: Dados da pesquisa (2015) /*Dados obtidos no censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2011).

O desenvolvimento de pesquisas é predominante na região Sudeste. Este dado se justificaria pelo fato de que a maior parte dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Pesquisas do CNPq está localizada nessa região e, provavelmente, sejam os mesmos que acabam participando de editais subsidiados pela Rede CEDES. Dados fornecidos no estudo de Amaral, Ribeiro e Silva (2014), que analisaram a produção científico-acadêmica entre os anos de 2009 e 2013, de Políticas Públicas relacionadas ao lazer, identificaram a predominância de grupos que realizam tais pesquisas na região Sudeste, seguida da região Nordeste e menor incidência nas regiões Centro-Oeste e Sul. Os dados encontrados na presente pesquisa corroboram em parte, os dados do estudo dos autores citados, visto que a região Sul ocupou posição empatada com a Nordeste, quanto ao número de locais de realização das pesquisas.

Em direção semelhante à deste estudo, Tavares (2013) apontou dados relativos à regionalidade de grupos que receberam financiamento da Rede CEDES, entre os anos de 2003 a 2009-10, indicando primeiramente a região Sul, em seqüência as regiões Sudeste, Nordeste, e com menor incidência as regiões Norte, a qual não havia sido citada em uma análise de anos subseqüentes, por Amaral, Ribeiro e Silva (2014), e, finalmente, a Centro-Oeste. Neste estudo, Tavares destaca a região Sudeste como sendo a que foi potencializada nos últimos anos, com participações e desenvolvimentos de pesquisas financiadas e publicações decorrentes de tais projetos, em números muito mais evidentes do que as demais regiões, assim como foi observado o maior número de evidências desta pesquisa. Demonstrou ainda, que o motivo das demais regiões não terem tanto destaque, provém do apoio recebido pela Rede CEDES, o qual começou apenas no ano de 2005 na região Centro-Oeste e, em 2007, no Norte. Observações semelhantes quanto ao desenvolvimento de projetos do Edital de 2009, também foram destacadas na presente pesquisa.

Entretanto, pode-se tomar esta análise sob outra perspectiva que não seja esta do número de pesquisas que aponta a região Sudeste como a mais privilegiada neste aspecto. Pode-se utilizar outra estratégia de análise, agora baseada em dados populacionais de cada região, apenas para suscitar a possibilidade de outra visão frente aos maiores investimentos da Rede, pois, considera-se que as pessoas são as maiores beneficiadas socialmente pelos projetos. Assim, nesta relação proporcional referente ao número de pessoas que habitam cada uma das cinco macrorregiões pelo número de pesquisas desenvolvidas em cada uma delas, é possível observar números que sugeririam maior equivalência de beneficiados, com exceção da Região Nordeste, que teve número quase dobrado nesta relação, apesar de ter tido, assim como a região Sul, 7 projetos financiados e, ainda, a região Norte, a qual, nos dois quesitos analisados, acabou se enquadrando como aquela menos favorecida, merecendo maior atenção de financiamento de pesquisas. Portanto, ao se utilizar este outro critério, pode-se sugerir que a região mais beneficiada na relação projetos desenvolvidos por número de habitantes seria a região Sul, corroborando aos dados apresentados por Kawaguti (2010) e Tavares (2013), quando apresentam esta região como a de maior financiamentos da Rede, quanto ao número total de financiamentos no período por elas analisado.

Quanto aos dados relativos aos participantes da *equipe de trabalho* no projeto, estes foram diversificados. Alguns coordenadores citaram o número exato dos respectivos participantes, detalhando as funções de cada um. Outros citaram apenas um número total dos participantes, sem tal delineamento, o que inviabilizou a totalização destes dados. Obviamente, todos os projetos contaram com a participação de, ao menos, um professor coordenador, vinculado a uma Faculdade ou Universidade. Além deles foram citados os bolsistas, a participação de graduandos, alunos de pós-graduação e pós-doutorado, pesquisadores, participação de todo um grupo de pesquisa, ou auxílio de integrantes dos mesmos, ou, ainda, dois ou mais grupos de pesquisa, assim como, associados, colaboradores e funcionários de Secretarias de Esporte dos municípios envolvidos.

Essa diversificação de pessoas envolvidas na realização de uma mesma pesquisa foi citada pelos coordenadores entrevistados como muito positiva. Segundo Kawaguti (2010), os resultados propiciados por este tipo integrado de trabalho, pode atingir diretamente o estreitamento de relações dentro de uma própria instituição, ou, até mesmo, de instituições diversificadas, contribuindo para o fomento e a elaboração de pesquisas cada vez mais aprofundadas na área.

Observou-se que, além do envolvimento de pesquisadores formados ou em formação, houve a participação de outras pessoas que não integram a comunidade acadêmica. Todavia, essa evidência foi pouco recorrente e se relacionava com pessoas que coordenavam, trabalhavam ou tinham algum vínculo com a gestão esportiva do local de realização do projeto. Vale ressaltar que as falas dos entrevistados revelavam a importância das bolsas na formação de novos pesquisadores. Este fato é importante de ser considerado, visto que, muitas vezes, os alunos ainda em formação representam o subsídio principal para o desenvolvimento de um projeto, assim como, a participação em um projeto com financiamento federal pode enriquecer a formação científica e acadêmica de todo um grupo, gerando, assim, uma contribuição científica, pessoal e social.

Quanto aos dados relacionados ao público alvo, foram percebidas diferenciações quanto ao tipo de pesquisa desenvolvida. Os dados relativos à categoria dos Grupos **1) Pesquisas documentais ou sem intervenção** e **2) Pesquisas de intervenção integral ou parcial** estão apresentados na tabela 2 a seguir.

Tabela 2. Público alvo atingido nos dois grupos de projetos amostrais e número de incidência em que ocorreram.

1) PESQUISAS DOCUMENTAIS OU SEM INTERVENÇÃO	PÚBLICO ALVO CITADO PELOS COORDENADORES	INCIDÊNCIA DE RESPOSTAS
	- Professores	4
	- Pesquisadores	4
	- Alunos de graduação	4
	- Comunidade acadêmica	3
	- Gestores	2
	- Profissionais de Educação Física	1
	- Professores do Ensino Médio	1
	- Escolares	1
	- Povos indígenas	1
2) PESQUISAS DE INTERVENÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL	- Pessoas (crianças, adolescentes, jovens e adultos)	9
	- Pessoas praticantes de atividades específicas (espaços com equipamentos de lazer, festas populares, jogos tradicionais, torcedores, usuários do PELC)	8
	- Gestores	7
	- Professores Universitários	2
	- Técnicos e funcionários públicos	2
	- Alunos de graduação	1
	- Alunos de pós-graduação	1
	- Representantes de comunidades	1
	- Dirigentes de grupos de dança	1
	- Coordenadores de Projetos	1
	- Escolares	1

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota-se que, nas pesquisas realizadas por meio de algum tipo de intervenção, houve maior número e diversificação de pessoas beneficiadas. Este dado aponta as duas vertentes analisadas neste momento, as pesquisas do Grupo 1 que foram desenvolvidas predominantemente para a comunidade acadêmica, segundo a visão dos coordenadores, podendo indicar muito mais impactos cientí-

ficos do que sociais, diferentemente do que ocorreu nas pesquisas do Grupo 2, as quais, além de envolver a comunidade acadêmica, geralmente citada como público envolvido na realização do projeto e no benefício relativo às bolsas, abrangeu principalmente participantes beneficiários dos projetos de diferentes idades e segmentos sociais, evidenciando, mais diretamente, os impactos sociais. Todavia, é importante ressaltar que, independentemente do tipo de realização da pesquisa, o essencial é permitir que todas as pessoas, não só as envolvidas, mas também, interessadas nesta perspectiva do esporte lazer da população em geral, sejam atingidas pela realização das mesmas. Além disso, há de se considerar que, mesmo que uma pesquisa seja do tipo documental ou sem intervenção, ela poderá servir, por exemplo, de embasamento para ações futuras dos próprios pesquisadores, de gestores ou do pessoal envolvido em prefeituras com ações futuras, a partir da leitura de tais materiais.

Quanto ao aspecto relativo ao *número de pessoas atingidas direta e indiretamente*, observou-se que havia dificuldades, na fala de alguns coordenadores, para identificar números exatos. Todavia, de modo geral, os coordenadores apresentavam respostas aproximadas, informando o número de pessoas envolvidas. Segundo as falas dos coordenadores responsáveis pelos projetos do Grupo 1) **Pesquisas documentais ou sem intervenção**, o coordenador que respondeu com um menor número, afirmou terem sido atingidas diretamente 8 pessoas e outro apontou 300 pessoas como o maior número, 4 respostas indicaram que os coordenadores não sabiam dizer ou não responderam este dado e 1 resposta afirmou que não houve pessoas beneficiadas diretamente.

Para o dado relativo ao número de pessoas beneficiadas indiretamente, foram observados, nas respostas dos coordenadores, desde o número de 200 pessoas, sendo este o menor número, indicado por um dos coordenadores, até 10.000 pessoas, como número máximo indicado por outro, dentre os quais, 6 deles não responderam ou não sabiam e 2 indicaram que não houve pessoas beneficiadas indiretamente.

Já nos projetos do Grupo 2) **Pesquisas de intervenção integral ou parcial**, foram citados pelos coordenadores desde um número mínimo de 12 pessoas favorecidas diretamente, até 1125 pessoas, citado como número máximo por outro coordenador, sendo evidenciado que apenas 3 coordenadores não souberam ou não responderam e 1 afirmou não haver pessoas beneficiadas diretamente pelo projeto.

Para os dados relacionados ao número de pessoas atingidas indiretamente, os coordenadores afirmaram desde o número de 11 pessoas até 250.000 pessoas, citado como maior número por um dos coordenadores; 12 coordenadores não souberam ou não responderam e apenas 1 afirmou não haver pessoas beneficiadas indiretamente.

Com relação a estes dados, nota-se que as pesquisas do Grupo 2 tiveram equivalência quase dobrada (22) em relação aos projetos inseridos no Grupo 1 (13) e, de modo geral, o número de pessoas atingidas diretamente foi maior (em números) para o Grupo 1, na visão dos coordenadores. Estes indicavam terem investido no alcance de pessoas por meio de ferramentas e estratégias diversificadas, tais como a utilização de plataformas didáticas e um guia prático de atividade física da visitação em centro culturais, acesso ao material disponibilizado por meio de diferentes estratégias e ferramentas, o que valorizaria o financiamento da realização destas pesquisas para sociedade, neste aspecto.

Há de se considerar ainda que, assim como propõe Tavares (2013) os benefícios propiciados pelos financiamentos Rede CEDES na realização de tais projetos permeiam, não apenas a questão financeira de viabilização das mesmas e do incentivo de pesquisas científicas nas áreas, mas também, devem ser considerados, principalmente, os subsídios advindos destas pesquisas financiadas, para a melhoria de Políticas Públicas relacionadas ao Esporte e ao Lazer no Brasil. Ao se tomar como base a ação desses coordenadores que investiram em propagar e atingir maior número de pessoas envolvidas, pode-se ratificar essa necessidade de novas formas de incentivo nas Políticas Públicas às pesquisas que efetivamente façam sentido na vida das pessoas. Isto pode ser feito por meio de novos incentivos aos coordenadores, ou mesmo, com base em premiações pessoais e novos apoios.

No aspecto das *parcerias*, envolvendo órgãos ou entidades no desenvolvimento dos projetos, observou-se que a maior parte das respostas dos coordenadores do Grupo 1 indicou a inexistência de parcerias. Já para os projetos do Grupo 2, apesar de ser recorrente em algumas falas esta inexistência, também houve coordenadores que indicaram algumas parcerias. Todos os dados referentes a este aspectos estão apresentados na tabela 3, a seguir:

Tabela 3. Parcerias estabelecidas no desenvolvimento dos projetos e número de incidências nos Grupos 1 e 2.

ÓRGÃOS/ENTIDADES ENVOLVIDAS NOS PROJETOS	1) PESQUISAS DOCUMENTAIS OU SEM INTERVENÇÃO	2) PESQUISAS DE INTERVENÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL
- Comunidades (Bairros, rurais, idosos, mulheres)	-	4
- Órgãos relacionados com esporte (secretarias, ministérios)	1	3
- Universidade	1	3
- Clubes esportivos	-	2
- Empresa de petróleo	-	1
- Prefeitura	-	1
- Grupos de estudos	1	1
- Escolas	-	1
- Federação Estadual de Futebol	-	1
- Polícia Militar	-	1
- Grupos de modalidades esportivas (dança, remo)	1	1
- Posto de Saúde	-	1
- Associação de Municípios	-	1
- Não houve parcerias	9	6

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Percebe-se que os coordenadores das pesquisas do Grupo 2 evidenciaram muito mais parcerias realizadas do que os do Grupo 1, mesmo considerando o número menor de pesquisas integrantes deste grupo. Isto pode ser justificado pelo fato de muitos entrevistados terem citado que as pesquisas eram desenvolvidas, geralmente, dentro da própria universidade, não necessitando maior apoio para a implementação. Todavia, é importante evidenciar a importância da realização destas parcerias para que ocorra a efetivação e funcionalidade das Políticas Públicas relacionadas ao Esporte e Lazer.

Segundo Schwartz (2008), o trabalho em parceria pode propiciar a aproximação de diferentes órgãos públicos e privados e, ainda, os não-organizacionais, incluindo, assim, não apenas a

comunidade científica, mas também, outros órgãos e atores sociais. Estas iniciativas conjuntas potencializam ou ampliam a “[...] quantidade e/ou a qualidade de produtos e serviços essenciais ao bem-estar da sociedade” (MESQUITA; MARTINS, 2008, p.738). Entende-se, assim, que é este um grande desafio que requer solidariedade, capacidade de ação conjunta, iniciativa e elaboração de estratégias e ações em comum das partes envolvidas visando à valorização das perspectivas individuais, para a solução dos problemas encontrados (BONALUME, 2011).

Quanto aos dados referentes aos outros aspectos citados pelos coordenadores, observou-se, sobretudo nesta categoria, que havia uma confusão e/ou dificuldade, tanto para a definição e conceituação de impactos sociais, como para citá-los. Alguns coordenadores, ao enumerarem algum impacto social, geralmente o traziam na forma de impacto científico. Todos os dados referentes às respostas dos coordenadores para este dado estão apresentados na tabela 4, a seguir:

Tabela 4. Aspectos citados como impactos sociais na visão de coordenadores e número de incidências em que ocorreram.

ASPECTOS CITADOS COMO IMPACTO SOCIAL	1) PESQUISAS DOCUMENTAIS OU SEM INTERVENÇÃO	2) PESQUISAS DE INTERVENÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL
1-Gestão e sistematização de informações, equipamentos e espaços de esporte lazer	10	20
2-Contribuições para o direito de acesso ao lazer para todos	-	12
3-Confusão ou dificuldades na compreensão de Impacto Social	9	11
4-Resgate e valorização histórica do Esporte, Lazer e Educação Física	5	3
5-Benefícios físicos, psicológicos e sociais para a saúde e qualidade de vida	4	10
6-Formação de pessoas	3	5
7-Não houve impactos sociais	2	2

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Por meio das falas dos coordenadores entrevistados observou-se que houve grande incidência para as respostas relacionadas à gestão de informações acerca do Esporte e Lazer, a importância da manutenção de espaços onde eles ocorrem e a conscientização dos responsáveis sobre estes aspectos. Este é um dado que também foi encontrado nas entrevistas realizadas com gestores no estudo de Santiago (2010), que versou sobre impactos desencadeados por projetos financiados pela Rede CEDES, em que também se ressalta sobre a gestão e sistematização de dados sobre Esporte e Lazer e a reflexões sobre a utilização dos equipamentos de lazer.

Este foi o aspecto mais citado por coordenadores de projetos dos Grupos 1 e 2 e também parece ser um dos motivos fundamentais para a realização de pesquisas relacionadas às Políticas Públicas de Esporte e Lazer. A gestão de informações sobre a temática é peça fundamental para o sucesso das Políticas Públicas, enfatizando a necessidade do conhecimento da realidade das pessoas que se beneficiarão para a adequação de programações delineadas e ações públicas que alcancem as metas e objetivos estipulados, o que requer, portanto, a aproximação entre beneficiador e beneficiado (BRAMANTE, 1996; ZABOT; SILVA, 2002).

Muitos coordenadores de projetos inseridos, tanto no Grupo 1, como no Grupo 2, ressaltaram a importância da conscientização da existência e da manutenção dos espaços de Esporte e Lazer. Esta importância provém de fatores diversos, dentro os quais poderia ser citada a questão dos direitos do cidadão brasileiro previsto na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que prevê o acesso ao lazer como um direito social. Segundo Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), isto tem desencadeado a ampliação e a usabilidade de espaços públicos que atendam aos anseios e as necessidades da população. A falta destas iniciativas gerariam, segundo Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010), disparidades sociais, privando grande parte da população destes direitos, os quais devem estar à disposição de todos. Esta ideia também foi observada com grande incidência na fala de 12 dos coordenadores entrevistados (apenas do Grupo 2), os quais evidenciaram a importância da acessibilidade ao lazer para todos, inclusive dos grupos menos visualizados ou favorecidos.

Outros aspectos citados incluíram, apesar de terem sido em menor incidência, a participação da comunidade na criação de leis e na elaboração de projeto pedagógico de um município. Este fator impacta diretamente a vida da sociedade, segundo os entrevistados que trataram sobre essa temática, pois havia a possibilidade de

uma garantia ainda maior da participação da comunidade nos seus próprios interesses na garantia do lazer.

Nesta direção, a manutenção destes espaços e equipamentos de lazer é de fundamental importância para que ocorra a garantia desses direitos. Para Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), estes locais passam constantemente por transformações, sendo assim, portanto, não basta apenas criá-los, sem que haja a garantia desta revitalização, adaptação e conservação do que já existe. Deste modo, ressalta-se para a importância das pesquisas financiadas pela Rede CEDES que realizaram avaliações destes espaços e que, principalmente, conseguiram atingir de alguma forma os responsáveis pelo financiamento e administração dos municípios envolvidos, servindo de parâmetro para ações presentes e futuras.

Outro aspecto citado pelos coordenadores como impacto social foi relativo aos benefícios relacionados à saúde e qualidade de vida dos participantes nesses projetos. Esses benefícios foram evidenciados, principalmente, quando se tomou como base algumas populações específicas, as quais, nem sempre recebem atenção.

Entre estas, podem ser citados os indígenas, deficientes físicos, grupos de práticas esportivas pouco divulgadas ou conhecidas, quando se trata da oferta de atividades físicas diversas dentro ou fora do contexto do lazer. Estes dados foram também ressaltados no estudo realizado por Santiago (2010), o qual enfatizou a necessidade de Políticas Públicas voltadas para esta direção, atingindo, assim, todas as populações, e não somente grupos que normalmente recebem atenção.

Pesquisas financiadas por Políticas Públicas, como aquelas ofertadas por meio de editais públicos ou propostas por instituições específicas, tais como extensão universitária e organizações não governamentais, têm demonstrado, justamente, a importância dos benefícios relacionados à prática de atividades diversificadas para o aprimoramento da qualidade de vida e saúde de tais populações. No estudo de Gomes (2012), o autor relata as experiências vivenciadas por um grupo de idosos econômica e socialmente desfavorecido, em práticas diversas de atividades físicas (danças e atividades de expressão corporal, alongamentos e musculação). O autor afirma que, após acompanhamento deste grupo, foram observadas melhorias significativas na saúde destes indivíduos, tanto nos aspectos sociais, permitindo a inserção dos mesmos em tais ambientes de prática, bem como, nos aspectos físicos e psíquicos, contribuindo diretamente para a qualidade de vida destes idosos.

Em um outro estudo realizado por Mattos (2014), a autora retifica a ideia da importância da prática de atividades diversificadas na vida de pessoas que são geralmente excluídas socialmente, por meio da participação de projetos sociais. A afirmativa proveniente deste estudo, refere-se às melhorias observadas por um grupo de pessoas com doença mental e dependência, integrantes de um projeto social, no qual tais indivíduos têm a oportunidade de vivenciar a dança e atividades artesanais. Os dados destacados por estes autores anteriormente apontados, retificam as falas dos coordenadores entrevistados no presente estudo, quando expressaram a importância da realização de projetos sociais na qualidade de vida das pessoas.

Poderia ser ressaltada, ainda, a evidência trazida pelos coordenadores, relacionada ao aspecto da formação de pessoas. Este aspecto extrapola as possibilidades da formação acadêmico-científica especificamente, mas gira também em torno da formação de gestores locais, professores de escolas, profissionais de Educação Física e líderes comunitários.

Pode-se perceber que a formação de pessoas é uma situação relevante, apontada pelos coordenadores como um modificador social. Este dado ratifica as observações feitas por Kawaguti (2010), quando esta autora, na época de seu estudo, evidenciou que uma parte das pesquisas financiadas pela Rede, entre os anos de 2003 a 2010, também relatavam a importância da formação de pessoas, envolvidas na gestão do Esporte e Lazer.

Complementando esta ideia sobre a valorização da formação de pessoas, Amaral, Ribeiro e Silva (2014), ao analisarem as temáticas desenvolvidas por grupos de pesquisa de Políticas Públicas de Esporte e Lazer vinculados ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, evidenciaram que uma das temáticas que ainda é pouco pesquisada por esses grupos é a formação de pessoas. Ainda que os coordenadores entrevistados no presente estudo tenham ressaltado a importância da formação como um aspecto do impacto social, Amaral, Ribeiro e Silva, indicaram a existência de uma demanda sobre este tema. Sendo assim, torna-se importante promover maiores investidas sobre essa temática, no âmbito dos estudos acadêmicos, no sentido de embasar as ações de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Além disso, uma formação adequada de pessoas envolvidas em diversos segmentos sociais é uma notável estratégia que pode subsidiar o alcance de mudanças sociais significativas na vida das

pessoas. Isto pode intensificar a implementação de novos valores e de lideranças, capazes de imprimir novos direcionamentos a determinados grupos sociais.

Outro aspecto importante citado pelos entrevistados se relacionou com a maior visualização da história do esporte e da Educação Física em diferentes contextos, trazendo discussões permeadas, não apenas por aspectos culturais, mas também, sociológicos. Estas iniciativas podem aprimorar, valorizar e consolidar ainda mais a área da História do Esporte e da Educação Física, contribuindo para a realização de novas pesquisas (MELO; FORTES, 2010).

Segundo Starepravo (2011), a Rede CEDES foi um grande contributo na área relativa ao Esporte e Lazer. O autor se pauta no argumento de que, desde o momento em que a Rede passou a dar oportunidades, por meio de financiamentos, as pesquisas históricas no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer se fizeram mais presentes.

Alguns entrevistados indicaram ainda que este material histórico pode atingir escolas e professores, os quais o utilizaram no contexto das aulas. Esta afirmativa é muito positiva, quando se pensa no número reduzido de vezes que são utilizadas estratégias diversificadas como esta durante o ensino nas aulas de Educação Física ou História, tais como, a utilização de registro de fotos, vídeos, livros ou documentários relacionados com a temática. Outro ponto ainda ressaltado, revelou sobre a possibilidade da chegada de tal conhecimento para a comunidade, por meio de centros históricos sobre Educação Física (em espaços físicos ou com base nestas ferramentas diversas). Nesta mesma perspectiva, Goellner (2003) ressalta, além da importância do resgate histórico, para a utilização de recursos que possam potencializar a compreensão do contexto ideológico e as informações de determinada época, tais como as imagens, texto e materiais didáticos diversos. Estes aspectos também foram citados por alguns dos entrevistados no presente estudo.

Uma amostra de 4 coordenadores afirmaram que não houve impactos sociais, mesmo aqueles em que houve algum tipo de intervenção. Este dado é bastante preocupante, pois, uma pesquisa que não possa comprovar seu impacto social, é de se supor que não devesse, sequer, ter sido financiada, uma vez que o próprio pesquisador não a considera como elemento que impacta positivamente a sociedade. Correia (2008) ressalta, justamente, a responsabilidade que os coordenadores de projetos financiados deveriam ter, em promover resultados sociais para a comunidade em que os

projetos forem desenvolvidos. Há de se considerar ainda, que é esta uma das finalidades propostas pela própria Rede CEDES em promover inovações científicas que visem ao desenvolvimento social (BRASIL, 2015).

A compreensão sobre o conceito de impacto social deve ser apontada como um aspecto relevante. O que ficou evidenciado com este tipo de resposta é, também, que o próprio coordenador tem uma visão distorcida sobre o conceito de impacto social, visto que 20 situações foram marcadas por tal confusão e/ou dificuldade, em que os coordenadores ora citavam como impactos sociais os produtos ou desdobramentos científicos, indicando a existência apenas deste tipo de impacto, ora afirmando claramente a dificuldade em expressá-lo. Certamente, este dado é preocupante e merece atenção, quando do relatório a ser preenchido, para que efetivamente se possa ter a noção sobre os reais impactos sociais gerados pelos estudos.

Para o eixo de análise **B) Impacto Científico**, observou-se que os entrevistados citaram a realização de publicações em periódicos, eventos e congressos, nacionais e internacionais, bem como, a participação em eventos diversos. Porém apenas era citado o item sobre isso e não o número total de publicações ou participações. Por isso, optou-se por apresentar apenas a incidência destes dados quando mencionado pelos coordenadores. Todos estes resultados estão apresentados na tabela 5, a seguir:

Tabela 5. Tipos de impacto científico na visão de coordenadores de projetos e respectivas incidências de ocorrência.

ASPECTOS CITADOS COMO IMPACTO CIENTÍFICO	NÚMERO DE INCIDÊNCIAS
1-Resultados em pesquisas publicadas na forma de trabalhos acadêmicos e incentivo à entrada de discentes na academia (graduação e pós-graduação e pós-doutorado)	35
2-Ineditismo de pesquisas acadêmicas e incentivo a novas pesquisas do respectivo tema	27
3-Realização e participação em eventos com apresentação de trabalhos relacionados à pesquisa	20
4-Artigos publicados em periódicos nacionais	18
5-Livros	18
6-Divulgação científica por meio de ferramentas diversas	12

continua

7- Publicações internacionais	4
8-Confusão ou dificuldades na compreensão do impacto científico	4

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Com relação ao aspecto relacionado aos resultados de pesquisas publicadas na forma de trabalhos acadêmicos, citado pelos entrevistados na forma de impacto científico, foram observados desdobramentos positivos, no que tange à comunidade acadêmica, evidenciando a importância dos financiamentos no incentivo e fomento de pesquisas em diversas áreas. Dados semelhantes foram encontrados no estudo realizado por Schwartz et al. (2010), no qual Santiago (2010), no intuito de identificar os impactos gerados pelo desenvolvimento de projetos, cita a formação de novos pesquisadores e também a impulsão de conhecimentos produzidos, principalmente no campo da educação, lazer e trabalho, provenientes dos financiamentos das ações do Ministério do Esporte.

Na mesma direção, na pesquisa realizada por Tavares (2013), foram citados diversos desdobramentos relacionados aos impactos científicos dos projetos financiados Rede CEDES. Dentre os aspectos citados no estudo da autora, constavam publicações que ocorreram entre os anos de 2006 a 2008, realizadas na forma de teses, dissertações e monografias, assim como foi observada a maior evidência expressa pelos coordenadores amostrais do presente estudo. As evidências trazidas por esta autora indicaram a menor ocorrência em relação aos demais desdobramentos que a mesma aponta, diferentemente dos obtidos pela visão dos coordenadores entrevistados nesta pesquisa. Todavia, deve-se considerar que a autora observou a presença deste tipo de publicação apenas nos últimos anos de todo o período analisado por ela (2003 a 2008). Partindo de tal pressuposto, propõe-se que estes números cresceram nos anos posteriores ao estudo da autora, até a presente data e foram mais evidenciados pelos coordenadores entrevistados nesta pesquisa, os quais também citaram a participação direta de alunos de iniciação científica e pós-graduação envolvidos diretamente nos projetos, por estarem realizando suas pesquisas como parte integrante dos projetos financiados.

Vale ressaltar ainda que, no que tange o aspecto relacionado ao ineditismo citado pelos coordenadores, observou-se que os mesmos reconheceram suas pesquisas como inovadoras, inéditas, ou que se tornaram referência para o desenvolvimento de pesqui-

sas futuras. Isto provoca ainda mais mérito aos benefícios desencadeados de tais financiamentos, seja nas pesquisas da área da saúde, quando dos projetos que resultaram em melhorias físicas nos laboratórios e nos equipamentos de lazer, seja naqueles relacionados a análises documentais ou históricas e de resgate a cultura. Este dado contribui e comprova o crescimento e destaque da faceta científica do campo de estudo da Educação Física, sobretudo, na temática relacionada às Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil, a qual vem sendo destacada com maior atenção nos últimos anos (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011).

Observou-se, também, que muitos coordenadores relataram como impacto científico a participação e a divulgação da pesquisa em eventos nacionais e internacionais, com menor incidência. Este é um dado também importante, uma vez que a participação ou organização de eventos contribui na veiculação de informações com toda a comunidade acadêmica, e de forma eficiente. Ademais, na própria criação da Rede CEDES, uma de suas propostas prevê a divulgação de pesquisas por meio da participação em eventos, além da produção técnico-científica (artigos, ferramentas didáticas e livros), relacionada com Políticas Públicas de lazer e esporte recreativo (BRASIL, 2015). Os dados do presente estudo demonstram essa perspectiva de participação e difusão das pesquisas realizadas.

Neste mesmo aspecto, os dados deste estudo corroboram em parte os resultados advindos da pesquisa de Tavares (2013), quando apresenta desdobramentos científicos desencadeados pelo financiamento de pesquisas da Rede CEDES entre os anos de 2003 e 2008. No estudo da referida autora, são apresentados dados referentes à organização de 53 eventos, porém não há referência sobre a participação em eventos diversos, assim como observado nesta presente pesquisa.

Todavia, em outro estudo da mesma autora, publicado anteriormente, em 2010, pode-se notar que os resultados com relação aos projetos financiados pela Rede incluem como desdobramentos a participação com divulgação de resumos e trabalhos em eventos científicos. Este parece ser um dado recorrente nos estudos financiados pela Rede, haja vista que este financiamento propicia maior liberdade e oportunidade de participação dos pesquisadores, assim como notou-se também no presente estudo.

Tavares e Schwartz (2013), em um estudo em que as autoras trazem dados referentes às publicações desencadeadas de financiamentos de projetos pela Rede CEDES, são apontados com

maior evidência, o número de resumos produzidos, ultrapassando àquelas publicações na forma de livro ou artigos, assim como também foi apontado pelos coordenadores entrevistados na presente pesquisa. Estas autoras sugerem que a veiculação das pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer com eventos de temáticas relacionadas podem potencializar a disseminação da área bem como, se configurar num espaço de discussões quanto as problemáticas e a elaboração de planos futuros.

Com relação à publicação de artigos em periódicos nacionais, citada com maior incidência pelos entrevistados e nos internacionais com menor incidência, aspecto que também fazia parte da previsão relacionada aos propósitos da Rede CEDES, observa-se que o número destas publicações é ainda pequeno e foi citado por pouco mais da metade dos coordenadores dos projetos (20). Todavia, há de se considerar que se trata especificamente deste grupo de pesquisas financiadas em apenas um dos editais, o que não pode ser um fato que generalize o quadro. Além disso, alguns dos pesquisadores que afirmaram não terem produzido artigos como desdobramento do projeto, haviam submetido, atualmente, artigos para a análise, bem como, houve outros sendo preparados para submissão em periódicos científicos.

No estudo realizado por Amaral, Ribeiro e Silva (2014), em que os autores fazem uma análise das temáticas publicadas em artigos de periódicos qualificados, verifica-se que a produção por meio de artigos tem crescido nos últimos anos, porém são focalizadas apenas algumas vertentes, tais como as Políticas Públicas relacionadas aos megaeventos que estão por vir e aquelas que visam assegurar o direito ao lazer, enquanto outras são pouco exploradas e discutidas. Neste mesmo sentido, Amaral e Pereira (2009), após a análise de artigos de 3 diferentes periódicos e dos anais de um congresso de Ciências do Esporte, entre os anos de 1997 e 2007, observaram que ainda há uma escassez de publicações que tratem da arena política, ou seja, que traga reflexões políticas e aprofundadas relacionadas à temática de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Entretanto, considerando o pequeno espaço de tempo em que a área se tornou mais evidente na faceta acadêmica e científica no Brasil, vale ressaltar que as iniciativas proporcionadas pela Rede, por meio do financiamento a projetos relacionados a Políticas Públicas, podem servir para qualificar as pesquisas acerca das temáticas que ainda são muito carentes no país, assim como afirmam Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2014). Este dado também se fez notar nos resultados do presente estudo.

Sobre os livros publicados, nota-se que, apesar de existir a possibilidade da utilização de parte da verba financiada pela Rede à pesquisa na publicação de livros com a divulgação dos resultados gerados, apenas 18 coordenadores citaram este tipo de desdobramento científico e alguns justificaram que, por falta de tempo, não conseguiram utilizar a verba para a publicação deste material. No estudo de Tavares e Schwartz (2013) e Tavares (2013) este dado também foi evidenciado como produto resultante das pesquisas financiadas pela Rede, porém com menor incidência do que outros produtos e desdobramentos citados.

Assim como estas autoras apresentaram, na pesquisa realizada por Starepravo (2011) no intuito de identificar os pesquisadores que se dedicam às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, utilizaram como objeto de análise as publicações feitas na forma de livro, além dos artigos, o que evidencia a importância deste tipo de publicação. É importante ressaltar que, assim como outros tipos de publicação, quando há o financiamento da Rede, todo o material produzido pode ser distribuído gratuitamente em diferentes espaços. Esta é uma das importantes estratégias para se atingir o objetivo de democratizar o acesso à informação, assim como, fomentar discussões sobre a gestão pública nacional relacionada ao Esporte e Lazer (NAZÁRIO, 2010), além de ser uma ação concreta do Ministério do Esporte na produção científica da temática, por meio dos balanços e diretrizes da funcionalidade das pesquisas financiadas e publicadas nestes aparatos disseminadores (STAREPRAVO, 2011).

Houve, ainda, a citação da divulgação da pesquisa por meio de ferramentas diversas, como o uso da rede Internet, no ambiente virtual. Este recurso do ambiente virtual pode auxiliar no sentido de atingir um número maior de pessoas, principalmente aquelas que possuem o acesso *online*. Um dos coordenadores citou o número de mais de 10 mil acessos em uma plataforma criada pelo grupo que desenvolveu a pesquisa. Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Tavares (2013), que evidenciou, na análise de projetos financiados pela Rede, desdobramentos científicos produzidos na forma de produção de vídeos e produtos como *homepages/sites* e modelos metodológicos.

Poucos foram os coordenadores que responderam questões relacionadas aos impactos sociais dentro do impacto científico. Talvez, isto tenha como justificativa o fato de que pareceu ser mais claro, para os coordenadores, conseguir definir concretamente a

expressão relativa ao impacto científico, do que ao social. Este aspecto merece atenção, quando se explicitarem as bases dos relatórios a serem preenchidos pelos pesquisadores financiados.

Após a realização das entrevistas e a análise dos dados constantes nas falas dos coordenadores, observou-se que, de maneira geral, havia dificuldades para expressarem os impactos sociais desencadeados pelos projetos, principalmente ao se focalizarem os coordenadores do Grupo **1) Pesquisas documentais ou sem intervenção**, o que sugere a incompreensão de que as pesquisas apreendidas por este tipo de metodologia, gerariam menor ou nenhum tipo de impacto social direto ou que cause mudança visível aos olhos da população. Todavia, ressalta-se para a notória observação por grande parte dos coordenadores quanto ao reconhecimento da importância da gestão das informações referentes às possibilidades, espaços e equipamentos de lazer, por exemplo, que apesar de também ter sido proveniente de coordenadores de pesquisas do tipo documental ou sem intervenção, foram evidenciados como significantes impactos sociais, sugerindo a existência do reconhecimento destas modificações sociais, porém alguma dificuldade na definição do conceito/termo.

Apesar de tais dificuldades, observou-se que as entrevistas puderam contribuir para se realizar a tarefa de demonstrar estes aspectos em diferentes momentos, tanto quando tratavam sobre regionalidade, como quando afirmavam sobre os benefícios financeiros às pessoas integrantes da equipe do projeto, as quais receberam bolsas, ou com relação ao público alvo beneficiado direta e indiretamente, além de outras observações sugeridas após a investigação do entrevistador.

Quanto aos impactos científicos, retifica-se o reconhecimento de tais coordenadores para a investida na gestão de informações acerca do lazer e do esporte visando à consolidação da área que é ainda nova, quando se considera o tempo que vem recebendo maior atenção na academia brasileira. Ressalta-se a diversificação de materiais produzidos e exemplificados pelos coordenadores, o que contribui para uma divulgação científica mais abrangente destes produtos.

Pode-se constatar, ainda, a importância dada à formação de novos pesquisadores e o incentivo à entrada na comunidade acadêmica, seja por meio de pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses ou pesquisas de pós-doutorado, que podem colaborar com a continuidade e apro-

fundamento das pesquisas na área. As evidências apresentadas nesta faceta pelos coordenadores contribuem para a visualização das dificuldades e avanços percebidos diante da realização de pesquisas financiadas, possibilitando sugestões a serem utilizadas pela Rede CEDES, para novas tomadas de decisão e reconfigurações.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/21758042.2014v26n42p27>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/631>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. A. R. Augusto. 1. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOLLEN, J.; SOMPEL, H. V. S.; HAGBERG, A.; CHUTE, R. A principal component analysis of 39 scientific impact measures. **Plos One**, San Francisco, v.4, n.6, p.1-11, jun. 2009. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0006022>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, mar. 2011. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N01_ar1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

BONILLA, B., E. L. Impacto, impacto social y evaluación del impacto. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 15, n. 3, p. 1-9, mar. 2007. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352007000300008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BRAMANTE, A. C. (Org.). **Políticas Públicas setoriais de lazer**. Campinas: autores Associados, 1996.

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Rede CEDES. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CAMPOS, M. Conceitos atuais em bibliometria. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, São Paulo, v.66, p.1-22, 2003.

CORREIA, M., M. Projetos sociais em educação física, Esporte e Lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 114-127, jan/jun, 2008. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/20-projetos_sociais_em_ef_esporte_e_lazer14.pdf>. Acesso em 21 jun 2015.

CORTÊS-NETO, E. D. et al. Elaboração de indicadores de sucesso em programas de saúde pública com foco sócio-esportivo. **Revista Salud pública**, Bogotá, v. 12, n. 2, p. 208-219, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v12n2/v12n2a04.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, S. V. Informação e documentação em esporte, Educação Física e lazer: o papel pedagógico do centro de memória do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 199-207, set. 2003. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/185>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

GOMES, L. R. R. Projeto Esporte Cidadão: vivências positivas por meio de atividades físicas para idosos em situação de risco econômico e social. **ComUni Revista Interdisciplinar de Extensão Universitária**, Porto Alegre, n. 5, p.114-125, 2012. Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/comuni/article/view/559>>. Acesso em: 09 ago 2015.

GOMES, C. L.; PINHEIRO, M. F.; LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HOFFMAN, C., P.; LUTZ, C.; MECKEL, M. Impact Factor 2.0 : Applying Social Network Analysis to Scientific Impact Assessment. In: Proceedings of the 47th Hawaii International Conference on System Sciences, 47., 2014. Washington. Proceedings...Washington: IEEE Computer Society, 2014. P. 1576-1585. Disponível em: <<http://www.nsf.gov/social/policies.jsp>>. Acesso em: 09 jul 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: sinopse do censo e resultados preliminares do universo, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2015.

KAWAGUTI, C. N. Análise dos projetos financiados pela Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G. M, SANTIAGO, D. R. P. KAWAGUTI, C. N. TAVARES, G. H. FIGUEIREDO, J. P. NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer**: Balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, Cap. 2, p. 49 – 68.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F.S.; MARIANO, S.H. As Cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. **Impulso**, Piracicaba, n. 44, p. 55-66, 2006. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp44art04.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MATTOS, M. B. P. Projeto Casa Amarela: uma experiência de educação inclusiva e trabalho social. **Saber & Educar**, Porto, v. 19, p. 86-95, 2014. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/86/pdf_11>. Acesso em: 10 ago 2015.

MELO, V. A.; FORTES, R.; História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1180/724>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MESQUITA, A. M.; MARTINS, R. S. Desafios logísticos às redes de negócios no Brasil: o que podem as parcerias público-privadas (PPPs)? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4. p. 735-763, jul/ago. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6653/5237>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

NAZÁRIO, M. E. S. Contextualização histórica da Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G. M; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer**: balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p. Cap. 1, 33-47.

SANTIAGO, D. R. P. Impacto dos projetos sob o olhar dos pesquisadores. In: SCHWARTZ, G. M, SANTIAGO, D. R. P. KAWAGUTI, C. N. TAVARES, G. H. FIGUEIREDO, J. P. NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer**: Balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, Cap. 4, p. 93 – 101.

SCHWARTZ, G. M. Grupos de pesquisa em gestão do lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 20. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Divisão de Esporte e Lazer – Serviço Social da Indústria – SESI São Paulo, 2008. p 1-2.

SCHWARTZ, G. M, SANTIAGO, D. R. P. KAWAGUTI, C. N. TAVARES, G. H. FIGUEIREDO, J. P. NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer:** Balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil:** Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 422. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/26132/POLITICAS%20PUBLICAS%20DE%20ESPORTE%20E%20LAZER%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

STAREPRAVO, F. A., SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico- Metodológica de Análise, **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233 251, jul/set de 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

STAREPRAVO, F. A., SOUZA J, MARCHI JUNIOR, W. E assim criou-se a rede: aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação e desenvolvimento da Rede CEDES, **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 33-58, jan/mar, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/29837>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramento das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G. M; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer:** balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p. Cap. 3, 69-91.

TAVARES, G. H. **Gestão da informação e do conhecimento na Rede CEDES (2003 - 2010).** 2013. 163f. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104676/tavares_gh_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jun. 2015.

TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G. M. Gestão da informação e do conhecimento em Políticas Públicas: ações realizadas pela rede CEDES/ME, **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 207-226, out/dez, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/38861>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ZABOT, J. B. M.; SILVA L. C. M. **Gestão do Conhecimento:** aprendizagem e tecnologia - construindo a inteligência coletiva. São Paulo: Atlas, 2002.

Capítulo 6

MOTIVOS E DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS FINANCIADOS PELA REDE CEDES: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES

Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan
Viviane Kawano Dias

A produção e a difusão de informações e conhecimentos, assim como as trocas de experiências entre pesquisadores, gestores e agentes de Esporte e Lazer e, ainda, ações integradas entre diferentes setores da sociedade e o meio acadêmico, se tornam iniciativas capazes de incentivar a participação em atividades fundamentadas nos direitos sociais ao esporte e ao lazer. Dessa forma, também podem contribuir para a formulação de ações e Políticas Públicas, que expressem e atendam aos interesses e às necessidades da sociedade.

No entanto, para que isso seja possível, é de suma importância a abertura de editais para desenvolvimento e financiamento de projetos de pesquisas, por parte do poder público e privado. Esta iniciativa permite estimular a participação de pesquisadores na produção de novos conhecimentos.

Ao elaborar um projeto de pesquisa, algumas questões acabam norteando a sua criação e seu desenvolvimento, representando fatores motivacionais importantes a serem explorados e analisados, pois, tais dados, podem ser fundamentais, para melhor entendimento e compreensão de uma proposta de estudo, para uma execução bem sucedida e, ainda, para futuras ações. Do mesmo modo, conhecer as dificuldades encontradas no desenvolvimento desses projetos poderia garantir maior sucesso em outras iniciativas pareadas, ou na mesma área.

Dentro das Políticas Públicas, à guisa de exemplo, conhecer previamente os motivos que impelem um pesquisador à consecução de um projeto, bem como as principais dificuldades que

eles encontram para o desenvolvimentos desses projetos, poderia colaborar para a criação de ações adequadas e que atendam, de forma consistente e efetiva, à população. Esta pode ser uma forma de contribuir para o desenvolvimento do esporte e do lazer, com base nas realidades sociais, interesses e expectativas dos públicos envolvidos.

Com as pesquisas financiadas pela Rede CEDES não é diferente. Desta maneira, esse estudo busca identificar, na percepção dos coordenadores desses projetos, as principais motivações para o desenvolvimento desses estudos, bem como, as maiores dificuldades encontradas para implementação e execução das ações propostas.

Frente ao conhecimento acerca das Políticas Públicas, no que concerne à elaboração e execução de projetos, entende-se que, conhecer o que motivou os coordenadores para desenvolverem seus projetos se torna, então, essencial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, adaptação e de intervenção, as quais permitam fazer frente às maiores dificuldades que possam surgir, para aprimoramento de projetos futuros. Além disto, ao se conhecerem os motivos que deflagraram o interesse nas pesquisas e suas principais dificuldades, podem-se subsidiar adequadamente as próprias Políticas Públicas voltadas para o Esporte e para o Lazer.

De acordo com Pintrich e Schunk (2002) o termo motivação é derivado do verbo em latim *movere*, portanto, a origem desta palavra está associada à ideia de movimento e, desta maneira, é possível relacioná-la ao fato de uma pessoa fazer algo, manter-se na execução e receber estímulo para completar a tarefa. Por esse motivo, os autores definem a motivação como um processo e não um produto, dessa forma, não pode ser observado diretamente, mas pode ser inferido, a partir de alguns comportamentos, possibilitando a iniciação e a sustentação de uma ação.

Para Banasol (2014), a motivação se torna um fator determinante na obtenção de alguns resultados, podendo influenciar nas relações entre pesquisados, gestores e sociedade. Santos (2009), em seu estudo, se propôs a discutir a importância da motivação no processo de pesquisa. A autora afirma ser este um elemento fundamental para que o pesquisador desenvolva e conclua seu projeto de pesquisa, não apenas conforme as exigências metodológicas adequadas, mas, como uma tarefa prazerosa e compensadora. Ainda segundo a autora, não importa a área de atuação do pesquisador, em todos os ambientes de pesquisa é possível afirmar que o

fator motivação pode auxiliar muito no processo de realização do trabalho acadêmico.

No entanto, a mensuração da motivação humana ainda instiga os pesquisadores da temática e representa um problema para os estudos que se dispõem a analisar sua intensidade, especialmente no que tange aos aspectos relativos à dinâmica do comportamento, pois, devem ser consideradas as diferenças individuais e culturais, assim como, as experiências de cada indivíduo e interesses momentâneos. Assim, uma das possibilidades de se avaliar a motivação humana, seria estudando os motivos de realização.

Os motivos, juntamente com as expectativas existentes, são variáveis moderadoras entre a percepção dos contextos e das ações. Lima (2004) justifica que a função dos motivos é explicar os comportamentos observados na perseguição de um objetivo. Ambos esclarecem a razão ou a necessidade que as pessoas têm de fazer algo ou de agir de determinada maneira.

Sendo assim, este estudo se baseia, justamente, nos motivos dos coordenadores para a realização dos projetos da Rede CEDES, por entender que os motivos presentes para a elaboração podem influenciar no comportamento dos envolvidos, na implementação e desenvolvimento dos projetos, e, até mesmo, motivando-os a atingirem os objetivos propostos. Nesta perspectiva, Imaginário et al. (2014) ressaltam, a respeito da motivação intrínseca, que esta representa um fator interno que dá início, dirige e integra o comportamento de uma pessoa, ou seja, ativa a conduta, orientando o sentido para se poder alcançar um determinado objetivo.

Além de compreender os motivos que levaram os pesquisadores a desenvolverem seus projetos, outro foco, aqui abordado, se refere às dificuldades encontradas na implementação e execução dos mesmos. Isso se justifica pelo fato de que existem diferentes tarefas envolvidas para esse desenvolvimento, as quais podem se tornar entraves para a qualidade e viabilidade das propostas.

Antes de iniciar a análise e discussão pertinente à proposta deste capítulo, vale ressaltar que, apesar de terem sido tomados em consideração 37 projetos contemplados pelo edital de 2009, para este estudo, contou-se com a participação de 35 coordenadores de projetos financiados pela Rede CEDES, os quais realizaram a entrevista proposta. Foi utilizado como instrumento para a coleta de dados uma entrevista semiestruturada, a qual captava dados de identificação dos projetos, além de conter dez questões abertas, pré-determinadas, utilizadas para nortear a entrevista.

Este estudo analisou duas questões da entrevista referentes às questões acerca dos motivos e das dificuldades, a saber: Qual foi a principal motivação para o desenvolvimento desse projeto? Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) para a implementação e execução do projeto? Em relação à primeira questão, obteve-se a resposta dos 35 entrevistados, já para a segunda, 32 coordenadores responderam, sendo que 03 não responderam a esta questão.

Para melhor entendimento e compreensão do estudo, as respostas obtidas por meio da aplicação da entrevista foram transcritas, a fim de, posteriormente, auxiliarem na análise e interpretação dos dados. Utilizou-se para esta análise a Técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Esta técnica prevê a utilização de categorias de análise dentro de eixos temáticos, as quais, de acordo com a autora são práticas antigas e bastante utilizadas, consistindo no desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos, realizados por meio da investigação dos temas ou análise temática, aplicada a discursos diretos e simples. Para Richardson (2008) esta técnica salienta os aspectos mais relevantes do contexto das respostas e os que mais diretamente respaldam o objetivo proposto no estudo.

Seguindo esse propósito, foram criados dois eixos temáticos para agruparem as respostas dos entrevistados em relação às duas questões requeridas para este capítulo. Vale lembrar que, caso cada um dos coordenadores apontassem mais de um aspecto como motivo de realização ou relatassem um número maior de dificuldades, todos foram levados em consideração. Esses eixos também receberam categorias de análise, para facilitar a exposição dos resultados e da discussão. Assim, os resultados foram agrupados nos seguintes eixos temáticos, seguidos de suas respectivas categorias:

1º Eixo Temático - **Principais Motivos:** visou evidenciar os motivos que levaram esses coordenadores à realização dos projetos. **Categorias de análise:** A) Aspectos sobre produção do conhecimento, B) Aspectos pessoais e C) Aspectos históricos.

2º Eixo Temático - **Principais Dificuldades:** visou identificar os entraves encontrados para a implementação e execução do projeto. **Categorias de análise:** A) Dificuldades burocrático-administrativas para execução dos projetos e B) Dificuldades na gestão das pesquisas.

1º Eixo Temático - principais motivos

Ao se analisar a percepção dos coordenadores dos projetos financiados pela Rede CEDES, em relação ao **1º eixo temático – principais motivos**, pode-se observar diferentes cenários e realidades sociais existentes. No entanto, foi possível localizar alguns pontos em comum, os quais representam motivos para a realização, oriundos das vivências e experiências ao longo da carreira profissional, interesses pessoal e de grupo, ou mesmo, lacunas ainda existentes, em diferentes áreas do conhecimento, agrupados em categorias apresentadas e discutidas a seguir.

Para a categoria A) **Aspectos sobre a produção do conhecimento** deste eixo temático, foram evidenciados os motivos direto e indireto, relacionados ou que envolviam a produção do conhecimento. Considerou-se motivo direto, aqueles argumentos que continham, efetivamente, nas falas dos coordenadores, a produção do conhecimento ou interesse por ela. Por motivo indireto, foram ressaltados aqueles que não expressavam explicitamente a produção do conhecimento, porém, tangenciavam-na com aspectos ligados a ela. De modo geral, os aspectos apresentados nesta categoria levavam o pesquisador ao enriquecimento das suas áreas de pesquisa e eram de grande visibilidade para as regiões envolvidas nos estudos, pois focalizavam temas e problemáticas ainda incipientes naquelas esferas.

Desta forma, nesta categoria, foram elencados 41 apontamentos justificados como motivos de realização, nas respostas dos coordenadores dos projetos. A maior parte era associada a motivos diretos, referente a 21 projetos, dos quais 10 tinham interesse na produção do conhecimento sobre o acompanhamento, desenvolvimento, implementação, qualificação e análise das Políticas Públicas para o esporte e para o lazer, de algumas regiões, Estados, cidades, do país e da América Latina, 06 interesse nas análises, mapeamento e apropriação dos espaços, equipamentos e demandas de esporte e de lazer de algumas cidades ou lugares do país e 05 mencionaram a contribuição para a produção do conhecimento envolvendo temáticas mais específicas como as festas populares no âmbito da Educação Física, os jogos tradicionais de determinadas regiões do país, o futebol em um Estado específico, focalizando-se o perfil do torcedor, a formação na área do lazer na América Latina e sobre os militantes culturais do Esporte e Lazer.

Considerando os motivos relatados, pode-se estabelecer uma relação recíproca entre o interesse e a necessidade do conhecimento sobre aspectos gerais das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, nas falas dos coordenadores. O que moveu o desenvolvimento dos projetos pelos coordenadores foi o desejo interno de buscar conhecimento. Entretanto, esse desejo pode ter sido impulsionado, não apenas pela vontade de conhecer novas situações, mas inclusive, pelo interesse em buscar soluções para minimizar uma necessidade social aparente.

A maioria dos coordenadores manifestou exatamente o interesse em estudar algo que pudesse contribuir com a elaboração, aperfeiçoamento e inovação das políticas, uma vez que os mesmos observavam essa necessidade e tomavam para si essa responsabilidade, colocando-se como atores neste processo de construção. Estes posicionamentos adotados pelos coordenadores exemplificam claramente esta relação de reciprocidade anteriormente citada e vão ao encontro dos objetivos da Rede CEDES.

Já há algum tempo, as Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, vêm alcançando legitimação e despertando interesse do campo científico da pesquisa, nas áreas de Educação Física, Esporte e Lazer, contribuindo para a qualificação e socialização do saber e para a ampliação de intervenções na realidade social. Este interesse foi também notado, entre os motivos de realização dos projetos financiados pela Rede CEDES, na percepção dos coordenadores, preocupados com a produção e disseminação do conhecimento acerca desta temática.

Esta ligação pode ser ainda ratificada e compreendida ao se observarem os interesses de pesquisa, apresentados pelos pesquisadores, pactuados às necessidades humanas. Lima (2004) ressalta que a teoria das necessidades, proposta por Maslow (1970), se insere no grupo das diversas teorias motivacionais, dentre as teorias de abordagem humanista, explicando o comportamento humano por meio das respostas às necessidades. Durante algumas décadas, esta teoria foi considerada bastante relevante e contribuiu com inúmeros estudos na área. Entre as necessidades destacadas nesta teoria encontram-se as de autoatualização, de conhecimento e de compreensão, as quais levam o indivíduo a ter motivos para realizar suas ações. Estes tipos de necessidades são percebidos na rotina dos indivíduos que optaram por seguir carreira na área acadêmica, tornando-se pesquisadores, como no caso dos coordenadores indagados.

Nesse sentido, vale lembrar, conforme evidenciou Santos (2009), que o processo de pesquisa é realizado por um sujeito provido de emoções, sentimentos expressos em suas condutas, sendo seu comportamento motivado por fatores externos e internos. Contudo, quando o pesquisador se dedica a um trabalho que o agrada e que o motiva, este muda de postura, porque está realizando algo que necessita e busca conhecer. Já quando realiza uma tarefa que não deseja verdadeiramente, esse indivíduo não consegue mobilizar o melhor de sua capacidade e de seu potencial em prol do objetivo.

Com base neste pressuposto, o desejo de conhecimento, somado à conscientização sobre as necessidades, podem ter deflagrado o interesse dos pesquisadores em contribuir para aprimorar a gestão do esporte e do lazer no país e analisar temas relevantes para determinadas culturas. O desejo de aprimoramento de conhecimento também foi expresso com base nas lacunas existentes na realidade que os cercavam, no contexto que estavam inseridos, ou nos cenários em que viviam, como falta de sistematização, registro, catalogação ou monitoramento de dados sobre aspectos que envolvem as Políticas Públicas de Esporte e de Lazer.

Nos dois casos, observou-se a necessidade da produção do conhecimento, a fim de contribuir para a questão da gestão e dispersão das informações acerca das possibilidades de vivências no âmbito do Esporte e do Lazer. Estudos com este enfoque devem merecer maior atenção, no sentido de incentivar as práticas dos contextos do esporte e do lazer, de forma consciente, tendo em vista os inúmeros benefícios que esses fenômenos proporcionam para a qualidade de vida das pessoas, além da importância de se valorizarem as opções que são oferecidas nestes locais investigados.

Diante do exposto, pode-se dizer também, que a motivação, para estes coordenadores, parecia ter como premissa o prazer e o sentido, tanto em transmitir o conhecimento produzido, quanto em aprender, possibilitando uma efetiva construção do conhecimento (MORAES, 2006). Mais do que necessitar de conhecimento e entendimento do mundo que os cerca, percebe-se, dentre os motivos dos pesquisadores, uma atenção e esforço, para que sua produção tenha utilidade e proveito para a sociedade, na perspectiva de contribuir para que ocorram mudanças axiológicas em suas práticas.

Dos 41 apontamentos para esta categoria, também foram elencados pelos coordenadores, 20 motivos indiretos em relação à

produção do conhecimento (motivos que não expressavam explicitamente a produção do conhecimento, porém, tangenciavam-na com aspectos ligados a ela). Destes, 05 coordenadores indicaram que um dos motivos de realização dos projetos era para consolidar as pesquisas dos grupos de pesquisa dos quais representavam, 07 para contribuir para a formação de pesquisadores e gestores na área das Políticas Públicas voltadas para o Esporte e para o Lazer, seguindo esta perspectiva, 01 relatou que era uma proposta de pesquisa para o mestrado e 01 outro para o doutorado.

Os estudos envolvendo as Políticas Públicas de Esporte e de Lazer estão sempre ressaltando a escassez de pesquisas na área de gestão, apontando lacunas e necessidade de aproximação e maior diálogo com as teorias e experiências no setor, bem como, a precisão de qualificar gestores nesta área. Nesta perspectiva, é de suma importância a formação adequada de pesquisadores e gestores nesta área de conhecimento, motivação exposta nas entrevistas. Para Dias et al. (2015, p. 145), por exemplo, a “[...] gestão eficiente no esporte, pode auxiliar a estabelecer um estreitamento de relações entre comunidade, poder público e outros segmentos da sociedade e inclusive, representa um fator potencial para o aprimoramento da qualidade de vida.”.

Mudando a direção, mas ainda sobre o mesmo aspecto, 03 observaram a oportunidade de receber financiamento para as ações que englobam as pesquisas e 01 apontou como motivo principal o financiamento de materiais para os estudos da área de interesse do grupo de pesquisa. Embora estes motivos relacionados com a possibilidade de financiamento de estudos não tenham sido recorrentes nas respostas dos coordenadores, vale ressaltar a importância da Rede neste quesito, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas e ações, as quais sem esse apoio, não seriam possíveis de serem realizadas, ou não atingiriam um padrão de qualidade, assim como a compra de materiais e equipamentos para realização de pesquisas, viabilizando estudos mais apropriados e aprimorados na área.

Conquanto os pesquisadores tenham ressaltado os benefícios dos subsídios da Rede CEDES, Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) evidenciam a necessidade de realização de novas pesquisas sobre o financiamento público destinado às Políticas Públicas de Esporte e de Lazer. Os autores justificam esse posicionamento em função de que, com base nos resultados do estudo, no qual realizaram não se pode ter uma clara noção acerca da distribuição

do financiamento, impedindo a identificação de um padrão desse financiamento e o real controle dos gastos públicos.

Desta maneira, este fator do financiamento merece um olhar mais aguçado, frente às prerrogativas das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, e parece já estar despertando atenção, também, dos acadêmicos. Magalhães, Almeida e Silva (2015, p. 76) relatam que o “[...] processo de elaboração da política nacional de esporte gerou um intenso debate acerca da estruturação administrativa e financeira do referido setor, possibilitando assim, que tal temática toma-se [sic] assento à mesa de discussão acadêmica.”.

Certamente, os estudos da área, no futuro, ainda precisarão refletir muito sobre algumas questões relevantes a serem esclarecidas e compreendidas, com o intuito de se buscar mudanças e alterações em relação às problemáticas observadas, referentes ao aspecto financeiro, em torno das Políticas Públicas do Esporte e do Lazer no país. Nota-se, ainda, a necessidade de que o Governo Federal apresente iniciativas, como no caso da Rede CEDES, uma conquista para a área, buscando subsidiar novas ações em Políticas Públicas do Esporte e do Lazer e aperfeiçoar a destinação de recursos públicos, a qual ainda é maior para o esporte de alto rendimento, conforme evidenciam Almeida e Marchi Júnior (2010) e Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015).

Almeida e Marchi Júnior (2010) investigaram a questão referente à quantidade de recursos financeiros recebidos pelos programas de Esporte e Lazer, sob a forma de gastos diretos do Governo Federal e através de repasses aos Estados e Municípios entre 2004 e 2008. Os dados foram coletados na Controladoria-Geral da União e identificaram que o somatório investido pelo Governo Federal priorizou o esporte de alto rendimento.

Nesse mesmo sentido, Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015, p. 02) realizaram um estudo no qual propuseram uma análise introdutória, sobre o gasto público, referente às Políticas de Esporte e de Lazer no Governo Lula, no período de 2003 a 2010. Os autores apontaram que “[...] algumas particularidades indicam a razoabilidade do pressuposto sobre a priorização do esporte de alto rendimento dentro da alocação dos recursos públicos destinados ao financiamento da Política Nacional de Esporte e Lazer (PNEL) do Governo Lula.”.

Esta prioridade de investimento no esporte de alto rendimento, portanto, parece não estar em consonância com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Esse documento prescreve que,

no fomento de práticas esportivas formais e não formais pelo Estado, deve ser observado que a destinação de recursos públicos deve ser prioritária para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento.

Por fim, também de modo indireto, referente aos aspectos sobre a produção do conhecimento, foi descrito como motivo de realização o fato de o projeto analisado ser um desdobramento de estudos desenvolvidos anteriormente (01). Para outro coordenador, o motivo é decorrente da necessidade de responder aos desafios da universidade em relação à produção (01).

No tocante à produção, a preocupação em atender aos anseios da Universidade está presente na vida dos professores universitários do país, especialmente de instituições públicas estaduais e federais. Nos dias atuais, esses profissionais se veem pressionados a escrever um volume intenso de artigos por ano, para atingir às exigências da carreira acadêmica, receber financiamento para pesquisas e obter reconhecimento. Assim, atingindo tais metas, podem receber como retorno uma alta pontuação dentro do *ranking* acadêmico da Universidade e, inclusive, receber prêmio por mérito em produtividade.

De acordo com Bzuneck (2009), nas últimas décadas, têm se destacado pesquisas sobre as metas de realização e, entre estas, a meta aprender e a meta *performance*, relacionadas a estudos sobre o envolvimento do aluno nas atividades acadêmicas, às recompensas externas e à motivação intrínseca. No entanto, pesquisas que procurem analisar a relação entre a motivação e o cumprimento de metas dos pesquisadores em suas Universidades e grupos de pesquisas, ainda são pouco exploradas no âmbito nacional e precisam ser incentivadas, para que se possam entender melhor e efetivamente as nuances que envolvem esta carreira profissional.

Por outro lado, este fator relacionado ao desafio do cumprimento das metas, também pode representar um fator motivacional relevante para a realização de suas ações como pesquisador, podendo interferir, de modo positivo, por exemplo, na execução e desenvolvimento de novos projetos. Nicolau (2007) salienta que algumas pessoas podem se entusiasmar com desafios a superar, tornando-se altamente perceptiva e eficiente para lidar com situações inesperadas, para encontrar soluções e realizar tarefas com mais disposição, pois está movida por uma alegria e uma vontade interior, particularmente gratificantes.

No que tange à categoria B) **Aspectos pessoais**, considerou-se o interesse pessoal do coordenador para a realização da pesquisa, quer seja por gosto, ou por afinidade com a temática abordada no projeto. Desta maneira, esta categoria apresentou 09 incidências nas respostas dos entrevistados e apontou motivos pessoais diferenciados. Na fala de 06 coordenadores foram narrados os seguintes interesses: 01 sobre um programa de lazer físico-esportivo (atividade circense), como proposta de intervenção para prevenção do sobrepeso e obesidade infantil, devido à afinidade com a problemática envolvida; 03 apresentaram afinidade com temáticas pouco exploradas em âmbito acadêmico, como determinadas festas, manifestações populares, como a capoeira, esporte entre populações indígenas no Brasil, envolvimento de mulheres negras e empobrecidas no contexto do lazer e 02 tinham afinidade com temas pontuais da realidade deste país, no momento do edital, investigando valores olímpicos e agendamentos da Copa do Mundo no Brasil.

Ainda sobre este aspecto, entre os 03 depoimentos restantes, 01 contou sobre o interesse em implantar um Núcleo da Rede CEDES no curso de Educação Física, voltado para pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, 01 se referiu ao fato de querer conhecer a cidade na qual o projeto foi desenvolvido, uma vez que havia se mudado para lá recentemente e, por isso, propôs fazer um levantamento sobre quais equipamentos de lazer culturais a cidade oferecia, já que apresenta gosto por essas vivências e 01, devido à paixão pelo esporte.

Esses apontamentos podem representar fatores preponderantes para o bom desenvolvimento e sucesso de um projeto. Santos (2009) aborda que o pesquisador precisa ser um apaixonado pelo seu objeto de pesquisa, para que consiga se mobilizar e produzir o que deseja. Desta forma, esta mobilização passa a ser, justamente, compreendida como sendo o motivo para a realização. A autora ainda ressalta que um indivíduo motivado consegue trabalhar melhor em prol do objetivo que se propôs a alcançar. Sendo assim, pode-se perceber nos resultados deste presente estudo, que a afinidade e o gosto, efetivamente representaram motivos para alguns dos coordenadores, indo ao encontro do exposto pela autora no que tange à paixão do pesquisador.

O interesse ou afinidade em relação à temática pesquisada podem também auxiliar para com o aumento da motivação para realizar a pesquisa e conseguir conhecer o que se queria a respeito

daquele tema que instigava de início. Esta afinidade temática, ou mesmo, a preocupação com grupos minoritários e que recebem pouca atenção parecem representar um fator precursor para a escolha do tema. Outro aspecto elencado foi a afinidade do pesquisador com uma temática com a qual este demonstra domínio, contribuindo para a construção de uma fundamentação teórica com qualidade. Siqueira e Wechsler (2009) descobriram relações significativas entre os fatores de motivação com aspectos como envolvimento, persistência, valorização e o sentimento de competência nas atividades, associado a várias dimensões dos estilos de pensar e criar. Conforme o pensamento dessas autoras, ficam claras as justificativas apresentadas pelos pesquisadores, para o desenvolvimento de estudos sobre as temáticas escolhidas.

Para a terceira e última categoria deste eixo temático, C) **Aspectos históricos**, o estudo agregou os motivos de realização associados ao caráter histórico, constante nas pesquisas, as quais tinham o intuito de resgatar a memória da Educação Física e do Esporte no Brasil. Assim, este aspecto foi identificado nas respostas de 07 coordenadores, dos quais 01 se empenhou em recuperar a história de uma Escola de Educação Física e 06 versaram sobre permitir o conhecimento e contribuir para o resgate e memória da história do Esporte e da Educação Física, por meio da catalogação, organização e análise de documentos, acontecimentos e dados disponíveis que estavam se perdendo, em diferentes regiões, estados e cidades do país.

Entre os motivos de realização dos projetos contemplados neste aspecto, a maior preocupação de todos os coordenadores era referente a não deixar os depoimentos e documentos valiosos da área da história se perderem. Inclusive, foi relatado por eles que, no país, ou mesmo no meio acadêmico, não existe uma tradição de valorizar esse tipo de material, disponibilizado em todas as instituições, repartições públicas e privadas. Todos esses contributos poderiam incitar novas pesquisas e, ainda, recuperar a memória do que já foi feito em relação à constituição das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, além de possibilitar a compreensão e análise sobre essa trajetória, desta forma, intervindo de modo significativo no que se tem hoje.

Diante do exposto, é notória a importância das pesquisas relacionadas com os aspectos históricos, no sentido de não permitir, que a história do Esporte e do Lazer do país, além das demandas específicas, se percam. Possibilitar o conhecimento da

evolução das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer representa um fator que pode contribuir para a qualificação da política atual e de outros aspectos que possam vir a ampliar e aprimorar essa área de conhecimento.

De acordo com Rodrigues (2011) a informação tem grande importância na contemporaneidade, pois por meio dela os diferentes setores da sociedade se organizam e definem suas estratégias de ação e, nesse sentido, sua preservação e facilidade em relação ao acesso, se tornaram fundamentais para instituições, órgãos governamentais e empresas e, inclusive, para os cidadãos de modo geral. A velocidade das transformações e as incertezas quanto aos rumos que as informações determinam, provocaram um interesse crescente em conhecer e preservar os valores do passado. Assim, o que se observa, hoje, é um grande interesse pela história, o que gerou uma efervescência de iniciativas voltadas para a preservação da memória em diversos níveis, sobretudo nas áreas do Esporte e do Lazer.

A preocupação em resgatar a memória do Esporte e do Lazer foi pontual nas respostas dos coordenadores com projetos referentes a esse aspecto. No entanto, ressalta-se a necessidade de disseminação de estudos com esse caráter, visando atender todas as regiões, com áreas mais diversificadas. Ainda, é importante incentivar o desenvolvimento de pesquisas em diferentes cidades do país, favorecendo a valorização, aprimoramento e a produção do conhecimento quanto a este aspecto.

2º Eixo Temático - principais dificuldades

Este eixo temático é composto pelas respostas obtidas para a questão referente às dificuldades encontradas para a implementação e execução dos projetos, as quais se mostraram bem diversificadas. Para melhor elucidar os apontamentos feitos por esses coordenadores, este eixo está composto por categorias que destacam os principais problemas encontrados para esse desenvolvimento. Assim, foram elaboradas duas categorias: **A) dificuldades burocrático-administrativas** e **B) dificuldades encontradas na gestão das pesquisas**, para essa análise e discussão, por se mostrarem conteúdos significativos e recorrentes nas respostas dos coordenadores, dos projetos apoiados pela Rede CEDES, por meio do edital de 2009.

Em relação à categoria **A) dificuldades burocrático-administrativas**, entre os coordenadores, 27 evidenciaram as questões alusivas aos trâmites existentes, sendo que, destes, 12 se referiram ao trato com as Universidades e 15 com a própria Rede CEDES. Assim, em ordem de relevância, pode-se destacar que, de acordo com muitos coordenadores, essas questões foram geradoras dos maiores entraves.

Além dessas, ainda foram descritas, por 20 coordenadores, dificuldades que estiveram em torno da gestão da pesquisa propriamente dita, tendo sido destacadas diferentes particularidades, no que tange à administração e articulação de temáticas específicas dos respectivos projetos. Estas dificuldades são, portanto, apresentadas e analisadas na categoria **B) dificuldades encontradas na gestão das pesquisas**.

Apenas 01 dos coordenadores afirmou não ter encontrado dificuldade. Esse coordenador reforçou ter uma percepção bem positiva em relação à Rede, nessa avaliação.

Vindo ao encontro das respostas dos coordenadores, no estudo de Mendes et al. (2006), envolvendo a atuação de professores universitários, as dificuldades estiveram atreladas às instituições e às burocracias. Contudo, os autores enfatizam a falta de recursos e a lentidão no processo burocrático, entre outras obrigações impostas no processo de trabalho, como principais manifestações de desprazer e incômodos na percepção dos participantes do estudo.

Essa categoria entendeu por questões burocrático-administrativas o modo utilizado para organizar, regulamentar e articular o pensar e o agir das atividades envolvidas na execução de um projeto. De acordo com Fernandes e Campos (2015) o termo administração está associado, entre outros, à burocracia, à centralização e a formas de trabalho.

Conforme Kernberg (2000), as burocracias são uma forma de viabilizar princípios comuns na execução de tarefas e, portanto, apresentam-se como um meio capaz de promover a impessoalidade nos relacionamentos e nas ações. Para esse estudo, as burocracias existentes, além de causarem grandes dificuldades no repasse dos recursos e, por consequência, atrasos importantes na produção dos dados, resultaram na devolução de parte dos valores recebidos, na descontinuidade e, até, em interrupções no desenvolvimento de algumas pesquisas.

De igual modo, para Fernandes e Campos (2015), entraves de ordem burocrático-administrativas, podem criar obstáculos à rea-

lização de um projeto. Isto significa que o coordenador deve estar a par e ciente de todas as questões administrativas, no sentido de tentar minimizar as possíveis barreiras às suas escolhas.

No que se refere às questões burocrático-administrativas, pode-se destacar que estas estiveram em torno do trato com as Universidades envolvidas e com a própria Rede CEDES. Nesse contexto, 03 coordenadores salientaram as dificuldades decorrentes da transferência de recursos a partir de convênios, visto que, dessa forma, o financiamento da Rede CEDES vai diretamente para a Universidade. Para 01 deles, o entrave recai sobre a falta de homogeneidade no processo.

Este fato do recurso chegar via Universidade, para 02 coordenadores, se constitui na descentralização do recurso. A esse respeito, Silva, Borges e Amaral (2015) relatam que, ainda que esse tenha sido um mecanismo proposto pelo governo, com o intuito de otimizar a relação custo-benefício dos recursos utilizados, essa estratégia acarreta um desengajamento de algumas responsabilidades do governo.

Entretanto, diferentemente desses autores, pode-se também, compreender sob outra ótica. O repasse do compromisso diretamente do governo para as Universidades, caracterizando essa descentralização, talvez não tenha sido, necessariamente, o que ocasionou problemas, mas sim, a forma ineficiente e possivelmente burocrática que as Instituições adotaram para o repasse das verbas para o desenvolvimento dos projetos.

Segundo Silva, Borges e Amaral (2015), a Rede CEDES tem o propósito de articular a continuidade na produção e difusão de conhecimentos e a qualificação de projetos, programas e Políticas Públicas com as Universidades. Apesar disso, 02 coordenadores relataram que este órgão não viabiliza a continuidade dos projetos e um deles salienta que não é dado, aos gestores, nenhum tipo de justificativa para essa descontinuidade no financiamento dos projetos.

De igual modo, a descontinuidade é um fator que ocorre em função de mudanças de poder ou devido a ações isoladas do governo, o que, para Pinto et al. (2011), juntamente com políticas mal elaboradas e não implementadas adequadamente, se tornam limitantes à gestão do lazer. Isso indica a necessidade de reavaliar determinadas ações na gestão das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer.

Apesar do crescimento expressivo do orçamento para os programas do Ministério do Esporte, no período de 2004 a 2013, justificado pela agenda política, que visa atender ao desafio da realização de megaeventos esportivos, conforme apresentado em Silva, Borges e Amaral (2015), o valor financiado foi outro fator apontado como pequeno para a implementação, na percepção de 04 coordenadores dos projetos.

Os respectivos coordenadores ressaltaram que tais pesquisas acarretavam altos custos e, ainda, concluir o projeto com a publicação do livro foi um fator limitante. Esses 04 coordenadores, fizeram referência ao curto tempo para essa finalização. Para eles, a execução de pesquisas tão relevantes financiadas num curto prazo e, ao final, se ter o compromisso de publicação de um livro, se torna difícil.

Esse fator referente ao tempo foi recorrente nas respostas, especialmente no que diz respeito às burocracias encontradas e aos trâmites existentes nas Universidades para liberação e repasse de recursos. O atendimento a algumas dessas exigências atrasaram a aquisição de materiais necessários ao desenvolvimento da pesquisa, visto que muitos recursos foram repassados via Universidade.

Essas dificuldades em relação à liberação e empenho dos recursos foram destacadas na execução de 11 projetos. Destes, 05 apontaram para a lentidão do repasse de recursos via Universidade e 04 para a solicitação e licitação de materiais como limitantes para o funcionamento das pesquisas. Essas burocracias também geraram grandes dificuldades na efetivação de uma pesquisa em conjunto entre 03 Universidades, na visão de 01 dos coordenadores.

Para este pesquisador mencionado anteriormente, parcerias entre instituições diferentes, são sempre muito importantes e enriquecedoras para a produção do conhecimento. Entretanto, muitos entraves aconteceram em função dos trâmites burocráticos para o compartilhamento tanto de recursos, como de materiais diversos, os quais eram imprescindíveis para dar prosseguimento aos projetos. À guisa desse exemplo, esse mesmo coordenador citou a dificuldade de distribuição dos computadores adquiridos via recurso para o projeto. A solução encontrada foi a doação dos equipamentos para as outras duas Universidades envolvidas, porém isso foi um processo problemático e muito lento.

Outros fatores relativos ao fato de os coordenadores não serem informados sobre prazos para utilização dos valores disponí-

veis, o desmantelamento dos serviços públicos na efetivação do projeto, além de terem que seguir o convênio, o que significa não ter a transferência direta dos recursos para a pesquisa, conforme mencionado anteriormente, foram dificuldades incidentes nessas respostas. Em 01 projeto, o coordenador evidenciou que, após terem sido resolvidas diversas questões burocráticas, mesmo após tudo acertado e pronto para começar, o Ministério do Esporte não tinha a disponibilidade do valor, o que acarretou no atraso em mais de um ano para o início da pesquisa.

Cabe à Universidade, adotar uma forma de agir que vá além da preocupação com a adequada formação e qualificação de profissionais. De acordo com Pinto et al. (2011), essas instituições devem valorizar e viabilizar ações voltadas para beneficiar relações com a sociedade e, nesse contexto, o Esporte e o Lazer são de grande valor. Para tanto, é preciso repensar sobre a repercussão desses entraves.

Obter apoio de outros órgãos foi apontado por 04 coordenadores, para 01 deles, as dificuldades geradas a partir desses trâmites são também decorrentes de fatores políticos. Ao invés dos procedimentos necessários serem tratados como artifícios para aperfeiçoar e apoiar o funcionamento dos projetos, se tornam dependentes de políticas de governo que trazem, como consequência, um trabalho individualizado, não existindo um diálogo em relação ao grupo, fato que agrega pouco, ao sentido de Rede.

Souza, Mezzadri e Cavichioli (2006) afirmam que, apesar da gama de projetos que compõem a Rede ser uma maneira, de potencializar o trabalho em grupo, essa mesma diversidade de pesquisas, aliadas aos entraves encontrados e ao próprio andamento dos projetos, tornam-se elementos dificultantes para as ações em conjunto. Devido ao envolvimento com a estruturação e direção das próprias propostas, os pesquisadores não encontram tempo para desenvolver conexões com outros projetos e efetivamente colaborar ou compartilhar tais experiências.

Nesse sentido, Motta (2013) traz suas contribuições, quando pontua que, no Brasil, o planejamento, ao invés de ser visto como um processo, é constantemente, entendido como um produto, ou uma forma de controle da economia e da sociedade. Ainda para este autor, a eficiência das práticas administrativas depende da sua interação com um sistema político mais ligado às expectativas da sociedade, mais congruente com valores e menos para fins preferenciais ou tecnocráticos. A importância de se trabalhar em rede também é avalizada por Pinto et al. (2011), no intuito de acompa-

nhar mudanças em todos os setores e concretizar uma gestão de Esporte e de Lazer que atenda as demandas sociais.

Por consequência das dificuldades de compra e reposição de materiais necessários ao desenvolvimento da pesquisa, ocorreram atrasos também na produção de dados de 01 pesquisa e outro na elaboração dos relatórios. Inclusive foi apontada a devolução de dinheiro por 04 projetos. Além dos atrasos decorrentes dos processos burocráticos, outras dificuldades foram percebidas, desde o planejamento e implementação, até a finalização dos projetos. Estes aspectos podem também estar associados às questões de gestão, discutidas na próxima categoria.

Fernandes e Campos (2015) enfatizam o sistema educacional e as unidades escolares, destacando que o termo gestão está associado à organização do trabalho coletivo. As autoras evidenciam, ainda, que gestão pode ser compreendida como um mecanismo e ferramenta para diferentes intervenções, como novas formas de planejar, investir e tomar decisões. Desta forma, os indicadores das dificuldades referentes à implementação e execução dos projetos, compuseram outra categoria de análise, a qual foi referente à categoria B) **dificuldades na gestão das pesquisas**.

Já na fase de planejamento, 02 coordenadores apontaram para a dificuldade de cálculo no custo do projeto. O contato inicial com as pessoas para o desenvolvimento das pesquisas, desde a localização e agendamento para entrevistas previstas em alguns dos projetos, até a disponibilidade de horários para a participação foram elencados nas respostas de 08 coordenadores. Em relação às dificuldades encontradas na mobilização do público alvo para participação nos projetos, 02 coordenadores citaram pessoas que faleceram ou adoeceram no período de aplicação da pesquisa.

Na execução e implementação de 11 projetos, 03 coordenadores mencionaram a demora em iniciar a pesquisa, outros 02, atrasos nas bolsas dos colaboradores e na capacitação de bolsistas, bem como para 02 coordenadores, na obtenção de anuências e contatos. Outros 02 descreveram a adesão como a maior dificuldade encontrada. Além disso, esses 02 coordenadores afirmaram ter havido desistências, pessoas que começaram e depois pararam, sendo que, no caso de 01 deles, houve até uma interrupção no projeto, em decorrência desses entraves.

No que se refere aos pesquisadores, 01 coordenador mencionou a dificuldade de ter tido 02 bolsistas que abandonaram o projeto no meio do processo. Ainda, o deslocamento e o transporte

dos pesquisadores foram destacados nas dificuldades de execução de 02 projetos. Esses fatores também implicam no acesso aos locais escolhidos para as pesquisas, conforme apontado por 04 coordenadores. Dificuldades em relação ao trabalho em grupo, entre o grupo de bolsistas, colaboradores e pesquisadores envolvidos no projeto foram apontadas por 01 coordenador. Isso se referiu ao compromisso com reuniões marcadas, horários e disponibilidade em conjunto.

As condições de acesso aos locais destinados ao desenvolvimento dos projetos foram destacadas como preocupações de 02 coordenadores, visto que envolviam questões de segurança dos seus pesquisadores. Em um dos projetos, de acordo com seu coordenador, existia certa “*desconfiança*”, por parte do público alvo, em relação às pessoas que eram de fora daquele ambiente e, no outro projeto, traficantes interrompiam o acesso.

Alguns ambientes, conforme descrito por 01 desses coordenadores, existem problemas de conflitos e, como decorrência, profissionais de Educação Física com medo de ir até à comunidade, não participavam dos projetos e os líderes comunitários eram os responsáveis por oferecerem algumas práticas esportivas. Esses fatores, além de trazerem implicações nas condições de acesso aos locais, significam um elemento de preocupação para aqueles que assumem as responsabilidades decorrentes do desenvolvimento dos projetos, até mesmo em relação à segurança e bem estar dos colaboradores envolvidos.

De acordo com Pinto et al. (2011), a falta de segurança decorre também da desorganização dos grupos sociais para a reivindicação e participação em decisões políticas que garantam o direito ao lazer com qualidade. Inclusive, para 01 coordenador, além da comunidade não ter a percepção sobre a importância do lazer, existe um desconhecimento do direito ao lazer e ao esporte, ambos ainda vistos como eventos e muitas vezes, não vislumbrados por todos os seus prismas, significados e possibilidades.

Ainda, de acordo com esse entrevistado mencionado anteriormente, existe um desconhecimento do direito ao lazer e por essa razão, salienta a necessidade de difusão desse direito, por meio de Políticas Públicas que promovam o acesso e a produção desse conhecimento. De igual modo, Pinto et al. (2011) pontuam a desinformação e a falta de esclarecimentos sobre as leis existentes, as quais garantem esse direito social ao lazer, como fator limitante de acesso e reconhecimento da importância dessa participação.

Para esses autores, essas questões ainda não são vistas como direitos prioritários, não sendo, portanto, exigidos pela sociedade como um dever do poder público, apesar de previstos em Constituição. Além disso, ressaltam o pouco entendimento, ou uma ideia equivocada do que é o lazer, ou mesmo muitos, desconhecem sua importância e os benefícios que essas vivências podem desencadear.

Conseguir informações para a busca de dados foi outro fator relevante. A obtenção de informações por meio do acesso a materiais, documentos, bem como, a dificuldade de entrada em determinados locais e espaços foram salientados nas respostas de 07 coordenadores. Entretanto, foi enfatizado por 02 coordenadores que os dados encontram-se fragmentados.

A falta de sistematização das informações, a falta de registros, assim como, o estado de má conservação dos dados, foram percebidas por 08 coordenadores, sendo que, para 04, existe uma pulverização e falta de organização dos dados por parte de setores como prefeituras e outros órgãos. No que se refere à preservação e cuidado com os materiais, 03 coordenadores salientaram documentos rasgados, amassados, empoeirados e guardados em locais não adequados.

Outros aspectos foram destacados como dificuldades referentes ao modo de mapear espaços e estabelecer condições de uso de equipamentos. Segundo Oliosi (2014) e Schwartz (2015) existe a necessidade de se redefinir Políticas Públicas que viabilizem a facilidade de acesso aos espaços criados para a vivência proativa no contexto do lazer. Isso implica no planejamento e democratização para essa utilização, visto que os equipamentos de lazer representam componentes dinâmicos com uma importante função social (OLIOSI, 2014).

Para Schwartz (2015), muitos entraves são passíveis de serem vencidos, no sentido de subsidiar ações relativas à disseminação e à criação de novos espaços, o que inclui, além da adequação das Políticas Públicas, a revitalização do lazer como campo de estudo. Assim, as dificuldades destacadas no desenvolvimento desses projetos podem apontar para a necessidade de se redefinir áreas de interesse que podem consolidar e legitimar a produção de novos conhecimentos no âmbito do Lazer.

Conseguir articular as diferentes temáticas de acordo com as realidades encontradas e com determinada área de pesquisa foi um entrave mencionado por um dos coordenadores. Nesse senti-

do, Schwartz (2015) apregoa que tem se tornado crescente o número de pesquisadores que tendem a explorar e melhor entender a multiplicidade de discursos e as maneiras de se compreender os valores expressos nos contextos das pesquisas e de que forma essas podem modificar as dinâmicas culturais e sociais envolvidas. Ainda segundo a autora, essa compreensão é essencial, podendo representar uma forma de trazer informações relevantes e enriquecer reflexões sobre o lazer no contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne aos motivos de realização dos projetos de pesquisa financiados pela Rede CEDES, na percepção dos coordenadores, esses estão ligados, sobretudo, aos aspectos da produção do conhecimento, aspectos pessoais e aspectos históricos. De modo geral, independente do aspecto, o fator motivacional é inerente ao interesse do pesquisador ou do grupo de pesquisa.

Pode-se dizer que os motivos de realização são elementos fundamentais para que o pesquisador desenvolva e conclua seu projeto de pesquisa, auxiliando no processo de realização e, até mesmo, intervindo para que esta tarefa seja executada com precisão e, ainda, de forma prazerosa e compensadora. Desta maneira, novos estudos na área poderiam evidenciar melhor esta temática, pois, ao se traçarem as congruências entre a motivação e a realização de pesquisas científicas, os estudos ainda são escassos, sobretudo em âmbito nacional e diversas inquietações se fazem presentes, merecendo um olhar mais aguçado, no sentido de se penetrar no universo em questão e promover uma discussão, ampliando as reflexões levantadas neste estudo. Torna-se relevante, inclusive, procurar estratégias mais eficientes para conscientizar os pesquisadores sobre a importância de levarem em consideração um motivo efetivamente significativo de realização para as pesquisas, tanto pessoal, quanto socialmente, por se entender que, desta maneira, as pesquisas poderiam garantir maior qualidade e impactos na sociedade.

No que tange às principais dificuldades encontradas, o fato é que esses coordenadores se veem cerceados por questões referentes a assuntos de natureza burocrático-administrativos, os quais, muitas vezes se tornam obstáculos capazes de repercutir, até mesmo, na implementação e execução dos projetos, ou seja, no gerenciamento necessário para esse desenvolvimento. Sendo assim,

muitas de suas escolhas e decisões estiveram limitadas, em função dos trâmites estabelecidos nos setores administrativos e organizacionais das Universidades a que pertencem, ou dos órgãos que estavam envolvidos em seus projetos.

Vale destacar que as burocracias são criadas também com o intuito de organizar e sistematizar as informações, o acesso, a disponibilidade de informações. Contudo, o grande entrave parece estar no excesso de burocracias, no descumprimento de prazos, na existência de normas que não se adéquam às realidades socio-culturais e políticos das quais fazem parte o mote das pesquisas e na falta de apoio. Sendo assim, esses fatores apontados precisam ser reavaliados, redimensionados, por meio de Políticas Públicas e gerenciamento, adequados.

O cargo de coordenador exige, entre outros, além da habilidade para organizar suas tarefas, resolver problemas, a competência para lidar com questões administrativas e financeiras da instituição, bem como, a compreensão do contexto em que a instituição está inserida. Entretanto, para eficiência na organização das tarefas e desenvolvimento dos seus projetos se torna premente o cuidado para que não seja absorvido pelas atividades burocráticas.

As responsabilidades de um coordenador compreendem, ainda, o gerenciamento de diferentes etapas, que vão além da elaboração do projeto e previsão de custos e cronogramas. Assim, deve lidar com situações que demandam grande esforço, tempo e apoio. Daí a importância das instituições assumirem seu papel social, viabilizando condições para a realização das pesquisas de forma agradável, tentando minimizar alguns entraves relativos à liberação e empenho dos recursos, lentidão do repasse via Universidade, de disponibilizar agilidade e facilidade nas vias de acesso para o deslocamento e transporte dos pesquisadores, bolsistas e colaboradores, com as condições de acesso aos locais, bem como, primar pela segurança das pessoas envolvidas. Além disso, deve zelar pela qualidade dos materiais, equipamentos e outros documentos, que se mostram como essenciais para a utilização na difusão dos conhecimentos adquiridos.

Esses apontamentos, também devem ser dirigidos aos responsáveis pela criação e implementação de Políticas Públicas que visem estimular a efetivação e participação em atividades que conduzam ao conhecimento e ao exercício do direito ao lazer, o que está previsto na Constituição Federal, para elaboração de estratégias para a solução dos entraves indicados. Ainda, é preciso repen-

sar e melhor discutir a respeito do valor financiado, tempo para execução, incluindo o estímulo para a continuidade dos projetos, além de se debruçar maior atenção às orientações disponibilizadas nos Editais e regulamentos de órgãos de fomento à pesquisa, no sentido de democratizar o acesso a informações relevantes, capazes de nortear todo o arcabouço da pesquisa e impactar toda a sociedade.

Diante do exposto, tanto os motivos de realização, quanto as dificuldades apontadas na implementação e execução dos projetos da Rede CEDES, na percepção dos coordenadores, demonstraram-se relevantes, inclusive gerando novas orientações, para que futuros pesquisadores possam elaborar projetos com mais cuidados e, conseqüentemente, influenciar, de maneira positiva, o ambiente acadêmico. Tornam-se prementes novas reflexões quanto às possíveis adaptações que se fazem necessárias nas ações da Rede CEDES, especialmente, com base na visão daqueles que estiveram diretamente relacionados ao desenvolvimento desses projetos financiados, no sentido de redirecionar os Editais com o intuito de fazer com que estes privilegiem temáticas que sejam motivadoras, contemplando áreas que não foram privilegiadas, promovendo ajustes e inovações nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer vigentes, com base nos interesses e lacunas existentes e, ainda, auxiliar na gestão administrativa pública em prol da democratização dessa participação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas Federais de Esporte e Lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, out./dez. 2010.

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de Esporte e Lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

BANASOL, M. J. C. **O papel moderador da motivação na relação entre a percepção de suporte organizacional e o compromisso afetivo numa amostra de trabalhadores temporários**. 2014. 31f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15361/1/ulfpie046673_

tm.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Secretaria Especial de Informática, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em: 17 jul. 2015.

BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E. ; BZUNECK, J. A. (Org.). **A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

DIAS, V. K. et al. Formação em gestão do esporte no Brasil: cursos de especialização, 2015. In:

CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE GERENCIA DEPORTIVA, 4., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ALGEDE, 2015. p. 145. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-13fOC4MllgMk1LSDBDSDVQaDQ/view?pli=1>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

FERNANDES, F. S.; CAMPOS, M. M. Gestão da educação infantil: um balanço de literatura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 139-167, jan./mar, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000100139&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jul. 2015.

IMAGINÁRIO, S. et al. Motivação para a aprendizagem escolar: adaptação de um instrumento de avaliação para o contexto português. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 28, n. 28, p. 91-105, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4925/3270>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

KERNBERG, O. F. **Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações**. Trad. Alceu Filimann. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LIMA, L. M. S. Motivação em sala de aula: a mola propulsora da aprendizagem. In: SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. C.; FINI, L. D. T. (Org.). **Leituras de psicologia para formação de professores**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.148-160.

MAGALHÃES, T. S.; ALMEIDA, T. S.; SILVA, T. D. As Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Município de Jagaquara/BA frente às Prerrogativas da Política Nacional de Esporte. In: CONGRESO DE

LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE GERENCIA DEPORTIVA, 4., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ALGEDE, 2015. p. 76. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-13fOC4Mllg-Mk1LSDBDSDVQaDQ/view?pli=1>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

MASLOW, A. **Motivation and Personality**. New York: Harper & Row, 1970.

MENDES, L. et al. A Dialética Prazer/Desprazer no Trabalho: vivências de significado e sofrimento no trabalho de professor universitário, 2006. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2006/EOR/2006_EORB400.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2015.

MORAES, D. M. Motivação: motivo da ação! **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. esp., p. 79-83, jun. 2006. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1984/1816>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MOTTA, P. R. M. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 82-90, fev. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003475902013000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2015.

NICOLAU, M. **Razão e criatividade-tópicos para uma pedagogia neurocientífica**. João Pessoa: Ideia, 2007.

OLIOSI, L. P. **A utilização das praias como espaços de Esporte e Lazer: tensões entre o público e o privado**. 2014. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1312/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Lorena%20Pereira%20Olios.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

PINTO, L. M. S. M. et al. Desafios para a gestão de Políticas Públicas de lazer no Brasil. In ISAYAMA, H. F. et al. (Org.). **Gestão das políticas de Esporte e Lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 27-49.

PINTRICH, P. R.; SCHUNK, D. H. **Motivation in education: theory, research and applications**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rer. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, M. A. A. Centro de Memória e Informação do Esporte: uma política de preservação da memória do esporte mineiro.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 25-37, set. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p25>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SANTOS, M. D. S. Motivação na pesquisa acadêmica: uma opção metodológica. **Dialógica**, Manaus, v. 1, n. 6, não paginado, 2009. Disponível em: <<http://cefort.ufam.edu.br/dialogica/files/no6/Vol06-04-Motivacao%20pesquisa%20academica.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SCHWARTZ, G. M. Pesquisas sobre lazer: visibilidade e perspectivas. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 183-199.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das Políticas Públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v29n1/1807-5509-rbefe-29-01-00065.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SIQUEIRA, L. G. G.; WECHSLER, S. M. Motivação para a aprendizagem escolar e estilos criativos. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.10, n. esp., p.124-146, out. 2009. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/2058/1863>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

SOUZA, D. L.; MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLO, F. R. O núcleo da Rede CEDES na Universidade Federal do Paraná. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLO, F. R.; SOUZA, D. L. (Org.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de Políticas Públicas**. Jundiá: Fontoura, 2006. p. 17-28.

Capítulo 7

REDE CEDES: DE AÇÃO PROGRAMÁTICA À POLÍTICA PÚBLICA

Ivana de Campos Ribeiro
José Pedro Scarpel Pacheco
Gisele Maria Schwartz

Os capítulos anteriores deste livro foram dedicados à avaliação dos projetos apoiados pela Rede CEDES em seus mais diversos aspectos, dentro dos impactos social e científico, favorecendo alusões à produção científica, às metodologias utilizadas, às comunidades e às principais regiões beneficiadas para o desenvolvimento das pesquisas, entre diversos outros elementos que permearam as duas formas de impactos. Esse olhar permitiu perceber que existiram diversos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento desses projetos.

Entretanto, notou-se, também, que alguns outros importantes desdobramentos científicos e sociais deixaram de ser apontados, ou, sequer, foram inseridos nos relatórios. Esses impactos vão além daqueles que advêm da análise imediata e objetiva, mas que podem orientar novas reflexões e apontar para perspectivas futuras. Um desses impactos diz respeito especificamente às possibilidades de elevar uma *ação programática* como a Rede CEDES a ocupar espaços mais efetivos no campo das *Políticas Públicas*.

Ação programática pode ser definida como um programa que propõe a elaboração de uma atividade/ação específica, para atender às necessidades da população de uma área determinada e em um determinado período de tempo. Sua continuidade está mais atrelada ao âmbito político do que propriamente à sua eficácia, ou ao fato de gerar benefício ou resultado à área à qual sua criação foi destinada.

Assim como já exposto em outros momentos desta obra, devido à necessidade de produção de conhecimento, direcionado a atender à demanda de novas ações nos campos do Lazer e do Esporte, nos âmbitos social e de participação, foi criada, em 2003, a

Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer. Esta representa uma *ação programática* do Ministério do Esporte, sendo que, até o ano de 2011, foi gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC) da Secretaria Nacional do Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL).

Como *ação programática* do Ministério, a Rede CEDES tem a finalidade de fomentar a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação ligados às áreas do Esporte e do Lazer, apoiando projetos de pesquisa voltados ao acompanhamento e à avaliação das Políticas Públicas desses setores, incentivando a constituição e desenvolvimento de grupos de pesquisa. Estas iniciativas advindas da criação da Rede CEDES já começaram a contribuir para o avanço científico e tecnológico dos campos do Lazer e do Esporte em todas as suas dimensões, ainda que esta ação apresentasse alguns pontos nevrálgicos que mereciam atenção, conforme apontado nos dados constantes no Balanço da Rede CEDES (SCHWARTZ et al., 2010).

Estes objetivos de apoio à produção de pesquisas e difusão de seus resultados visam propiciar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da Gestão do Esporte Recreativo e do Lazer. Isto ficou bastante patente ao se criarem, em estratégias anteriormente adotadas, núcleos ligados às Instituições de Ensino Superior públicas e privadas sem fins lucrativos (BRASIL, 2015).

Todo esse enfoque abarcado pelas ações da Rede foi criado com o intuito de ampliar as perspectivas de aprimoramento nas relações entre o Ministério do Esporte e a sociedade. Segundo Mascarenhas (2006), a participação social é primordial para a consumação do lazer e do esporte como direitos sociais, como já estabelecidos na Constituição Federal. O direito ao lazer e ao esporte deve ter como princípio a participação, a autonomia, a organização, a transformação, a justiça e a democracia.

Entretanto, apesar de a Rede CEDES estar envolvendo grupos de pesquisas no país como um todo, o fato de ser uma *ação programática* restringe sua eficácia, tornando-a vulnerável, sem a devida consolidação e sem o reconhecimento de sua importância, que já se faz evidente, com base, tanto no Balanço, quanto nos resultados deste presente estudo dos impactos. A Rede efetivamente representa um programa de destaque sobretudo pelo apoio financeiro às pesquisas científicas e à produção de novos conhecimentos, gerando inúmeras publicações e intervenções. Estas, por sua vez, impactam científica e socialmente os âmbitos do Esporte e do Lazer,

como visto ao longo dos capítulos deste livro.

Porém, pelo fato de a Rede ainda não priorizar ações diretas, que possam efetivamente beneficiar a participação da sociedade civil, para além da continuidade de ações de caráter social, pode haver um enfraquecimento na efetivação, no reconhecimento e na valorização desta ação. A fragilidade de uma ação política está vinculada, inclusive, com a permeabilidade e com a descontinuidade, conforme interesses políticos momentâneos. Este parâmetro da fragilidade denota como a Rede se consagra na atualidade. Isto pode afetar, inclusive, os âmbitos de reconhecimento do Esporte e do Lazer como direitos sociais no país.

Para que a Rede possa se consolidar e poder se revitalizar atingindo os objetivos a que se propõe e para auxiliar na disseminação do esporte e do lazer como direitos, torna-se necessário que ela seja encarada e transformada como uma *Política Pública* e não seja considerada apenas como uma *ação programática*. Menicucci (2006) define Políticas Públicas como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado, com o objetivo de obter determinados resultados ou produzir determinados efeitos, no que tange a um problema ou setor da sociedade.

Rua (1997) já salientava que as Políticas Públicas são uma das consequências da atividade política, pois compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à designação de valores envolvendo bens públicos. Desta forma, Políticas Públicas podem ser representadas por ações, procedimentos, atividades e programas governamentais, que devem ser elaborados e desenvolvidos visando, concomitantemente, o interesse público e o bem-estar da sociedade, com a participação de entidades públicas ou privadas, visando produzir efeitos específicos na sociedade (LYNN, 1980).

Para que as Políticas Públicas possam ser elaboradas com maior legitimidade e eficiência deve haver um consenso entre a sociedade civil e a cultura política atual, já que são envolvidos diretamente os recursos públicos, recursos de isenções ou de regular relação aos interesses públicos (TEIXEIRA, 2002). Segundo Bobbio et al. (1995), as mesmas são instrumentos de gestão do bem público, onde o governo determina e executa, em nome da população. Porém, o resultado alcançado nas ações desenvolvidas em Políticas Públicas, nem sempre são eficazes, pois, a sociedade não consegue expressar suas verdadeiras demandas. Este é um aspecto que deve obter prioridade quando se aponta a eficácia de uma Política Pública.

Por intermédio de programas, projetos e outras ações, são as Políticas Públicas que vão poder efetivamente consumir o lazer e o esporte como direitos sociais, de fato. Nesta área, as criações englobam temas como cidadania, direitos, participação, inclusão, gestão, espaços e equipamentos, entendimento do lazer, formação e atuação profissional, entre outros (CHEIBUB, 2015).

Com base nesses argumentos, a construção desta Rede de ações intitulada de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer – Rede CEDES, no campo das Políticas Públicas, foi uma iniciativa de extrema importância, como já exposto no trabalho de Tavares (2010). Porém, como uma *ação programática*, a Rede passou por bons e maus momentos ao longo de sua existência e passa por incertezas quanto à sua continuidade e legitimidade, devido, entre outros aspectos, à instabilidade de recursos financeiros a ela destinados e, também, ao panorama das políticas sociais brasileiras.

Tendo em vista sua importância, com base nos impactos social e científico advindos de suas ações, o aperfeiçoamento e a ampliação da Rede qualificando-a como *Política Pública* de âmbito nacional, voltada ao Esporte Recreativo e ao Lazer, possibilitaria a formação de novas redes de pesquisas, consolidando a produção e difusão de conhecimentos e ampliando a disseminação de novas iniciativas. Esta mudança teria a intenção de atingir o maior número possível de pessoas, ampliando o interesse de desenvolvimento de novos projetos e a geração de ações efetivamente eficientes, conforme as reais demandas da sociedade.

Como *Política Pública*, a Rede CEDES deixaria de ser apenas uma *ação programática* isolada, que serve, muitas vezes, a governos com interesses exclusivamente políticos que a deixam restrita às consequências advindas do aspecto temporal, conforme o de um mandato político. Como ação, esta restrição do tempo e, inclusive, a financeira da Rede acaba inviabilizando propostas relacionadas a algumas áreas de conhecimentos e campos de atuação voltados ao esporte recreativo e ao lazer, que poderiam subsidiar novas demandas advindas das próprias necessidades da sociedade.

Uma *Política Pública* específica de Esporte e Lazer é um desafio que pode gerar impactos científicos e sociais mais duradouros e positivos sobre a vida dos cidadãos, desde que, seja desenvolvida de modo comprometida, que favoreça a formação cidadã e priorize ações socioculturais, com potencial para gerar melhorias na vida social, cultural, política e pessoal. Para que a Rede CEDES

possa ser considerada no âmbito das Políticas Públicas, é necessário que haja uma legítima elaboração, com base no consenso entre a sociedade civil e a cultura política atual. Para que isto ocorra de modo condizente com as expectativas, as Políticas Públicas de Esporte e Lazer devem atender a alguns critérios, os quais levam em consideração o tipo de atuação e formulação das mesmas, conforme evidencia Souza (2006).

- Quanto à natureza ou grau de intervenção: devendo ser estrutural ou conjuntural/emergencial;
- Quanto à abrangência dos benefícios: sendo universais, segmentais ou fragmentados;
- Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao papel nas relações sociais.

Esse tipo de Política Pública deve ter um objetivo primordial a ser considerado, com base nas opções dos que detém o poder e nas dos diversos segmentos da sociedade. Dependendo da capacidade de negociação e organização entre esses segmentos, podem-se promover excelentes resultados, revigorando, de fato, o que é de direito. A Rede já tem dado alguns passos nesta direção, porém, faltam, ainda, ajustes e intenções bem direcionados.

Amaral, Ribeiro e Silva (2014, p.28) apontam que, nas últimas décadas, as investigações no campo das Políticas Públicas vêm “[...] ocupando espaço e relevância dentro da ciência política e administrativa [...], envolvendo o esporte e o lazer. Os autores lembram que o senso comum, ao se apropriar da expressão Política Pública, passou a traduzi-lo como melhorias que levam a um melhor padrão de bem-estar, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional e que, por sua vez, acabam por envolver diretamente um tema pouco explorado nas análises de Políticas Públicas, referente ao aprimoramento da qualidade de vida.

De certa forma, esta deveria ser a meta final de uma Política Pública, já que o conceito de qualidade de vida, de modo geral, reflete a percepção dos indivíduos, de que suas necessidades estão sendo satisfeitas, ou de que lhes estão sendo negadas as oportunidades de alcançar a autorrealização e de atingir minimamente suas expectativas. Assim como o termo Políticas Públicas é bastante amplo e complexo, qualidade de vida deve ser compreendida levando-se em consideração os vários determinantes da condição humana.

Neste termo estão envolvidas experiências objetivas e subjetivas. Vilarta e Gonçalves (2004) entendem que, entre os componentes objetivos estão às condições materiais, a posição do indivíduo na vida e as relações estabelecidas na sociedade. Entre os componentes subjetivos, estão os conhecimentos sobre as condições físicas, emocionais e sociais, relacionados diretamente com aos aspectos temporais, culturais e sociais percebidos pelo indivíduo. Para Gonçalves (2004), a compreensão subjetiva de qualidade de vida esta ligada ao estilo de vida e hábitos do indivíduo, apreendidos em face à realidade familiar, ambiental e social.

Com base em sua complexidade, tanto a percepção dos fatores subjetivos quanto a análise dos fatores objetivos, devem ser compreendidos como tendências que se completam e que, quando associadas, formam o atual campo de conhecimento sobre qualidade de vida (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012). Segundo Minayo (2000), qualidade de vida seria uma junção de elementos biológicos e sociais, mediados por condições psíquicas, ambientais e culturais. Portanto, este é um tema que congrega o conhecimento dos campos biológico, social, da saúde, econômico e, inclusive, político.

Considerando essa concepção ampliada sobre Qualidade de Vida e suas possíveis interveniências no contexto das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, então, qual seria o papel da Rede CEDES como *Política Pública* de Esporte e Lazer, além de fomentar a implantação de novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes, quanto à produção e difusão do conhecimento e quanto ao aperfeiçoamento da gestão da informação nestes setores?

Um dos papéis de real importância é abrir novas possibilidades de intercâmbios entre ações e Políticas interministeriais. Esta estratégia pode alargar os diálogos entre gestores de Políticas Públicas e auxiliar no redimensionamento do esporte e do lazer dentro das Políticas.

Outro papel poderia estar associado à necessidade de imprimir novos rumos e estratégias mais eficientes, no sentido de redimensionar o protagonismo social e estimular novas ações em Políticas Públicas. Entretanto, há tensões existentes nas identidades do campo, as quais podem se tornar empecilhos, como a descontinuidade política e, ainda, o desconhecimento e a desvalorização do esporte e do lazer como direitos.

Mais um papel que poderia ser elencado é o da possibilidade de se lançarem perspectivas inovadoras, que possam considerar

outros aspectos coadjuvantes às áreas concretas de Esporte e Lazer. Um desses aspectos diz respeito à promoção, divulgação e gestão de informações acerca dos temas Esporte e Lazer. Propostas que promovam interfaces com outros campos do conhecimento também são importantes, no sentido de explorar o potencial dinâmico desses temas, porém, com apoio de pesquisas científicas que os reposicionem, inclusive, como objetos de estudos no campo das Políticas Públicas.

Embora alguns desses vieses tenham perpassado as propostas de ação das pesquisas que foram tomadas em consideração neste estudo, poucos foram os pesquisadores das áreas do esporte e do lazer que perceberam a premência de se considerarem as interfaces entre os instrumentos práticos que tinham em mãos, com os reais propósitos da Rede. Isto ficou evidenciado pela própria dificuldade em se localizar os relatórios, por falta de envio dos pesquisadores, afetando diretamente o plano da gestão da informação e como subsídio para a gestão pública na área do esporte e do lazer.

Este tipo de negligência e, de certa forma, de descompromisso apresentado por alguns dos pesquisadores, decorrente, inclusive, da falta de organização dos dados dos processos e da forma de avaliação destas ações pela própria dinâmica da Rede, têm uma ressonância bastante negativa, impactando o aspecto científico, para além do que foi apontado como positivo com o avanço dos estudos. Sendo assim, o incentivo a novas propostas que favoreçam melhor organização desses dados, pode promover, inclusive, a apreensão mais adequada do estado da arte dos temas Esporte e Lazer, revigorando seus valores e impactando positiva e diretamente a ciência e indiretamente o contexto social.

Para se promover o impacto social e se obter a repercussão adequada na qualidade de vida cotidiana dos indivíduos e grupos sociais ou econômicos, deve-se ter em mente que impacto social está diretamente associado a uma ação, ou mesmo, à ausência dela, podendo causar mudanças positivas ou negativas em uma comunidade. Sendo assim, para que o impacto social seja sentido, percebido ou observado, é necessária a adoção de estratégias de gestão que tomem em consideração todos esses itens elencados, sejam aqueles referentes aos níveis de qualidade de vida, à forma de captação de dados por meio do incentivo a pesquisas, à gestão adequada da informação e difusão de dados, bem como a atenção às demandas regionais, para que a população em geral e a comunidade científica possam legitimar a Rede como Política Pública que ela merece ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso aos bens públicos está baseado no equilíbrio entre direitos individuais e direitos coletivos, conforme sugerido por Menicucci e Machado (2010). O esporte e o lazer têm sido levados em consideração como focos dentro das *Políticas Públicas* apenas mais recentemente. Isto denota a necessidade de maior maturidade, no que tange ao escopo e à natureza desses fenômenos a serem considerados no âmbito Político, tendo em vista a possibilidade de diminuir os conflitos existentes entre as expectativas da sociedade e as condições dos gestores em captá-las.

Para que isto ocorra a contento, é imprescindível que se fomentem debates públicos, assim como, que se valorizem os estudos acadêmicos desenvolvidos sobre essas temáticas, com a perspectiva de se promoverem alterações substanciais no âmbito das *Políticas Públicas*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. F. R. **Qualidade de vida: definição**, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. 1. ed. São Paulo: Edições EACH, v. 1., 2012.

AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, v.1, p.319-329, 1995.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Rede CEDES**. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp. Acesso em: 02 Jul. 2015.

CHEIBUB, B. L. As contribuições da produção científica para o entendimento do lazer como direito social. In: ISAYAMA, H. F., GOMES, C. L. **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015, p. 201 – 228.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. **Qualidade de vida e atividade física**. Barueri: Manole, 2004.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, California: Goodyear, 1980.

MASCARENHAS, F. Política de Esporte e Lazer: financiamento e

controle social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER, 6., 2006. **Anais...** Unimontes: Montes Claros, 2006.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.136-164.

MENICUCCI, T. M. G.; MACHADO, J. A. Judicialization of health policy in the definition of access to public goods: individual rights versus collective rights. **Brazilian Political Science Review** (Online), Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33 – 68, Edição Especial, 2010. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212010000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos.** Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

SCHWARTZ, G., TAVARES, G. H., SANTIAGO, D. R. P., FIGUEIREDO, J. D. P., NAZÁRIO, M. E. D. S., KAWAGUTI, C. N. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES.** Várzea Paulista: Fontoura, 2010.

SOUZA, C., et al. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TAVARES, G. H., Produtos e Desdobramentos das Pesquisas Financiadas pela Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G., TAVARES, G. H., SANTIAGO, D. R. P., FIGUEIREDO, J. D. P., NAZÁRIO, M. E. D. S., KAWAGUTI, C. N. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES.** Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p. 69 – 91.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador: AATR, 2002.

Capítulo 8

REDE CEDES: LEGADOS E PERSPECTIVAS

Giselle Helena Tavares
Gisele Maria Schwartz

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste projeto foi investigar os impactos social e científico dos projetos financiados e aprovados no Edital do 2009 da Rede CEDES, sendo este o último edital realizado de forma sistemática pela Rede. Esta iniciativa tinha o intuito de auxiliar na formulação, implementação, avaliação e monitoramento de novas ações em Rede, subsidiando a gestão e a difusão de informações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Este trabalho deu continuidade ao Balanço de Rede CEDES (SCHWARTZ et. al., 2010), o qual analisou o período de 2003 a 2009 de financiamento da Rede. Estes dois trabalhos, analisaram um ciclo da Rede CEDES, caracterizado pela responsabilização direta de financiamento de pesquisas, via Ministério do Esporte.

Para este estudo, foram desenvolvidas pesquisas documental e exploratória. A pesquisa documental contou com a análise de 25 Relatórios de Cumprimento de Objeto, além dos dados disponibilidades pelo Currículo Lattes e Diretório de Grupos de pesquisa do CNPq e a pesquisa exploratória foi realizada por meio de entrevista semiestruturada aplicada a 35 coordenadores dos projetos financiados, os quais, gentilmente, se dispuseram a participar do estudo.

Para a realização da análise, inicialmente, foram estabelecidos conceitos para impacto social e científico, no sentido de embasar estes termos por meio de referenciais teóricos específicos. Para análise do impacto social foram considerados fatores que resultaram em algum tipo de ação, mudança e consequência (econômica, social, ambiental, dentre outros aspectos) previstas e não previstas,

aplicadas ao contexto no qual ocorreram. Isto permite a visualização de um legado social no espaço, comunidade ou ambiente em que o projeto foi realizado, ou que ainda está se desenvolvendo (BONILLA, 2007; CORREIA, 2008; CORTÊS-NETO et al., 2010). Já para análise do impacto científico foram utilizados os meios científicos formais, tais como os periódicos de cada área de publicação e o número de vezes em que um artigo era citado (BOLLEN et al., 2009), ou pelo fator de impacto, ou, ainda, por outros recursos, como as mídias sociais, as quais podem representar fontes de divulgação e disseminação de tais informações (HOFFMANN; LUTZ; MECKEL, 2014, BOLLEN et al., 2009; CAMPOS, 2003).

A partir destes apontamentos, tornou-se possível apresentar os resultados finais desta pesquisa, apontando os principais legados e as perspectivas futuras da Rede CEDES.

12 ANOS DE EXISTÊNCIA: LEGADOS DA REDE CEDES

Como foi possível observar nos capítulos construídos ao longo deste livro, a Rede CEDES, em seus 12 anos de existência, trouxe importantes legados para o campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Ainda se percebe uma dificuldade de mensurar quantitativamente os impactos sociais e científicos, devido a diversos entraves.

Entre os entraves encontrados, foram destacados aspectos como a falta de comprometimento de alguns pesquisadores na prestação de contas dos projetos e consequente falta de contribuição para com a gestão das informações relativas a este financiamento, seja no aspecto financeiro, ou na avaliação dos impactos sociais e científicos. Estes apontamentos foram bastante destacados no Balanço da Rede CEDES anteriormente elaborado por Schwartz, et. al. (2010), o qual avaliou o período de financiamento de 2003 a 2009 e foram, agora, ratificados nos dados desta presente pesquisa.

Em contrapartida, ambos os estudos não conseguiram demonstrar passos efetivos advindos dos responsáveis pela gestão da Rede CEDES, que pudessem contribuir para a melhor organização destas informações. Nenhuma ação no sentido de obrigatoriedade ou facilitação na entrega destes Relatórios foi realizada, demonstrando que não houve avanço neste sentido e gerando novos desafios a serem superados quanto à gestão da informação sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no país.

Vale destacar que, das 37 pesquisas analisadas neste estudo, 15 utilizaram o modelo proposto por Santiago et al. (2010), no Balanço a Rede CEDES. Este dado pode ser um indicativo de que este instrumento contribuiu, de certa forma, para a padronização dos dados. Entretanto, notou-se que este mesmo documento necessita ser aprimorado, pois muitos dos pesquisadores preenchem de forma incorreta, ou ainda, não entendem o que é perguntado. Este dado foi destacado nesta pesquisa, uma vez que alguns pesquisadores não demonstraram muita clareza ao se reportarem acerca dos impactos social e científico, quando inquiridos.

Foi possível observar que os Relatórios entregues pelos pesquisadores não foram indicadores precisos e que permitiram analisar adequadamente se os resultados das pesquisas financiadas pela Rede CEDES têm qualificado as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, ainda que este seja o objetivo principal de Rede. Torna-se necessário, neste sentido, o aprimoramento das ações de avaliação e acompanhamento dos projetos financiados, para que se possa ter uma base fidedigna de dados capazes de propiciar a gestão dos impactos tanto sociais quanto científicos da Rede CEDES.

Assim, faz-se necessária a criação de um programa de monitoramento e constante avaliação, em longo prazo, das pesquisas financiadas, para que as mudanças desejadas ocorram de maneira positiva e eficiente. Também se faz necessária a criação de uma cultura de difusão melhor elaborada, por parte dos pesquisadores, no sentido da adoção de maior compromisso com a gestão do conhecimento.

Além disso, o fato da atual gestão ter retomado a utilização de pesquisas induzidas, realizadas por meio de Chamada Convite a Grupos de Pesquisa que tenham *expertise* científica na área das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, reforça o fato de que a Rede CEDES tem como objetivo principal produzir conhecimentos que possam embasar ações neste âmbito. Também se torna relevante destacar, nas falas dos coordenadores, a recíproca entre o seu interesse de pesquisa e a necessidade de produção de conhecimento sobre aspectos relacionados com as Políticas Públicas de Esporte e de Lazer.

Outro aspecto a ser apontado é a questão dos prazos para o desenvolvimento dos projetos. Pode-se perceber que 1 a 2 anos para a consecução dos objetivos e, muitas vezes, a produção de um livro acerca de todo o processo, se torna insatisfatório. Desta maneira, deve-se atentar para as peculiaridades de cada proposta,

incentivando prazos que sejam adequados para a finalização com qualidade.

O fato do apoio dado, não apenas para a elaboração do projeto em si, mas, inclusive, à produção de material impresso, como um livro contendo das informações do projeto, permitiu um avanço, tanto na vida acadêmica do pesquisador, quanto de maior precisão dos dados do projeto, alavancando novas produções em desdobramento do projeto. Isto é um fato bastante importante, uma vez que estas tiveram ressonâncias na produção acadêmica nas áreas do Lazer e do Esporte, dando oportunidade, inclusive, a alguns pesquisadores, de terem reconhecida sua produção científica com qualidade.

O número crescente de teses e dissertações advindas desses projetos, também foi um ponto bastante positivo percebido por meio desta avaliação de impactos. Este avanço foi citado de forma recorrente nas entrevistas, possibilitando, um número maior de ingressantes na vida acadêmica, quanto experiências em orientações desses estudos. Certamente, estes aspectos não ficam evidenciados, ao se olhar apenas para os resultados dos projetos em si, entretanto, ficou patente no discurso dos participantes.

O que moveu o desenvolvimento dos projetos pelos coordenadores, ou o interesse em buscar soluções para minimizar uma necessidade social aparente, nas áreas do Esporte e Lazer, vai, efetivamente, ao encontro dos objetivos da Rede CEDES. Este fator relacionado aos motivos para o desenvolvimento dos projetos, também deve ser levado em consideração, ao se fazer a análise e avaliação dos impactos desses financiamentos, haja vista que estes representam pistas dos principais problemas sociais, ou denunciavam discrepâncias na atenção para com grupos minoritários, os quais devem também ser contemplados, quando da organização de novas ações nas Políticas Públicas.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Até o ano de 2009, foram realizados financiamentos de forma sistemática, advindos da Rede CEDES, via Ministério do Esporte. Os anos posteriores foram marcados pelo cancelamento do edital publicado em 2011 e momentos de incertezas sobre a manutenção da Rede CEDES como uma das ações programáticas do Ministério do Esporte.

Após aproximadamente 5 anos de instabilidades, mudanças, discussões, reformulações e realocações dentro da estrutura do ME, a Rede se manteve entre as ações de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. Um fator bastante positivo neste processo, foi que o conceito, funcionamento, diretrizes, finalidades, estratégias de ação, objetivos e tipos de pesquisa atualmente estabelecidos, foram construídos coletivamente, por gestores e pesquisadores. Este é um ganho efetivo na busca da participação social nas elaborações das Políticas Públicas. A partir destes direcionamentos, as orientações atuais definem que a Rede CEDES, executada pela SNELIS/ME em parceria com um conjunto de IES, fomenta pesquisas fundamentadas nas Humanidades, visando à qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

O novo desafio da Rede é representado pela criação dos “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES”. A Chamada pública, divulgada em julho de 2015, define os Centros da Rede CEDES como:

[...] polos aglutinadores de Grupos de Pesquisa vinculados à Rede CEDES, pertencentes a IES, tendo em vista o desenvolvimento de ações acadêmico-científicas articuladas em níveis local, estadual e regional, com o objetivo de produzir e socializar conhecimentos que contribuam com a qualificação das políticas públicas, programas e projetos esportivos–educacionais e de lazer de inclusão social, em execução ou a serem desenvolvidos no País. (BRASIL, 2015, p. 01).

No que tange ao monitoramento, o edital prevê que o mesmo será realizado por meio da análise de um Relatório de Acompanhamento, enviado anualmente e, a critério da SNELIS/ME, poderá ser complementado com visitas de acompanhamento, reuniões técnicas, ou outros mecanismos de avaliação. Além disso, a gestão da Rede irá incluir, nas equipes de acompanhamento da execução dos planejamentos dos Centros, representantes dos pesquisadores da Rede CEDES e de entidades, como o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE - e a Associação Nacional de Pesquisadores do Esporte e Lazer – ANPEL -, dentre outras, por meio de Ato do Ministro (BRASIL, 2015).

Neste sentido, torna-se importante destacar os avanços em termos de ações sobre o monitoramento das atividades dos Centros. Entretanto, ainda parecem ações não regulares, podendo dificultar o modo de registro e documentação destes resultados.

Sobre os mecanismos de socialização, ainda não foi previsto neste edital a obrigatoriedade de indexação de relatórios, produtos e desdobramentos no Repositório Institucional Vitor Marinho. A chamada pública menciona somente, que a produção do Centro deverá ser socializada anualmente no *site* do Repositório e realizada de outras formas, como por exemplo, em *sites*, boletins impressos, publicações e/ou apresentação de trabalhos em eventos científicos.

A partir dos apontamentos destacados nesta pesquisa, o Edital público dos Centros parece não ter avançado no item sobre a gestão das informações resultantes das ações, podendo dificultar, novamente, a própria avaliação da Rede sobre os impactos e legados provenientes deste financiamento governamental. Alguns pré-requisitos para viabilizar novas avaliações de impactos sociais e científico dos projetos deveriam ser apontados, como: acompanhamento da evolução do projeto; aferição sistemática dos procedimentos das pesquisas; preenchimento incondicional de relatório baseado em formulário-padrão e disseminação dos resultados no Repositório Vitor Marinho.

Para finalizar, uma importante perspectiva futura destacada por esta pesquisa, é a necessidade de elevar a ação programática referente à Rede CEDES a ocupar espaços mais efetivos no campo das Políticas Públicas. Este processo se torna necessário para atender algumas demandas importantes, como a descontinuidade das ações políticas e o fato do tempo da pesquisa ser muito diferente do tempo dos governos. Uma ação voltada para a produção e disseminação de conhecimento não pode ser “refém” das frequentes alternâncias das ações públicas e nem das instabilidades de interesses partidários. Torna-se relevante dar a visibilidade e a legitimidade adequadas para a Rede CEDES, haja vista os impactos social e científicos advindos de suas ações, buscando as devidas interlocuções com os protagonistas, no sentido de auxiliar na qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no país.

REFERÊNCIAS

- BOLLEN, J.; SOMPEL, H. V. S.; HAGBERG, A.; CHUTE, R. A principal component analysis of 39 scientific impact measures. **Plos One**, San Francisco, v.4, n.6, p.1-11, jun. 2009. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0006022>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- BONILLA, B. E. L. Impacto, impacto social y evaluación del impacto. **ACIMED**, Cidade de Havana, v. 15, n. 3, 1-13, março 2007. Disponível em: < http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol15_3_07/aci08307.htm>. Acesso em 15 jun. 2015.
- BRASIL. **Diário Oficial da União**: Chamada para apresentação de proposta de estruturação e funcionamento dos “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede CEDES”. 2015. Disponível em: < <http://www.Esporte.gov.br/index.php/institucional/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/160-ministerio-do-Esporte/rede-cedes>>. Acesso em 15 jul. 2015.
- CAMPOS, M. Conceitos atuais em bibliometria. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, São Paulo, v.66, p.1-22, 2003.
- CORREIA, M. M. Projetos sociais em Educação Física, Esporte e Lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 114-127, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/20-projetos_sociais_em_ef_esporte_e_lazer14.pdf. Acesso em 15 jun 2015.
- CORTÊS-NETO, E. D. et al. Elaboração de indicadores de sucesso em programas de saúde pública com foco sócio-esportivo. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 12, n. 2, p. 208-219, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v12n2/v12n2a04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 15.
- HOFFMAN, C., P.; LUTZ, C.; MECKEL, M. Impact Factor 2.0 : Applying Social Network Analysis to Scientific Impact Assessment. In: **Proceedings** of the 47th Hawaii International Conference on System Sciences, 47., 2014. Washington. Proceedings...Washington: IEEE Computer Society, 2014. P. 1576-1585. Disponível em: <<http://www.nsf.gov/social/policies.jsp>>. Acesso em: 09 jul 2015.
- SCHWARTZ, G., TAVARES, G. H., SANTIAGO, D. R. P., FIGUEIREDO, J. D. P., NAZÁRIO, M. E. D. S., KAWAGUTI, C. N. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura, 2010.

SOBRE OS AUTORES

GISELE MARIA SCHWARTZ

Líder do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer. Docente no Depto. De Educação Física – IB/UNESP- Campus de Rio Claro – Coordenadora do Projeto.

Contato: schwartz@rc.unesp.br

ANA PAULA EVARISTO GUIZARDE TEODORO

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP – Campus de Rio Claro e Docente na Faculdade de Americana.

Contato: anapaulaguizarde@yahoo.com.br

DENIS JULIANO GASPAR

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologia – IB/UNESP – Campus de Rio Claro e Docente no Centro Universitário Anhanguera.

Contato: denis.gaspar@aedu.com

FERNANDA LOPES ANDRADE

Graduanda no Claretiano Faculdades de Rio Claro.

Contato: nandalopesandrade@gmail.com

GISELLE HELENA TAVARES

Vice-Líder do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias – IB/UNESP- Campus de Rio Claro e Docente na Universidade Federal de Uberlândia.

Contato: gj_htavares@yahoo.com.br

IVANA DE CAMPOS RIBEIRO

Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP- Campus de Rio Claro e Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias e Coordenadora do IBEV.

Contato: ivana.ibevev@gmail.com

JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

Graduando no Depto. De Educação Física IB/UNESP- Campus de Rio Claro.

Contato: josep.pacheco@hotmail.com

LUIS ANDRÉ PEREIRA DE OLIVEIRA

Graduado no Depto. De Educação Física – IB/UNESP- Campus de Rio Claro.

Contato: favodemel@favodemel.rec.br

MARÍLIA GUARIZO

Graduada no Depto. De Educação Física – IB/UNESP- Campus de Rio Claro.

Contato: mah_guarizo@hotmail.com

NARA HELOISA RODRIGUES

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologia – IB/UNESP – Campus de Rio Claro.

Contato: narahelo@hotmail.com

PRISCILA RAQUEL TEDESCO DA COSTA TREVISAN

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP – Campus de Rio Claro.

Contato: priscilalel28@gmail.com

VIVIANE KAWANO DIAS

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologia – IB/UNESP – Campus de Rio Claro e Docente do Centro Universitário de Jales e Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul.

Contato: vivikdias@yahoo.com.br



atendimento@editorafontoura.com.br

www.editorafontoura.com.br

Várzea Paulista/SP

Uma Ação Programática (AP) como a Rede CEDES, ainda em busca de alicerces, possui vocações que vão além da percepção dos seus mentores e dirigentes e que tocam diretamente as interfaces saúde e qualidade de vida da população. Uma de suas vertentes, a de apoio a projetos de pesquisa, tem possibilitado que diversos pesquisadores, das diferentes regiões do país, tenham oportunidade de desenvolver seus estudos, provocando uma série de ressonâncias ainda pouco explorada.

No sentido de contribuir para a gestão da informação referente ao esporte recreativo e ao lazer, os pesquisadores do LEL-Laboratório de Estudos do Lazer, do Departamento de Educação Física-IB/UNESP-Rio Claro desenvolveram estratégias que permitissem compreender os impactos social e científico de projetos financiados pela Rede CEDES. São elencados os dados de análise dos relatórios dos próprios projetos desenvolvidos, somando-se a informações provenientes de entrevistas com os pesquisadores diretamente responsáveis por esses projetos.

Baseado nessas estratégias adotadas, pode-se identificar inúmeros benefícios decorrentes do apoio dessa Ação, assim como, novos desafios e entraves a serem superados, uma vez que, como Ação, a Rede possui ainda sua eficácia restringida. O que pode alterar esse quadro de vulnerabilidade e deflagrar novos impactos positivos nos âmbitos social e científico, seria a legitimação da Rede, com sua necessária reconfiguração como Política Pública.

Com esta perspectiva de consolidação, a Rede CEDES pode se fortalecer e ter sua importância devidamente reconhecida em âmbito nacional, impactando adequadamente os níveis social e científico.

ISBN: 978-85-8334-025-6



9 788583 340256